

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

MARIA SUELLEN TIMOTEO CORREA

**A POLÍTICA NO DESASTRE EM NOVA FRIBURGO/RJ:**  
**uma análise da participação de moradores na reconstrução do bairro Córrego D'Antas**

Niterói  
2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

MARIA SUELLEN TIMOTEO CORREA

**A POLÍTICA NO DESASTRE EM NOVA FRIBURGO/RJ:**  
**uma análise da participação de moradores na reconstrução do bairro Córrego D'Antas.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Antropologia da Universidade Federal Fluminense,  
como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Claudia Cruz da Silva

Niterói  
2015

MARIA SUELLEN TIMOTEO CORREA

**A POLÍTICA NO DESASTRE EM NOVA FRIBURGO/RJ:  
uma análise da participação de moradores na reconstrução do bairro Córrego D'Antas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Antropologia da Universidade Federal Fluminense,  
como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Claudia Cruz da Silva (orientadora-PPGA/UFF)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Marcos Otávio Bezerra (PPGA/UFF)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> John Comerford (PPGAS/UFRJ)  
Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Gabriela Scotto  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cecília Campelo do Amaral Mello  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Niterói

2015

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

C824 Correa, Maria Suellen Timoteo.

A POLÍTICA NO DESASTRE EM NOVA FRIBURGO/RJ: uma análise da participação de moradores na reconstrução do bairro Córrego D'Antas / Maria Suellen Timoteo Correa. – 2015.

190 f ; il.

Orientadora: Ana Claudia Cruz da Silva.

Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, 2015.

Bibliografia: f. 167-172.

1. Associação comunitária. 2. Córrego D'Antas (Nova Friburgo, RJ). 3. Desastre. I. Silva, Ana Claudia Cruz da. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 361.25

*“O céu de repente anuviou  
E o vento agitou as ondas do mar  
E o que o temporal levou  
Foi tudo que deu pra guardar  
Só Deus sabe o quanto se labutou  
Custou, mas depois veio a bonança  
E agora é hora de agradecer  
Pois quando tudo se perdeu  
E a sorte desapareceu  
Abaixo de Deus, só ficou você*

*Quando a gira girou, ninguém suportou  
Só você ficou, não me abandonou  
Quando o vento parou e a água baixou  
Eu tive a certeza do seu amor*

*Quando tudo parece que está perdido  
É nessa hora que você vê  
Quem é parceiro, quem é mal amigo  
Quem tá contigo, quem é de correr  
A sua mão me tirou do abismo  
O seu axé evitou o meu fim  
Me ensinou o que é companheirismo  
E também a gostar de quem gosta de mim*

*Quando a gira girou, ninguém suportou  
Só você ficou, não me abandonou  
Quando o vento parou e a água baixou  
Eu tive a certeza do seu amor”*

(“Quando a Gira Girou” - Zeca Pagodinho/Serginho Merti & Claudinho Guimarães)

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus avós:

Maria do Carmo Timoteo Bezerra e José Timoteo Filho (*in memoriam*).

Maria Isa de Oliveira Correa e João Clausen Correa.

## AGRADECIMENTOS

Escrever esta dissertação não foi fácil. Apesar de considerar a etnografia como um ato prazeroso (apesar de demandar muito trabalho), as condições pelas quais passei durante o período da escrita foram cheias de demandas e problemas, o que tornou a produção muitas vezes difícil e até mesmo dolorosa.

Se não fossem a colaboração e compreensão de muitos, não teria chegado a este trabalho final, nem a esses agradecimentos.

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, Emilson José (Zezê) e Angela Merice (Meri), pelo suporte e amor ao longo da minha vida, pelos ensinamentos e pela garra que têm demonstrado sempre, e mais ainda agora...

Como minha família é grande, agradeço a todos, entre avós, avô, irmãs, cunhados, tios, tias, padrinho, madrinha, primas, primos, sobrinhos, sobrinha e agregados, pelo carinho e união. Gostaria de agradecer em especial pela base indispensável de duas pessoas da família: minha mãe, novamente, pela dedicação em dar uma boa educação às filhas e por ter me ajudado durante o trabalho de campo, na locomoção; e meu tio, Francisco (Chico), pelo estímulo e apoio (inclusive material) para meus estudos acadêmicos, principalmente durante minha graduação.

Pude também contar com o apoio imprescindível da minha orientadora, Ana Claudia Cruz e Silva que, além das orientações e revisões, compreendeu muitas situações, sempre com muita tranquilidade, positividade e palavras de conforto. Certamente foi essencial para que eu não desistisse das minhas escolhas. Obrigada!

Agradeço também à participação dos professores doutores na banca do trabalho: Marcos Otávio Bezerra (PPGA/UFF), John Comerford (PPGAS/UFRJ), Maria Gabriela Scotto (UFF - Campos) e Cecília Campelo do Amaral Mello (IPPUR/UFRJ). Agradeço também aos dois primeiros pela produtiva e valiosa participação na qualificação.

Gostaria de agradecer também à CAPES, por ter me proporcionado uma bolsa durante todo o período de mestrado e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, aos professores com os quais tive o prazer de ter aulas, palestras e outras atividades. Agradeço à secretaria do Programa, muito bem representada pelo prestativo e competente Marcelo, e a todos os funcionários da Universidade que colaboram cotidianamente com o trabalho e estudo de muitos.

Agradeço aos meus amigos da UFF, da graduação e mestrado, pelos ótimos momentos que tivemos na universidade, em especial às palavras de apoio dos colegas Patrícia Lânes e

André dos Santos nesta reta final. À amiga Helô, tão querida e prestativa, dando suporte no final da minha graduação e antes de entrar no mestrado.

As minhas amigas de infância, Maria Inês, Juliana e Anna Carolina (na ordem em que eu as conheci!), obrigada pelas palavras de carinho, alegria e ombro amigo, nas horas em que eu precisava, e nos momentos que eu sumia, pela compreensão.

Aos meus alunos, pelas lições e alegrias de todas as aulas e aos meus amigos professores, colegas de trabalho, com os quais compartilho as dores e delícias de lecionar em escolas estaduais. Em especial, ao amigo professor e pesquisador Gilciano M. Costa, por ter colaborado com o material para as entrevistas e fotos, além das dicas técnicas, do suporte com fontes e questões históricas, e da amizade prestativa.

Também agradeço pelas valiosas dicas e críticas da pesquisadora Juliana Blasi Cunha e dos demais colegas presentes no GT “Movimentos Sociais”, da VIII Jornada de Alunos do PPGA/UFF, de 2014.

Finalmente, esse trabalho não tomaria existência, sobretudo, se não fossem os moradores (e amigos) do Córrego D’Antas, sempre hospitaleiros e solícitos, dispostos a me conceder as entrevistas, em meio as suas vidas de trabalho, família, reconstrução e luta.

Agradeço a Aline, Roberta, Vitória, Edmo, Edem, João Bachini, Zé Carlos, Isabela, Solaine, Antônio, Naninha, Eloi, Vitor, Renato, Dineia, Dilma, Silvia, Leila, Silvinho, João Cuzatis, Marlene, Jorge, Claudio, Carlos, Tiana, Marquinhos, Anderson Sato e a todos os outros moradores e amigos, os quais tive contato nesse período de pesquisa. Em especial, a Sandro, sempre disposto a colaborar, pelos momentos de interlocução e simpática apresentação do bairro. A todos, sou muito grata pelos momentos em campo, as reuniões, assembleias, conversas e, sobretudo, pela lição de não desistir dos sonhos perante às adversidades.

Por fim, agradeço a Deus por tudo.

Muito obrigada!

## RESUMO

Este estudo antropológico tem como objetivo apresentar e analisar a participação dos moradores do bairro Córrego D'Antas, em Nova Friburgo/RJ, na reconstrução da localidade. Foram descritos e analisados dramas, representações, sociabilidades, estratégias e conflitos nesse processo de participação, interligando-os à “tragédia” das chuvas de 2011. A análise etnográfica permeia os vários atores envolvidos na reconstrução, como os residentes, vítimas, trabalhadores do bairro, agentes públicos, instituições, entre outros, com foco nos moradores que participam ou dialogam com a associação de moradores do bairro, além das suas relações com a associação e outras instituições. A partir das situações de campo observadas nesse processo, esta dissertação trabalha também algumas percepções e categorias dos moradores sobre o bairro, o desastre e a política e ainda inicia uma análise do funcionamento de associações e do Estado. Para tanto, a “tragédia” como evento crítico e sua questão imagética no bairro foram tomadas como ponto de partida para a participação desses atores. Foram também apresentadas situações envolvendo os problemas no bairro que deram o impulso para a ação desses atores em prol da luta pela reconstrução do bairro, tomada aqui como objeto de análise.

**Palavras-chave:** Associação de Moradores; Córrego D'Antas; Desastres; Reconstrução.

## ABSTRACT

This anthropological study aims to present and analyze the participation of residents in the rebuilding of their neighborhood called Córrego D'Antas, in the city of Nova Friburgo / RJ. The dramas, representations, sociabilities, strategies and conflicts in the participation process were described and analyzed, linked to the “tragedy” of the rains of 2011. The ethnographic analysis permeates the various actors involved in the reconstruction, as residents, victims, employees, public agents, institutions, among others, focusing on residents participating and in dialogue with the neighborhood association and other institutions. The observation of field situations gave the contribution to work with some perceptions and categories according to the resident's points of view, about the neighborhood, disasters and politics, and also analyses the operation of associations and the state. Thereby, the “tragedy” as a critical event and its images in the neighborhood were taken as a starting point to the participation of these actors. Situations were presented also involving neighborhood problems, which gave them the impulse to participate and fight for the rebuilding, actions taken as objects of analysis.

**Keywords:** Neighborhood Association; Córrego D'Antas; Disasters; Reconstruction.

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

|   |    |
|---|----|
| 1 - Contextualização e apresentação do campo.....   | 14 |
| 2 - Discussões epistemológicas e metodológicas..... | 20 |
| 3 - Sobre aproximações e distanciamentos.....       | 33 |
| 4 - Estrutura.....                                  | 35 |

### CAPÍTULO 1 - “Nós precisamos uns dos outros”

|   |    |
|---|----|
| 1.1 - O Evento em 11 e 12 de janeiro de 2011..... | 36 |
| 1.2 - O Evento nas Imagens.....                   | 48 |
| 1.3 - O Evento Crítico-tragédia.....              | 57 |

### CAPÍTULO 2 - “O Córrego D’Antas não acabou!”

|  |     |
|--|-----|
| 2.1 - Vínculos de Proximidade e Processos de Publicização..... | 77  |
| 2.2 - Obras pelo Bairro.....                                   | 82  |
| 2.3 – Indenizações.....  | 89  |
| 2.4 - Creche e Escola Municipais.....                          | 100 |
| 2.5 – Plano Diretor.....                                       | 108 |

### CAPÍTULO 3 – “Hoje só se vê política, política, política, onde estão nossos direitos?”

|   |     |
|---|-----|
| 3.1 – Dramas Sociais.....   | 127 |
| 3.2 - Mutirão da Ponte e outras Situações.....  | 129 |
| 3.3 - Novamente o Plano Diretor: “não queremos uma cidade maior, mas sim uma cidade melhor!”..... | 139 |
| 3.4 - Como Conseguir a “Revolta” de Moradores.....  | 150 |
| 3.5 – A Construção de uma Tragédia.....   | 155 |

|                           |     |
|---------------------------|-----|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 161 |
|---------------------------|-----|

|                   |     |
|-------------------|-----|
| BIBLIOGRAFIA..... | 167 |
|-------------------|-----|

|             |     |
|-------------|-----|
| ANEXOS..... | 173 |
|-------------|-----|

## LISTA DE TABELAS:

|   |     |
|---|-----|
| <b>Tabela 1.1:</b> Regiões e Deslizamentos.....       | 65  |
| <b>Tabela 2.1:</b> Membros titulares da comissão..... | 111 |

## LISTA DE MAPAS:

|  |     |
|--|-----|
| <b>Mapa 2.1:</b> Região que compreende a área do Córrego D'Antas e como é enquadrada no atual Plano Diretor (agosto/2014) .....                            | 123 |
| <b>Mapa 2.2:</b> Área que compreende o Córrego D'Antas e como deve ser compreendido a partir da Revisão do Plano, segundo os moradores (agosto/2014) ..... | 123 |
| <b>Mapa 3.1:</b> Desastres por avalanches ou deslizamentos de terra: 1974-2003. Fonte: EM-DAT.....   | 157 |
| <b>Mapa 3.2:</b> Desastres por inundações: 1974-2003. Fonte: EM-DAT.....   | 157 |

## LISTA DE FOTOS:

|  |    |
|--|----|
| <b>Foto 1.1:</b> em evidência, uma das pedras que rolaram pelo bairro (2011).....  | 39 |
| <b>Foto 1.2:</b> Área do bairro coberta de lama e troncos de árvores em janeiro de 2011.....   | 42 |
| <b>Foto 1.3:</b> <i>Sandro e José Tratorista conduzem moradora para a enfermaria (2011)</i> .....                                    | 43 |
| <b>Foto 1.4:</b> Vista de parte do bairro de Córrego D'Antas após as chuvas de 2011.....   | 44 |
| <b>Foto 1.5:</b> Imagem usada para dar destaque ao desabamento em parte da Travessa Oriente, que soterrou casas e moradores.....     | 49 |
| <b>Foto 1.6:</b> Quintal de uma casa demolida em uma das principais ruas do bairro - Luis Schottz (Junho/2014).....                  | 53 |
| <b>Foto 1.7:</b> Paredes de uma casa destruída por deslizamento de terra e estrutura de um automóvel danificado (Dezembro/2014)..... | 54 |
| <b>Foto 1.8:</b> “Pinguela” construída pelos moradores para a passagem entre os dois lados do bairro (Novembro/2014).....            | 55 |
| <b>Foto 1.9:</b> Entrada da casa de um casal de moradores, marcada em área de risco (Dezembro/2014).....                             | 56 |
| <b>Foto 1.10:</b> Vista de uma das pedras do bairro, com marcas de deslizamentos de 2011 (Julho/2014).....                           | 60 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>Foto 1.11:</b> A moradora D. Dilma usa área à margem do córrego, onde “perdeu” uma casa, para secar roupas (Agosto/2014)..... | 62  |
| <b>Foto 1.12:</b> Área onde existia uma residência, demolida e limpa (Junho/2014). .....   | 63  |
| <b>Foto 1.13:</b> Parte da antiga fábrica de mortadela (Julho/2014).....   | 64  |
| <b>Foto 1.14:</b> Moradores durante um dos mutirões realizados em 2011 para a reconstrução do bairro após a tragédia. ....       | 68  |
| <b>Foto 2.1:</b> Moradoras ajudando na pintura de uma casa durante um mutirão em 2011.....                                       | 80  |
| <b>Foto 2.2:</b> Vista para as pedras (Fevereiro/2014).....  | 83  |
| <b>Foto 2.3:</b> Parte da obra das pedras e do seu canteiro (julho/2014).....  | 84  |
| <b>Foto 2.4:</b> Casa em área de risco, com janelas e pia retiradas pelos moradores antes de ser demolida (julho/2014) .....     | 95  |
| <b>Foto 2.5:</b> Entrada da Escola Municipal, à esquerda (junho/2014).....   | 102 |
| <b>Foto 2.6:</b> uma das salas da creche municipal (novembro/2014).....  | 103 |
| <b>Foto 2.7:</b> espaço destinado ao dormitório (novembro/2014).....   | 104 |
| <b>Foto 2.8:</b> Cartaz da Reunião dos moradores no mural da escola estadual (julho/2014).....                                   | 113 |
| <b>Foto 2.9:</b> Moradores durante a reunião (julho/2014).....   | 115 |
| <b>Foto 2.10:</b> Palestra da advogada (julho/2014). ....  | 116 |
| <b>Fotos 2.11:</b> Dinâmica nas mesas temáticas (julho/2014).....  | 117 |
| <b>Foto 2.12:</b> Música ao vivo antes de iniciar a reunião (julho/2014).....  | 118 |
| <b>Foto 3.1:</b> Reunião dos moradores na ponte sobre o mutirão (julho/2014).....  | 136 |
| <b>Foto 3.2:</b> A nova ponte da Travessa Julio Schottz sobre o Rio Córrego d’Antas.....   | 137 |
| <b>Foto 3.3:</b> Área do aterro sanitário em expansão (junho/2014).....  | 142 |
| <b>Foto 3.4:</b> Roberta comentando a fala da gestora (Agosto/2014).....   | 146 |
| <b>Foto 3.5:</b> Seu João participando com uma fala na reunião (Agosto/2014).....  | 147 |

## **LISTA DE ABREVIACÕES**

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

AMCD – Associação de Moradores do Córrego D’Antas

AVIT - Associação das Vítimas das Chuvas do Dia 12 de janeiro em Teresópolis

CAO - Comitê de Acompanhamento de Obras

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CDDH - Centro de Referênciade Direitos Humanos de Petrópolis

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPRM - Serviço Geológico do Brasil

CREA-RJ - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

DRM - Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro

EBMA – Empresa Brasileira de Meio Ambiente

EMOP – Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro

GEOHECO - Laboratório de Geo-Hidroecologia da Universidade Federal Fluminense

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econmicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCID – Sistema de Indicadores da Cidadania

INEA – Instituto Estadual do Ambiente

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

MONADES - Movimento Nacional dos Afetados por Desastres Socioambientais

MPRJ – Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

NUPDEC - Núcleo de Defesa Civil Comunitário

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

SEMMADUS - Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável

SEOBRAS – Secretaria de Estado de Obras/ RJ

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal Fluminense

UPC – Unidade de Proteção Comunitária

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi realizada entre os anos de 2013 e 2014 no bairro Córrego D'Antas<sup>1</sup>, em Nova Friburgo, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. A comunidade, seus moradores e trabalhadores foram observados nas suas relações entre eles, com o Estado e na sua condição de vítimas, parentes e conhecidos das vítimas do desastre causado com grande volume de chuvas, enchentes e deslizamentos ocorridos em janeiro de 2011 na localidade. A pesquisa privilegiou a observação e o acompanhamento das ações e movimentos voltados à reconstrução do bairro, principalmente a partir da sua associação de moradores.

Procurei o Córrego D'Antas por conta de uma curiosa motivação, a fim de conhecer mais o bairro conhecido como “o mais atingido” pelas chuvas de 2011, com moradores participando em mobilizações pela sua reconstrução. Apesar de ser friburguense, não conhecia o bairro nem tinha vínculos com pessoas da localidade (como explicitado mais adiante), o que aguçou ainda mais o interesse no local e nos seus atores.

Nesta parte serão apresentados e contextualizados de forma inicial o campo e seus elementos, construídos durante a pesquisa até constituírem objetos da mesma. Além da construção do campo e dos objetos, segue uma breve descrição das questões metodológicas gerais e epistemológicas que contribuíram para os trabalhos de observação, análise e descrição.

### 1 - Contextualização e apresentação do campo:

Nova Friburgo, formosa cidade localizada na região serrana do estado do Rio de Janeiro, de clima aprazível, tem uma população estimada de 184.460 habitantes<sup>2</sup>. Sua origem remonta a colonização do seu território no reinado de D. João VI, que autorizou, em 1818, a vinda de 100 famílias suíças, oriundas do cantão de Friburgo<sup>3</sup>, para criação de uma “colônia”, localizada na fazenda adquirida do “Morro Queimado” (Centro de documentação D. João VI -

---

<sup>1</sup> A grafia do nome “Córrego D'Antas” está apresentada nesse trabalho de acordo com a maneira da qual a Associação e muitos moradores do bairro escrevem. Contudo, cabe apontar que a grafia “Córrego Dantas” também é utilizada, principalmente via institucional, como na Prefeitura e em jornais da cidade.

<sup>2</sup> Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estimativas da população residente com data de referência, 1º de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 28/08/2014.

<sup>3</sup> O Cantão de Friburgo é um cantão da Suíça, localizado na parte ocidental do país, tendo oficialmente duas línguas, o francês e o alemão.

Pró-Memória<sup>4</sup>). Além dessa grande área assistida, a monarquia portuguesa empreendeu mais três grandes propriedades da região, as Fazendas Imperial, São José e Córrego D'Antas<sup>5</sup> (MARRETTO, 2014:17).

A 3 de janeiro de 1820, o governo baixou um alvará que concedia a Nova Friburgo condição de “Vila” e desmembrava suas terras da área de Cantagalo. A instalação da Vila de Nova Friburgo se deu em 17 de abril do mesmo ano, data de comemoração de aniversário da cidade.

Nova Friburgo foi erguida às margens do principal rio da cidade, o Bengalas, conforme descrição no site do Centro de Documentação D. João VI:

*“Iniciam-se, então, os trabalhos preparativos com seguidas obras de construção das pequeninas casas que iriam abrigar os colonos suíços, assim como outras benfeitorias necessárias. Com mão-de-obra contratada em Minas e Macacu, pouco se sabe dos detalhes técnicos de tal empreitada. De junho até dezembro de 1818, os trabalhos são parcialmente concluídos, ficando a colônia organizada da seguinte maneira: na margem esquerda do Rio Bengalas, no lado oeste, fica localizado o prédio do Administrador e seus empregados; local onde, hoje, se encontra o Colégio Anchieta. Do outro lado do rio, estende-se o restante da colônia, dividida em 3 núcleos: o primeiro conjunto de casas encontra-se próximo ao rio Santo Antônio, com 14 casas dispostas em torno de uma praça retangular. Hoje, praça Marcílio Dias. Atravessando uma pequena ponte e seguindo estrada na direção norte, vamos encontrar o segundo e principal conjunto de residências no centro da colônia. São 48 casas construídas lateralmente ao longo de um grande retângulo. Hoje, praça Getúlio Vargas. Finalmente, mais ao norte, 38 casas; no local hoje conhecido como praça Primeiro de Março, no bairro Village”.*

A urbanização na cidade foi margeando o rio e subindo pelos morros. Ocupa uma área de 933,414 km<sup>2</sup> (IBGE) e compreende os distritos de Nova Friburgo (sede), Riograndina, Campo do Coelho, Amparo, Lumiar, Conselheiro Paulino, São Pedro da Serra e Mury.

Sua principal atividade é a industrial (com indústrias têxteis e metalúrgicas) e de confecção de roupa íntima, contando também com produção agrícola, turismo, comércio, serviços, entre outras.

O bairro Córrego D'Antas pertence ao primeiro distrito (Nova Friburgo). Ele está situado na região centro-oeste de Nova Friburgo, a seis quilômetros do centro da cidade, e é

<sup>4</sup> O Pró-Memória de Nova Friburgo é um centro de documentação da Fundação D. João VI de Nova Friburgo, criado em 2008, com o objetivo de “resgatar, preservar e difundir” a história local. Para saber mais, acessar o site do centro, em <http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=section:objetivos> (acessado em 25/03/2015).

<sup>5</sup> Embora não esteja afirmando que essa fazenda abrangia a área atual do bairro Córrego D'Antas, na medida em que, para tal afirmação, mais informações se tornam necessárias, tais dados proporcionam a compreensão de que o nome do bairro já existia antes da própria elevação administrativa de Nova Friburgo à Vila.

cortado pela RJ 130, que a liga ao município de Teresópolis. É um bairro residencial, tendo também muitas indústrias, como as de ferragens, elásticos, plásticos, papéis e gráfica, comércio e prestação de serviços, com padarias, restaurantes, mercados, lojas de veículos, hotéis, aterro sanitário, escolas municipal e estadual, e igrejas.<sup>6</sup> Além de indústria, comércio e prestação de serviços, o bairro possui a atividade agropecuária na sua extensão agrícola<sup>7</sup>.

A localidade situa-se entre montanhas e pedras, com a sua parte central seguindo a geografia geral da cidade, uma espécie de vale, localizada nos morros abaixo das pedras e margeando os dois lados do córrego que percorre o lugar e dá nome ao bairro. Alguns moradores explicam o nome da localidade a partir de relatos de que muitas antas viviam às margens do rio na região, conforme consta também no documento “Apresentação do bairro”, exibido no site da associação de moradores. Segundo o mesmo documento:

*“Da época das antas até os dias de hoje, muita coisa mudou. A rápida transição ocorrida de zona rural para zona urbana ocorreu a partir da década de 70, com a pavimentação da rodovia RJ 130 que liga os municípios de Nova Friburgo e Teresópolis. Nos anos 80, o bairro se tornou área de expansão industrial orientada. Contudo, o desenvolvimento econômico não veio acompanhado pelo desenvolvimento ambiental sustentável e desenvolvimento social. Houve um rápido crescimento demográfico com ocupação territorial desordenada do solo, desmatamentos, escavações e aterros irregulares às margens do rio. Em 2011, as únicas instituições públicas instaladas no bairro são o Colégio Estadual Etelvina Schottz, a Escola Municipal Adezir de Almeida Garcia e a Creche Maria Inez Andrade Garcia. O bairro não dispõe de praça, área pública adequada de lazer e prática de esporte, posto de saúde ou qualquer espaço sociocultural” (AMCD - Associação de Moradores do Córrego D’Antas).*

Considerando a história de ocupação de Nova Friburgo, mais a informação acima sobre o rápido crescimento e a ocupação territorial desordenada no bairro, é possível visualizar índicos da tragédia<sup>8</sup> de 2011 e que a mesma tem relação com esse tipo de crescimento, como analisado mais adiante neste trabalho.

A Associação de Moradores do Córrego D’Antas (AMCD), registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) em 1988, já está presente no bairro há um tempo

---

<sup>6</sup> Uma descrição mais detalhada, a partir de uma apresentação do bairro (“O Bairro e seus Desafios”) produzida pela Associação de Moradores do bairro Córrego D’Antas em 2011, está disponível no site da Associação: <<http://corregodantas.org/>> (Acessado em 10/08/2013).

<sup>7</sup> Apesar de ser um bairro grande (como é possível notar ao longo do trabalho), a sua parte central é onde passei mais em campo, apesar de ter ido e entrevistado moradores de outros locais que participam das atividades.

<sup>8</sup> Adotei nos trabalhos, além do conceito de desastre, a categoria tragédia, muito usada pelos moradores.

significativo e desde sua criação conta com a participação e a atuação de alguns de seus moradores em relação aos problemas do bairro.

Seu João, morador antigo do bairro e ex-presidente da associação de moradores, quando me concedeu uma entrevista em sua casa (14/12/2014), lembrou-se dos moradores já organizados no final da década de 60 e durante a de 70, a partir de uma “ação comunitária” (anterior à associação) a fim de ajudar na construção da igreja e da escola do bairro (hoje Escola Estadual Etelvina Schottz), com a ajuda de uma tradicional família da região, a família Schottz, que, por intermédio do seu Sebastião Schottz, doou terrenos para a construção da igreja, da escola (que ainda existem no local) e posteriormente do terreno para a construção da sede da associação. Nesse mesmo período, a autoestrada (RJ 130) foi construída, o que culminou também na mobilização dos moradores para pedirem quebra-molas na mesma.

A organização dos moradores enquanto Associação só se estabeleceu em 1982, segundo seu João. Ele contou um pouco sobre sua entrada no movimento e como ajudou na fundação da instituição no bairro, entrando primeiramente como vice-presidente - junto à presidente, a moradora Marilene - e, tempos mais tarde, como presidente (até 1992): *“Aí a gente ouvia sempre falar nesse negócio de associação de moradores. (...) aí começamos a nos reunir. Então o que o bairro estava precisando? Ponte, calçamento, iluminação, quebra-molas, aí veio tudo e então nós corremos atrás”*.

Sandro, atual presidente da associação do bairro, em uma conversa (19/02/2014), me disse que há anos atrás, quando ainda era “moleque”, lembrava da atuação vitoriosa da associação em duas situações: na década de 80 contra o depósito de lixo e na década de 90, contra uma pedreira que seria instalada no bairro. Para o morador, o Córrego D’Antas e os moradores *“têm um histórico de luta”*, mostrando parte de uma memória apresentada e relacionada à luta do presente.

No início da movimentação dos moradores, seu João disse que as coisas do bairro iam correndo bem. Até empresários, antes de abrirem empresas no bairro, vinham conversar com os moradores da associação. No entanto, segundo o antigo morador, depois *“virou bagunça”*, muitas empresas surgiram e o bairro começou a crescer. Então, veio *“tudo quanto é tipo de coisa para cá”*.

Ele também recordou e me disse da “luta” dos moradores para retirar o lixão que existia próximo às residências do bairro, obtendo sucesso. Lembrou também de sua atuação, afirmando que *“tudo foi feito através da associação. (...) Nós conseguimos muita coisa aqui pelo bairro”*. Sua esposa, dona Marlene, disse que ele levava muito a sério o trabalho e a associação.

Dona Marlene, nascida no bairro, lembrou também das festas que aconteciam no local, muitas delas incentivadas pela organização da associação de moradores. Segundo a moradora, o bairro “*não tinha quase nada, mas era animado, mais animado do que hoje*”. Ela se lembrou do campo de futebol, dos circos, touradas e das festas de junho, de São João, quando os moradores montavam fogueiras e se divertiam nas ruas.

Atualmente, a associação continua presente e atuante no bairro. Quando entrei no campo, a gestão já tinha como presidente e vice, respectivamente, os moradores Sandro e Edmo, além da participação, na diretoria e no grupo gestor da instituição, de muitos moradores que permaneceram depois da nova eleição. Em março de 2014, quando eu já havia conhecido alguns moradores e já participava das reuniões da associação, foi montada uma comissão eleitoral com o intuito de organizar a eleição para a nova gestão da associação no triênio 2014/2016. O período eleitoral foi realizado dentro dos trâmites legais e, no período de inscrição de chapas, que compreendeu o mês de abril<sup>9</sup>, não houve nenhum cadastro.

Sandro e outros moradores lamentaram o ocorrido, vendo-o como um sinal de baixa participação dos moradores, mas (ele e mais três diretores da antiga gestão, entre seus onze membros) optaram em continuar sua participação na instituição.

De acordo com o Art. 23 do estatuto da Associação,

*"Esgotando-se o prazo para apresentação de chapas sem que nenhuma tenha sido escrita, e sendo assegurado que tenha havido ampla divulgação do processo eleitoral, a Comissão Eleitoral proclamará reeleita a antiga Diretoria, desde que pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros, inclusive o Presidente, concorde em assumir o novo mandato."* (Associação de Moradores do Córrego D'Antas).

Diante desta situação e da disposição desses moradores, o novo mandato iniciou-se em maio de 2014 (em meio à pesquisa de campo) com a continuidade de muitos na diretoria e grupo gestor, mais a entrada de alguns novos moradores e amigos.

A diretoria da associação, na sua atual gestão, conta com 11 membros, o presidente, Sandro, o vice Edmo, e como 1ª e 2ª Secretárias, Vitória e Solaine. Conta também com as 1ª e 2ª tesoureiras, as moradoras Roberta e Aline, além dos cinco diretores: o Social, Antônio Carlos; a de Divulgação, Isabela; de Obras e Mutirões, Marco Antônio; de Relações Públicas, Flávia e o de Patrimônio, Zé Carlos.

---

<sup>9</sup> Conforme consta no cartaz de divulgação no ANEXO 1 deste trabalho.

Além da diretoria, a associação dispõe de um conselho fiscal, formado por seis moradores, além do grupo gestor, um grupo que se reunia<sup>10</sup> em alguns momentos semanalmente, ou, como na maioria das vezes, a cada quinze dias, em reuniões abertas para a comunidade, de modo a preencher de maneira mais intensa a agenda institucional da associação.

Os membros do grupo gestor, sob ações de coordenação de Sandro, tomavam parte das atividades de representação da associação em eventos e ações cotidianas sobre e para o bairro. Há moradores presentes nesse grupo que não se encontram diretores - antes e/ou depois da nova gestão - mas que participam ativamente dessas reuniões, como é o caso dos moradores Edem, Vitor, seu João Bachini, entre outros, além dos membros da diretoria.

O grupo gestor não está no estatuto da associação, mas possui importância para a participação dos moradores, segundo os mesmos, na medida em que dinamiza as ações e a comunicação entre eles. Lembro que em muitas reuniões do grupo gestor, muitas ações foram discutidas e organizadas e depois levadas para apreciação nas assembleias, as quais acontecem mais espaçadamente.

As pautas eram construídas a partir de encaminhamentos de reuniões anteriores, solicitações de moradores, feitas pessoalmente ou através de *e-mail*, e de ações dos moradores e acontecimentos da semana, relacionados a encontros com representantes dos governos municipal e estadual, dentre outros. Eram organizadas e relatadas por Sandro, que as lia pausadamente, entre um tema e outro, com comentários e relatos dos outros moradores.

Para além do aspecto instrumental, as reuniões do grupo gestor serviam também para legitimar as ações desempenhadas e relatadas pelos membros, as lideranças e as redes de relações presentes na organização, além da celebração de valores como o pertencimento ao grupo, a união e participação. Foi principalmente através dessas reuniões que pude perceber mais construções de categorias e valores que permeiam a constituição desse universo social.

Segundo Sandro, o grupo gestor é “*uma ferramenta para permitir mais participação*”. Ele “*não está no estatuto, mas foi legitimado em assembleia*”, através de voto, portanto a associação “empoderou” o grupo, e em vários momentos, como pude perceber ao longo do campo, os moradores corroboravam as ações do grupo gestor, como as apresentadas em assembleia, além de delegar mais ações e encaminhamentos.

---

<sup>10</sup> No período do meu trabalho de campo.

As assembleias<sup>11</sup> contam com a presença de mais pessoas e acontecem de maneira a publicizar as ações do grupo gestor, legitimá-las perante o bairro e conjugar mais atores no envolvimento e na participação.

Apesar de constar no estatuto, a associação ainda não possui registro de sócios, tampouco contribuição referente aos mesmos. Digo ainda, pois, no início de 2015, foram apresentadas discussões e ações para a elaboração de fichas para cadastramento de sócios.

Um momento muito significativo, relacionado ao grupo gestor, ocorreu em maio (21/05/2014), depois de já estar mais familiarizada ao grupo e tendo contribuído com algumas ações. No início da reunião do grupo, ao apresentar os membros para duas pessoas que tinham interesse em participar das reuniões e ações, Sandro me apresentou como pesquisadora, mas também como membro do grupo gestor, seguido de sinais de consentimento de outros moradores. Sandro perguntou se eu me via daquela maneira e eu então respondi que sim, e que me sentia muito honrada em ser vista por eles daquela forma. Edmo então, em tom descontraído, disse: *“Daqui a pouco você está comprando casa aqui, não é, não?”*, seguido de risos e concordâncias.

Assim como a pesquisa é feita dos *“Anthropological blues”* de Da Matta (1978), é também importante, a partir da descrição das situações envolvendo o pesquisador no campo, perceber direcionamentos que vão sendo tomados ao longo do mesmo. No momento em que fui apresentada como um deles percebi a minha aceitação naquele universo e que, apesar do cuidado que ainda mantive, minhas perguntas e falas poderiam ser interpretadas de uma maneira mais próxima e correspondente para eles.

## **2 - Discussões epistemológicas e metodológicas:**

Esta pesquisa se propõe, em linhas gerais, a contribuir com dois temas caros à nossa sociedade: a política e os desastres/eventos críticos. Este último tema, sob a perspectiva da Antropologia e da Sociologia, encontra-se ainda crescente no Brasil, pois, segundo Norma Valencio (2009:XIII), até 2003, *“o tema dos desastres pouco ocupava as discussões acadêmicas no Brasil”*.

Há que se considerar também, para a relevância da temática, que no Brasil (e até mesmo em todo o mundo) vêm crescendo em número e intensidade os desastres,

---

<sup>11</sup> Estive presente em duas, das três assembleias ocorridas. Nesses dois momentos, a plenária contou com a presença de uma média de quarenta moradores.

principalmente relacionados às chuvas, além dos seus prejuízos e danos, conforme apresentado por Emerson Marcelino (2007) em estudo do INPE.<sup>12</sup>

O interesse inicial do projeto de pesquisa era estudar, a partir de um recorte, o bairro que tinha sido para muitos na cidade “o mais afetado” pela tragédia de 2011, e como as pessoas lidavam com as consequências impulsionadas por esse evento.

Para tanto, fiz a minha entrada no campo a partir do contato com a instituição relacionada ao bairro e aos moradores, a qual eu mais via nos jornais e televisão quando tratavam do Córrego D’Antas, até mesmo antes do desastre: a associação de moradores. A finalidade inicial era começar a conhecer mais o bairro, as pessoas e adentrar nas questões específicas das vivências e ações relacionadas à política para os moradores nesse contexto de pós-tragédia.

Logo que iniciei a busca por mais informações sobre a associação (no seu próprio *site* e em matérias de jornais, antes de adentrar na pesquisa *in loco*), pude começar a estabelecer o meu recorte e objeto: as ações dos moradores, percepções e interpretações, diálogos e conflitos, interesses, saberes, vivências e sociabilidades envolvidos nas suas participações no processo de reconstrução do bairro após 2011, e relacionados de alguma maneira à associação de moradores.

A ideia era observar a participação dos moradores na reconstrução do bairro via associação de moradores. A cada ida ao Córrego D’Antas, entrevistas, conversas, participação de reuniões, eventos e assembleias, ia registrando tudo o que ocorria, como os diálogos e impressões no diário de campo. As notas de campo tiveram importância fundante na transformação da interação observada em escrita, apresentando muitas impressões, reflexões e detalhes de momentos que eu poderia acabar deixando de lado posteriormente, visto a quantidade de demandas envolvidas em uma pesquisa.

A pesquisa, portanto, privilegia o método etnográfico da observação participante, a partir do meu acompanhamento e participação das ações e relações dos moradores envolvidos na associação do bairro, e em eventos ligados direta e indiretamente a ela, buscando compreender essas ações de participação, relacionadas às várias esferas e aos acontecimentos da vida social dos moradores, inclusive a tragédia. Assim, o destaque desse acompanhamento foi dado a partir dos moradores que são membros da diretoria da associação, membros do

---

<sup>12</sup> Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

grupo gestor, ou moradores que participam de assembleias e eventos promovidos ou apoiados pela mesma.

A importância de adotar o método etnográfico clássico se dá por uma escolha de produção que esteja amarrada às experiências de “primeira mão”, ao invés de explicações distantes. A partir desse direcionamento metodológico, o antropólogo:

*“compromete-se de corpo e alma no contexto da experiência e das atividades ordinárias de seus interlocutores. Ele se engaja na primeira pessoa nas situações cotidianas, que frequenta de forma regular e repetitiva durante uma longa jornada. Desse modo, está diante da excepcionalidade de eventos únicos aos quais somente ele assiste e testemunha em campo. O pesquisador embarca, pois, numa compreensão aproximada, focalizando os fenômenos que se dão concretamente diante dele, no momento exato de sua produção”* (CEFAI, 2011:10).

A observação participante pode estar combinada com outras técnicas e atividades, como é o caso desta pesquisa, mas essa é imprescindível para a reflexão, para que a análise esteja “*enraizada numa coleta de dados in vitro*” (CEFAI, 2011:11), e não somente em um gabinete, sob pena de somente reproduzir explicações distantes e prontas, ou ligadas a modelos e lógicas universalizantes.

Ao longo do trabalho de campo, percorri locais do cotidiano de muitos moradores do bairro, além de participar de reuniões e eventos relacionados à associação de moradores. Minha entrada no bairro se deu no final de janeiro de 2014, quando busquei contato com Sandro, o presidente da associação de moradores, e conversamos sobre a associação, minha pesquisa e o interesse em participar daquele universo. Comecei então, a partir de fevereiro, a acompanhar e participar das reuniões e eventos, a fim de inicialmente conhecer mais o espaço e as pessoas da associação e do bairro. Com o tempo, as relações e observações que foram se estabelecendo ao longo do trabalho de campo foram proporcionando um direcionamento maior da pesquisa e do objeto para a associação de moradores.

Além da observação participante, com o intuito de conhecer melhor o objeto e apresentá-lo, foram incorporados aos processos metodológicos da pesquisa documentos, fotos e notícias sobre o bairro, as vítimas, as áreas de risco, a “tragédia”, as ações dos moradores e das instituições, a fim de proporcionar uma visão situacional do campo e mesmo uma análise anterior dele, somadas às memórias da tragédia e da história do bairro.

Recorri, portanto, às matérias de jornais, sites e blogs, ofícios, cartas, abaixo-assinados, leis e normas, dentre outros, lançados pelos variados atores envolvidos nas relações observadas. Além dos registros e documentos, recorri a fontes orais, através de entrevistas.

Foram feitas entrevistas com moradores - integrantes da associação de moradores e não membros também – entre o período de junho de 2014 a dezembro do mesmo ano, quando eu já era conhecida por alguns moradores ou pelo menos vista por muitos no bairro, o que facilitou a confiança e o interesse na participação. Para tanto, foi elaborado um roteiro de perguntas que usei em todas as entrevistas para me situar nos assuntos ligados às temáticas da pesquisa. Perguntei sobre a história do morador no bairro (há quanto tempo mora no bairro, se trabalha ali...), sobre a tragédia (se estava no bairro quando aconteceu, como ocorreu, se teve perdas, quais as consequências, mudanças...), sobre a associação (se a conhece, há quanto tempo, se já foi em algum evento seu, o que pensa dela...), entre outros assuntos.

As entrevistas feitas são, portanto, consideradas não diretivas, de acordo com Michelat (1982), aquelas que não usam cerceamentos de uma entrevista fechada, como o questionário; e do tipo estruturada, situando-se entre o questionário e a aberta, pois, apesar de terem roteiro, elas não têm respostas prontas ou um direcionamento (POUPART, 2010). Optei, portanto, em não deixar a entrevista totalmente aberta, a fim de facilitar as comparações e análises posteriores. Dependendo do entrevistado e o que relatava, ia acrescentando perguntas e/ou deixando de fazer outras.

É importante frisar que as falas das entrevistas não foram tomadas aqui nesta etnografia de maneira isolada, e sim relacionadas a outros discursos, situações e contextos. Assim como Pollak (1986) apresenta a história como uma reconstrução, com expectativas de audiência, agências, circunstâncias etc., os relatos, sejam de memórias antigas ou de percepções atuais, não podem ser tomados como cristalizados, mas frutos de relações e formas a partir das quais as pessoas vivem atualmente, além de categorias apropriadas pelas mesmas no momento da entrevista.

Todas as entrevistas seguidas de roteiro foram filmadas, com o consentimento dos moradores, de modo que eu sempre tive o cuidado de explicar sobre a pesquisa e o registro daqueles momentos. Depois de filmadas, as entrevistas foram constantemente revistas por mim, e as falas foram decupadas, ou seja, foram divididas em temáticas e cenas, e marcadas suas minutagens, de modo que depois, mais facilmente, podia procurá-las para ouvi-las novamente e/ou transcrevê-las<sup>13</sup>.

É importante relatar também que os nomes dos moradores foram mantidos, neste trabalho, com o consentimento geral dos mesmos. Sempre que ia conversar com algum

---

<sup>13</sup> Além das entrevistas, filmei algumas situações e eventos no campo, como a reunião de Revisão do Plano Diretor no bairro.

morador, ou nas reuniões quando explicava sobre a pesquisa, tinha o cuidado de dizer que registraria algumas falas e situações e perguntava se alguém não gostaria de ter seu nome no trabalho, ao passo que ninguém apresentava negativa<sup>14</sup>.

Além do uso de documentos, de fontes primárias e orais, somou-se à organização a pesquisa de uma bibliografia metodológica e etnográfica para um conhecimento anterior das condições da observação e também para o direcionamento teórico, admitido num processo desde o desenrolar do trabalho de campo. Como afirma Evans-Pritchard, no Apêndice de “*Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*” (2005), é essencial partir para o campo sem estar às cegas, tendo todo um treinamento em teoria antropológica, a fim de saber o que e como observar:

*“Costumava-se dizer, e talvez ainda se diga, que o antropólogo vai para o campo com ideias preconcebidas sobre a natureza das sociedades primitivas, e que suas observações são guiadas por suas tendências teóricas – como se isso fosse um vício, e não uma virtude. Todo mundo vai a uma sociedade primitiva com ideias preconcebidas. Mas como Malinowski costumava lembrar, as do leigo são desinformadas, em geral preconceituosas, ao passo que as do antropólogo são científicas, pelo menos no sentido de que se baseiam num corpo muito considerável de conhecimento acumulado e aprimorado. Se o antropólogo não fosse ao campo com ideias preconcebidas, não saberia o que observar, nem como fazê-lo”* (EVANS-PRITCHARD, 2005:243).

A partir do uso de uma bibliografia relacionada às temáticas envolvidas na pesquisa, foi possível uma reflexão teórica das questões apresentadas através das observações em campo, relacionando esses conceitos estabelecidos por teorias e etnografias anteriores às particularidades apresentadas na análise. Mariza Peirano (1995), ao defender a etnografia e a sua relação com a teoria, aponta a importância das monografias para o direcionamento da pesquisa antropológica.

*“Mas o fato é que, embora o conjunturalismo etnográfico vise uma reflexão teórica, as monografias são o que a disciplina guarda de mais precioso. A razão é óbvia: foi o kula de Malinowski que permitiu a Marcel Mauss conceber o ‘fato social total’ e ajudou a Karl Polanyi a discernir a ‘grande transformação’ no ocidente. As observações de Evans-Pritchard sobre a descentralização política dos Nuer, as de Geertz sobre o theaterstate em Bali, as de Stanley Tambiah sobre a galactic polity*

---

<sup>14</sup> Sobre o único morador o qual não apresento o nome nesta descrição: tive um rápido contato com ele em uma ocasião em que tirava fotos de uma parte do bairro. Ele me abordou questionando o porquê das fotos, nos apresentamos, conversamos durante muito tempo e, apesar de ter explicado sobre a pesquisa, não pude a tempo conseguir o aceite dele sobre seu nome no trabalho. Ele é apresentado no terceiro capítulo.

*asiática, ou as de Edmund Leach sobre a alternância gumsa-gunlao na Alta Birmânia, naturalmente trazem consequências para o conceito sociológico de sistema político(...)* (PEIRANO, 1995:17)

Para Peirano, esse processo de acumulação de leituras e conhecimento de monografias faz com que progressivamente a Antropologia vá adotando mais conceitos abrangentes, (Ibidem:17), através da observação de antropólogos com esse conhecimento acumulado. Por isso, “(...) *um antropólogo bem formado teoricamente é um antropólogo bem informado etnograficamente*” (PEIRANO, 1995:17).

A fim de obter esse conhecimento mais compreensivo sobre as questões suscitadas em campo, além da bibliografia básica de Antropologia geral e Antropologia e Política que dá o escopo às discussões acerca da disciplina e seus métodos e objetos, várias etnografias disponibilizaram conceitos e históricos que favoreceram uma reflexão comparativa mais direcionada à temática da pesquisa.

Etnografias e análises relacionadas a desastres, reconstrução e participação foram imprescindíveis para a análise deste trabalho, como por exemplo “*Life Exposed: Biological Citizens after Chernobyl*”, de Adriana Petryna (2003), “*Advocacy after Bhopal: Environmentalism, Disaster, New Global Orders*”, de Kim Fortune (2001), “*Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectiva no Brasil*” de Norma Valêncio (2009) e “*Historia y desastres en América Latina III*” organizado por Virginia Acosta (2008), dentre outras apresentadas ao longo desta descrição e de sua bibliografia.

Além dos métodos já elencados até aqui, torna-se necessário admitir também o uso de outras estratégias na pesquisa, como o uso da fotografia e filmagem.

Ao longo do meu trabalho de campo, ao percorrer lugares e cenários do bairro, em muitos momentos registrei-os através de fotografias. Também tirava fotos das situações de diálogos e dos atores nas assembleias, reuniões e eventos, como o simulado de evacuação em áreas de risco, as assembleias convocadas pela associação e a reunião da prefeitura no bairro sobre a Revisão do Plano Diretor, da qual também fiz o registro filmico. A filmagem produzida durante a pesquisa no campo se deu como registro e fonte material, principalmente a partir do registro das entrevistas com os moradores, como já apresentado.

Além das fotos e entrevistas que julgava necessário e importante fazer, também em alguns momentos usei a câmera a pedido de alguns moradores, para registrar partes do bairro ainda com problemas, para entrar com alguma denúncia na justiça, para exemplificar algo que

tenham me relatado, entre outras solicitações. Soma-se a esses usos da fotografia, a ferramenta de contribuição para a análise de várias questões.

Para tanto, busquei aporte teórico inicial nas reflexões da Antropologia Visual, que propõe o uso da fotografia como um método de pesquisa, sistematizado dessa forma primeiramente por John Collier em *“Antropologia Visual: a fotografia como método de pesquisa”*, em 1967.

A Antropologia visual, ou designada por alguns de Antropologia da Imagem, segundo Milton Guran, utiliza a mesma (principalmente através da fotografia e cinema) como um instrumento ou objeto de reflexão antropológica, descrevendo ou representando sentidos que serão percebidos e concluídos a partir da metodologia e teoria científicas da Antropologia (2011:80-81).

*“Uma fotografia pode ser o ponto de partida de uma reflexão antropológica, ou o resultado dessa reflexão. No entanto, jamais poderá se constituir na própria reflexão em si, já que a fotografia, por natureza, é eminentemente descritiva, sem prejuízo das suas dimensões simbólicas e opinativas. Ela descreve, representa ou até mesmo interpreta tudo o que pode ser visto, e somente isso, ficando fora do seu alcance a apresentação de conceitos, ideias e processos de raciocínio.”(...)*  
*“Quando produzida por antropólogos no âmbito de uma pesquisa, é de se esperar que tenha mais densidade de conteúdo, até porque o olhar do autor já está instrumentalizado pela disciplina, tendo sido treinado para localizar e destacar aspectos do mundo visível que ensejam ou atestam questões de relevância antropológica”* (GURAN, 2011:80).

A Antropologia Visual defende a leitura da imagem como um dado antropológico. Para isso, Guran defende alguns passos nesse processo, como a produção de um corpus fotográfico, com material produzido durante a pesquisa pelo próprio pesquisador como pelas pessoas presentes no universo da pesquisa. Além da constituição do corpus e da produção da fotografia, o autor considera também *“a articulação entre texto e foto visando à construção de um discurso científico”* (GURAN, 2011:81).

A fotografia pode ser utilizada, portanto, a partir da sua produção em campo pelo antropólogo, a de *“natureza ética”*, ou a partir do que for produzido e apresentado por outras pessoas, de *“natureza êmica”*, contendo a representação que elas fazem de si próprias. *“Assim sendo, essas fotografias expressam de alguma forma a identidade social do grupo em questão”* (Ibidem:82). No caso desta pesquisa, a expressão das imagens vai além de uma identidade, mas dá pistas sobre as percepções, no sentido de Ingold (2000), ou seja, sobre as

formas como os sujeitos ou grupos sociais percebem e se relacionam com determinados aspectos do ambiente e de suas vidas.

Na análise, pude utilizar e ler as fotos que produzi ao longo do trabalho de campo<sup>15</sup> e as que pesquisei nos acervos dos jornais, no site da associação de moradores, além das que me foram cedidas pelos próprios moradores. Todo esse material constitui o corpus fotográfico da pesquisa, o qual é mostrado em parte do presente trabalho.

*“A fotografia pode colocar-se, então, como um ponto de partida para uma reflexão antropológica. É este o caso, também, de quando ela é produzida por indivíduos pertencentes ao universo em estudo, e aí se constitui em objeto da própria pesquisa. Quando é produzida pelo pesquisador com a função específica de atestar conclusões, por sua vez, a fotografia se apresenta como o resultado de uma reflexão” (GURAN, 2011:80-81).*

O corpus construído ao longo da pesquisa, assim como a forma como foram produzidas as imagens ao longo do campo renderam aproximações, reflexões e olhares, a serem apresentados e desenvolvidos no primeiro capítulo.

Pensando na participação dos moradores do Córrego D’Antas na reconstrução do bairro e nas relações embutidas nesse processo, foi necessário também observar como esses atores pensam e experimentam o que é tido como política para os mesmos, e relacioná-la ao cotidiano dos moradores, sob a ótica da Antropologia da Política. Segundo a antropóloga Karina Kuschnir:

*“A antropologia da política tem por objetivo entender como os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como interagem e atribuem significado aos objetos e às práticas relacionadas ao universo da política. Embora simples, essa é uma proposta complexa e que implica pelo menos dois pressupostos. O primeiro, de que a sociedade é heterogênea, formada por redes sociais com múltiplas percepções da realidade. O segundo, de que a “política” ou o “mundo da política” não é um dado a priori, mas precisa ser investigado e definido a partir das formulações e comportamentos de pessoas e contextos particulares” (2007:09).*

Seguindo ainda a linha da Antropologia da Política, Irllys Barreira e Moacir Palmeira, ao tratarem das eleições como um fenômeno além da política, defendem a observação “*com base em ângulos analíticos variados*” (1998:10). Essa variedade analítica permite diferentes

---

<sup>15</sup> Produzi em torno de 900 fotografias durante o trabalho de campo.

visões, ao pensarmos na forma como os moradores se manifestam no contexto pós-tragédia, e essa manifestação fazendo parte de variadas dimensões da vida social, e não somente da política.

A análise deste trabalho, portanto, baseia-se em diferentes contextos da vida social, de forma a explorá-los principalmente a partir de situações específicas, como os acontecimentos negativos de 2011 no bairro, os eventos que sucederam a esses e a forma como os moradores lidaram e lidam com tudo isso.

Deste modo, pensar nessas diferentes especificidades, interligadas e relacionadas às ações dos atores no bairro, permite ver a política como uma temática mais dinâmica, complexa, simbólica e menos reificada, de acordo com uma visão antropológica da política. Como afirmam John Comerford e Marcos Otávio Bezerra:

*“Desenvolver uma antropologia da política deveria permitir refinar, acionando a etnografia e a comparação que estão no cerne da tradição antropológica, a percepção das complexas maneiras pelas quais uma determinada sociedade estabelece recortes de domínios, classificações e descontinuidades significativas; bem como descrever e analisar o que, em cada contexto, é delimitado como pertinente à política” (2013:467).*

Ao relacionar o mundo da política às variadas esferas da vida social, e observar parte do cotidiano de alguns moradores inserido numa participação via associação de moradores, foi possível perceber que, para esses atores, a participação na reconstrução do Córrego D’Antas está atrelada à participação nessa instituição, e que, para muitos, aconteceu por terem sido afetados pelo desastre.

Nesse viés de análise, um comportamento dito político é analisado a partir de como é pensado como tal pelos atores na investigação, e não pode ser tomado como algo isolado ou descontextualizado da vida social, tampouco como algo dado.

Assim, a participação dos moradores do Córrego D’Antas em sua associação não pode ser qualificada como política *a priori* e para todos, uma vez que tanto na ideia de reivindicação de direitos quanto, na de participação e política podem estar envolvidos diversos elementos que não, necessariamente, podem ser conciliados ou tachados sob uma mesma ação ou conceito. Um exemplo dessa relativização é o fato de que para alguns moradores as ideias de política e “fazer política” são tidas como algo negativo e distante das suas ações no bairro (como apresentado mais adiante neste trabalho).

Para abranger essa participação e contextualizá-la, foi possível pensar no conceito de eventos críticos ligados aos acontecimentos da tragédia. Para a antropóloga indiana Veena Das, os eventos críticos, como a partição da Índia ou a tragédia na usina de Bhopal, são fatos históricos tratados na sua singularidade e que trazem transformações e sofrimentos repentinos e inexplicáveis (1995:06), assim como se apresentou o desastre de 2011 na região serrana para muitos moradores do Córrego D'Antas, conforme desenvolvido ao longo da análise.

O desastre ocorrido em Córrego D'Antas e em outras localidades da região serrana foi um evento crítico no sentido de “quebra do cotidiano” e de muitas mudanças na vida de várias pessoas, as quais passaram a ser inseridas na categoria de vítimas por parte de outras pessoas e do Estado. Este, ao fazer esse reconhecimento das pessoas como vítimas, assume a responsabilidade de agir em favor delas. E as vítimas e suas comunidades acionam o Estado a partir de seus interesses, configurando em muitos momentos uma relação de conflito.

Portanto, apesar do foco estar na atuação dos moradores no desastre, o trabalho também contempla um pouco da atuação do poder público, de modo que é possível então abarcar uma análise da representação dos moradores em relação à atuação deste, de agentes estatais e instituições oficiais.

Muitos habitantes, conforme seus relatos e vivências desenvolvidos posteriormente, só se viram participando de eventos e se inteirando mais de questões do bairro após o evento crítico de 2011. Os problemas públicos foram se constituindo como tal a partir das demandas dos moradores apresentadas com a tragédia. Além do evento crítico de 2011, os sofrimentos, as transformações e demandas do bairro foram se apresentando constantemente ao longo dos anos até 2014, quando pude observar e agora descrever situações que foram dando mais forma aos problemas públicos relacionados ao Córrego D'Antas e seus atores.

Portanto, ao ser estabelecida uma relação entre a participação dos moradores no processo de luta por reconstrução do bairro a eventos passados e a relações e situações que se estabelecem posteriormente e de forma dinâmica entre os mesmos e outros atores, há o entendimento de que o empreendimento teórico e reflexivo desta pesquisa prescinde de uma análise que leve em conta as experiências individuais e coletivas dos indivíduos, sendo esta uma “*análise situacional*”, nas palavras de Cefaï (2011).

A análise situacional dá destaque às situações sociais, a partir da sua observação e descrição. Apesar dessa ênfase, ela tem sensibilidade à questão simbólica, portanto, não dissociando questionamentos culturais dos sociais (CEFAÏ:12). Ao analisar as ações relacionadas ao mundo da política, tendo este como algo simbólico e dinâmico, é possível

perceber essa análise mais eficaz, a partir de uma “*perspectiva microsociológica e pragmatista*” (Ibidem, 2011:14).

Busca-se, a partir deste trabalho, tomar a tragédia ocorrida na cidade, com suas consequências, como um eixo para a análise de como os moradores do Córrego D’Antas, vítimas ou parentes e vizinhos destas, começaram sua participação na reconstrução do bairro e como pensam sobre essa participação e as interações consequentes, após o evento que transformou o cotidiano dessas pessoas, e ao longo das situações envolvendo a associação, o bairro, os moradores e outros atores e partes. Essa problematização, juntamente à questão imagética do bairro, será apresentada de forma mais densa no primeiro capítulo do trabalho.

Torna-se importante, portanto, a partir da observação dos moradores do Córrego D’Antas e das suas relações na associação de moradores, perceber e descrever, nas práticas desses atores, o que é pertinente à política e à participação no bairro, a partir de sua visão de mundo. Essa percepção se dá no sentido de entender qual a visão nativa sobre o que é político e que perpassa as relações dos moradores ao se lutar por objetivos, como a reconstrução do bairro, ou direitos à moradia e indenização.

Pretende-se ainda fazer uma análise que ultrapasse abordagens negativas sobre a concepção e vivência política dos atores. Marcio Goldman e Moacir Palmeira fazem uma pertinente crítica às abordagens tradicionais que analisam o voto e as eleições a partir de uma via que expõe um papel negativo do eleitor e da dinâmica eleitoral neste processo político, relacionando o voto, muitas vezes, à falta de racionalidade, de informação ou eficiência para ilustrar o processo eleitoral e seus atores (1996:07). O que é pretendido nesta análise é ultrapassar esse tipo de abordagem, buscando entender as relações entre as pessoas, o mundo da política e o Estado (neste período após uma “catástrofe” e episódios de corrupção), as suas particularidades e eficácias.

Também é importante ultrapassar noções abstratas sobre, por exemplo, localismo e corporativismo. Este trabalho, ao abranger palavras como particular e local, não adere a considerações como localismos, corporativismo, particularismo, entre outros *ismos*, constantemente utilizados em perspectivas rasas e negativas.

Cefaï critica essa estigmatização às entidades associativas, sob a forma de denúncias de localismo, corporativismo ou comunitarismo, e da também chamada *Nimby* (“not in my backyard”, ou seja, não em meu quintal). Contra essas interpretações, Cefaï também defende a “*análise pragmatista das atividades microcívicas e micropolíticas*” (2011:71). Ainda sobre a análise:

*“Em primeiro lugar, isso implica em não lidar com atores já constituídos, dispondo de recursos e produzindo estratégias. O objetivo do bem público se encarna e se representa, sem dúvida, em agenciamentos de instituições públicas, de sociedades de economia mista, de organismos paramunicipais e de associações civis. Mas essa cartografia reduz a análise: ela se afasta das atividades contextualizadas ao objetivar ordens de representações, espaços de poder ou redes de governança; ela não parte dos contextos de experiência pública e considera raramente a natureza das organizações, das interações que as ligam e dos problemas que elas revelam, em relação aos eventos ou às ações em curso; ele perde de vista os processos temporais ao se centrar em cálculos racionais, em estruturas sociais ou em instituições políticas.” (CEFAI, 2011:72)*

A análise pragmatista das atividades micropolíticas, portanto, neste trabalho, esmiúça experiências, interações, percepções, ações e produções de subjetividades, voltadas para contextos micro e moleculares primeiramente, e não da ordem molar impondo-se à micro. Como Guattari afirma, *“a análise micropolítica se situaria exatamente no cruzamento entre esses diferentes modos de apreensão de uma problemática”* (2007:155).

A ideia de focar nessas conjunturas, no entanto, não quer dizer que as ordens moleculares e molares sejam, além de diferentes, necessariamente opostas, como também critica Guattari (2007), pois *“o molecular, como processo, pode nascer no macro. O molar pode se instaurar no micro”* (Ibidem:150). No entanto, partir da ordem micropolítica pode-se evitar generalizações e universalizações, como ele exemplifica:

*“A democracia talvez se expresse em nível das grandes organizações políticas e sociais; mas ela só se consolida, só ganha consistência, se existir no nível da subjetividade dos indivíduos e dos grupos, em todos esses níveis moleculares, novas atitudes, novas sensibilidades, novas práxis, que impeçam a volta de velhas estruturas”* (Idem:157).

Por isso, neste trabalho, a análise é voltada para as atividades microcívicas e micropolíticas dos atores envolvidos na reconstrução e luta no Córrego D’Antas. As atividades e as situações enredadas ao longo do campo e que permitem essa análise serão descritas principalmente nos segundo e terceiro capítulos.

É possível pensar nos acontecimentos ligados a não correspondência por parte do poder público com as demandas do bairro e a sua aparente falta de comunicação com os moradores, além das tentativas de diálogo com o estado e resolução dos problemas por parte dos moradores como fazendo parte de processos de participação, de oposição e conflito entre as partes. Essas relações se dão após o evento crítico do desastre natural, e entendê-las e

contextualizá-las é de suma importância. Os conflitos tomam parte nesta etnografia de maneira mais definida no terceiro capítulo.

Para a análise dessas e de outras relações, e a partir da importância dada à memória do bairro e a seus moradores nos sites e nos discursos já observados, é importante pensar também em como a história da tragédia se insere nesse universo de dramas, conflitos e lutas pelo bairro e nas assembleias, reuniões e encontros dos moradores na associação.

A Insurreição de Hidalgo, narrada por Turner, e seu “resíduo simbólico” que “*no tempo histórico surte efeitos poderosos em dramas e processos revolucionários subsequentes*” (TURNER, 2008:95), faz pensar que a memória de outras lutas e lideranças no passado do Córrego D’Antas, assim como a do evento crítico da “tragédia” podem surtir efeitos nas relações e embates que se encerram entre os moradores e o poder público, assim como na maneira destes pensarem a política e se relacionarem e se verem neste processo.

A lembrança de Sandro sobre os movimentos da associação e suas ações quando ele ainda era criança, e seu relato dessa memória seguida da afirmação de que o “*bairro tem um histórico de lutas*” podem servir de exemplos de como as memórias são construídas, acionadas e valorizadas em determinados momentos, e de forma relacionada ao presente.

Além da história brevemente apresentada da tragédia e da memória construída pelos moradores sobre a mesma, é interessante pensar em como os moradores lidam com outras reproduções da história, a oficialmente produzida, através da prefeitura, dos jornais e de textos e relatórios que estes têm acesso.

A informação propagada do Córrego D’Antas como o bairro “mais afetado” pelos veículos midiáticos e na imprensa oficial, além do seu acionamento por vários atores e em vários momentos do campo também explica mais sobre essa apropriação da história e de dados.

Portanto, o desastre natural, como evento crítico de Das, que traz uma nova inserção de como os atores se sentem (1995:06) e da sua memória – e sua construção por parte de diversos atores – serve como ponto de partida para as observações e reflexões iniciais. Como mostrado anteriormente, a partir desse evento, ações e uma “*nova participação*” foram iniciadas, com as muitas demandas que surgiram com a destruição causada pela tragédia e seu caráter transformador.

Torna-se pretensão deste trabalho, portanto, contribuir para a análise e compreensão de como eventos críticos são mais do que representados, mas vivenciados pelos atores e de que maneira esses eventos podem perpassar a participação de atores nas associações de moradores, vítimas ou outros grupos; além disso, busca-se apontar caminhos para o

entendimento de que os dramas, as ações, categorias, sociabilidades e conflitos presentes nesse universo constituem a própria construção e participação política desses grupos associativos.

### **3 - Sobre aproximações e distanciamentos:**

Não podia deixar de levar em consideração, neste trabalho, as questões que nortearam minhas escolhas de análise.

Minhas motivações para a pesquisa têm origem, primeiramente, em meu interesse pela antropologia da política e, em segundo lugar, mas não menos importante, pelo fato de ter ligações com a cidade, pois sou friburguense e estava na cidade em janeiro de 2011. Todo o desenrolar da tragédia, a partir da vivência particular e como repercutiu no meu universo de estudos são dispensados de detalhes no momento. No entanto, é importante frisar que o interesse veio principalmente pelo o que Tim Ingold sugestiona, de fazer uma análise antropológica, no nível de um entendimento com base na premissa do nosso envolvimento com o mundo, ou seja, dos nossos engajamentos (2000:11).

A escolha pelo Córrego D'Antas e seus moradores, se deu, primeiramente por questões reflexivas. Antes da pesquisa não conhecia seus moradores em grande número, portanto a entrada no campo não foi fácil e rápida, mas tinha curiosidade e interesse crescentes em saber mais do que tinha sido o bairro "mais atingido" e que tinha uma associação de moradores muito atuante - era a informação que ouvia sobre o bairro através de alguns meios.

Logicamente, o fato de ser da cidade (apesar de já ter laços residenciais em Niterói há muitos anos) e ter vivenciado a noite da "tragédia" e seus dias subsequentes são questões que recobravam uma preocupação constante. No entanto, vejo que, em algumas situações, essas demandas, além de terem me aproximado do problema-questão da pesquisa, me 'forçaram' a pensar na minha posição em relação ao objeto. O antropólogo deve ver de forma cuidadosa essa familiaridade, mas também pode encontrar vantagens estratégicas relacionadas.

Por essa e outras causas acima descritas, escolhi o campo localizado no Córrego D'Antas, por ser um bairro distante de onde nasci e cresci. Não tinha convívio no bairro, nem relações próximas com seus moradores ao longo do período em que vivi em Nova Friburgo.

Essa escolha por um lugar mais distante geograficamente e das minhas relações foi vista como uma forma de facilitar o estranhamento necessário, mas estou certa de que as questões anteriores à pesquisa e mesmo as levantadas ao longo do campo independem

necessariamente da localização. Por isso, algumas possíveis considerações positivas a respeito desta familiaridade podem ser apresentadas.

Primeiro, posso produzir uma interpretação mais próxima do nativo, o que Geertz chamou de uma interpretação de “*primeira mão*” (1989:11), ao reconhecer significados e categorias dos nativos no contexto friburguense estudado (apesar de não os tomar como fechados e iguais para todos), como por exemplo, a categoria “tragédia”, ou aspectos da história dos acontecimentos na região.

Em alguns momentos no campo, também senti uma vantagem de ser friburguense, e não uma *outsider* – considere a minha apresentação como friburguense nas primeiras reuniões da associação de moradores como algo positivo e que trouxe uma familiaridade para os moradores - sem ter a desconfiança, que, por exemplo, Diego Zenobi (2010) sofreu em alguns momentos do seu campo, ao ser visto como espião, enquanto realizava seu trabalho de campo com um grupo de vítimas do incêndio ocorrido em um show de rock em Buenos Aires em 2004.

Além das considerações estratégicas, a proximidade e a familiaridade com as questões do campo já foram discutidas e vistas não necessariamente como condição negativa para a pesquisa por muitos antropólogos, como Roberto Da Matta e Gilberto Velho. Para Velho, o envolvimento com o objeto de estudo não pode ser considerado como defeito ou imperfeição (1987:123), podendo ele até mesmo ter algumas vantagens, pois o antropólogo que estuda o familiar está propenso a se expor a confrontos com especialistas e leigos do seu campo, podendo enriquecer os resultados da pesquisa. Além disso, estudar o familiar expõe o antropólogo constantemente à lembrança da necessidade do estranhamento e de ver muito além do que lhe é familiar.

*“Acredito que seja possível transcender, em determinados momentos, as limitações de origem do antropólogo e chegar a ver o familiar não necessariamente como exótico mas como uma realidade bem mais complexa do que aquela representada pelos mapas e códigos básicos nacionais e de classe através dos quais fomos socializados. O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações”.* (VELHO, 1987:131)

Para um melhor distanciamento, esse “confrontar” intelectual e emocional, a que Velho se refere, foi de grande valia durante o campo e nas minhas reflexões posteriores. Por exemplo: em muitos momentos do campo, em que me sentia parte do grupo ou no meio de

uma discussão ou decisão a ser tomada, lembrava-me de como poderia, em algumas situações, me colocar de uma maneira que não impusesse uma colocação ou sugestão a partir somente de um interesse acadêmico, ou então simplesmente como alguém da cidade e que havia sido também afetada pelo evento crítico.

#### **4 - Estrutura:**

A presente dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro compreende uma apresentação do desastre de 2011 a partir das memórias dos moradores, relacionando-os a percepções e mudanças, por sua vez associadas à participação e “luta” pela reconstrução do bairro. Apresenta também o engajamento de alguns moradores e sua entrada na associação do bairro e nas arenas públicas, a partir de demandas particulares e locais.

No segundo capítulo, são descritas situações que permitem evidenciar algumas estratégias e agenciamentos dos moradores através da associação, além de construções de categorias e representações sobre o bairro, a tragédia e a política para os moradores.

Na terceira parte são descritas mais situações, com foco em conflitos expostos em determinados momentos. Os conflitos estão apresentados nos processos dos dramas e diálogos com o Estado, nas escolhas das estratégias adotadas e nas diferenças de visões sobre a associação, a política e os interesses dos atores. Este capítulo acaba por analisar também mais percepções e categorias apresentadas.

## Capítulo 1: “Nós precisamos uns dos outros”

Este capítulo apresenta a tragédia de 2011 a partir dos relatos e depoimentos de moradores, presentes em entrevistas e matérias de jornais, sites, levantamentos, entre outras fontes. Somadas à descrição, seguem imagens dos acontecimentos relacionados a esse evento e das suas consequências para o Córrego D’Antas e os moradores. Os elementos são apresentados como parte de um evento crítico que instaurou mudanças diversas no bairro, na vida dos moradores e nas suas percepções, valores e atividades.

Além das mudanças, alguns elementos também foram reafirmados e mantidos, mostrando que toda essa reconfiguração esteve presente na constituição dos problemas públicos gerados, impulsionando e a participação de muitos moradores através da associação do bairro. Na primeira parte deste capítulo, é apresentada e analisada a entrada dos moradores na arena pública, via associação, e os movimentos de alguns moradores iniciando essa empreitada.

### 1.1 - O evento em 11 e 12 de janeiro de 2011:

Em janeiro de 2011, mais precisamente entre os dias 11 e 12, a região serrana do Rio de Janeiro e municípios limítrofes, sofreram o que foi considerado por estudiosos de fenômenos naturais e pela grande mídia o maior desastre natural já ocorrido no Brasil.

Bom Jardim, Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis (além de municípios menores) sofreram com fortes e constantes chuvas ocorridas nesses dias, as quais levaram a cheias dos rios e deslizamentos de terra e pedras, em muitos lugares descritos como violentas avalanches, matando mais de 900 pessoas e deixando 12.768 desabrigados (quem perdeu suas casas) e 23.315 desalojados (momentaneamente impedidos de voltar para casa) em toda a região, segundo relatório do Ministério do Meio Ambiente (2011)<sup>16</sup>.

Em Nova Friburgo foram 3.220 desalojados e 2.031 desabrigados, além de mais de 426 vítimas fatais (O GLOBO, 27/01/2011), apesar dos dados quantitativos serem duvidosos para muitas pessoas<sup>17</sup> (e não há um número oficial de mortos só no Córrego D’Antas).

---

<sup>16</sup> Disponível em <[http://www.mma.gov.br/estruturas/182/\\_arquivos/relatoriotragediarj\\_182.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/relatoriotragediarj_182.pdf)> Acessado em 27/11/2014.

<sup>17</sup> O Jornal Extra apresentou uma denúncia em 2011, mostrando que o número de vítimas fatais no desastre teria sido maior do que o apresentado até então. Disponível em <<http://extra.globo.com/noticias/rio/tragedia-regiao-serrana-2011/tragedia-na-regiao-serrana-teve-mais-mortos-que-divulgado-5685873.html>> Acessado em 15/08/2013. Após essa denúncia, o governo federal criou uma força tarefa para reavaliar os números, como

Durante todo o dia 11 de janeiro caía uma forte e constante chuva em vários pontos da cidade, intensificada ainda mais no período da noite e madrugada, quando ocorreu a maioria das cheias e dos deslizamentos, conforme relatos de muitos moradores.

Ao longo do dia, a constante chuva não causava muita preocupação pela cidade, exceto por um prédio antigo que caíra no período da tarde em Olaria, bairro populoso de Nova Friburgo, matando duas pessoas. No momento da queda não chovia e não se relacionava a chuva até então presente à precaução em áreas de risco de deslizamentos ou enchentes<sup>18</sup>.

Ao entardecer e no início da noite, o volume de chuvas ia se intensificando, os rios que cortam a cidade começavam a transbordar e as encostas a deslizar, deixando muitos moradores sem sequer saber para onde ir, se subiam os morros fugindo da enchente ou os desciam evitando os deslizamentos. Além dessas ocorrências, trovões fortíssimos eram ouvidos e a sensação para muitas pessoas era de que o barulho fazia rachar pedras e morros, como demonstra o jornal local:

*“Terça-feira, 11 de janeiro 16h - Rua São Roque – Olaria: Um prédio de dois andares cai e mata duas pessoas. Naquele instante, não chovia na cidade. Não se sabe oficialmente as causas do desabamento. Parecia um aviso da tragédia que estava por vir. 23h – Começa a tempestade em toda a cidade. Em quase dez horas de chuva, a precipitação chegou a 300 milímetros. Quarta-feira, 12 de janeiro - Começa o maior pesadelo já vivido pelos moradores de Nova Friburgo. Encostas deslizam, rios transbordam, avalanches dizimam comunidades inteiras. O fornecimento de energia e água é interrompido, assim como a telefonia fixa e móvel, impedindo até mesmo o acesso aos serviços de emergência. Em meio a gritos e pedidos de socorro, moradores de todos os bairros e distritos, desesperados, tentam salvar vítimas em meio aos escombros. Um cenário de caos absoluto. A população, desorientada, sai para as ruas e constata a destruição avassaladora da cidade. Um verdadeiro tsunami vindo do céu” (A VOZ DA SERRA, 18/01/2011).*

O impacto da chuva e suas consequências por toda a cidade podem ser percebidos ao ler as descrições dos jornais. A menção era de uma situação caótica, com a valorização de termos demasiados como “avassaladora” e “tsunami”, além da descrição da destruição de vários pontos do centro da cidade e arredores.

---

publicado em jornal friburguense: <<http://www.avozdaserra.com.br/colunas/50/8619/observatorio-08-08-2012>> Acessado em 15/08/2013. Mais informações sobre a força tarefa, disponíveis em <<http://extra.globo.com/noticias/rio/tragedia-regiao-serrana-2011/tragedia-na-regiao-serrana-forca-tarefa-comeca-nova-fase-para-ajudar-familias-de-desaparecidos-das-chuvas-6032939.html>> Acessado em 15/08/2013.

<sup>18</sup> Para saber detalhes dos acontecimentos da tragédia ver em “Cronologia da maior catástrofe natural do Brasil” (publicado em 18/01/2011, acessado em 10/08/2014) e “Relatos de quem sobreviveu à tragédia” (publicado em 12/01/2012 e acessado em 04/12/2014) em <<http://www.avozdaserra.com.br/>>.

*“Desaba um edifício residencial e algumas casas na Rua Cristina Ziede, no Centro, soterrando dezenas de pessoas. Três bombeiros que tentavam resgatar vítimas no local são atingidos pelo deslizamento de uma encosta no local. A Praça do Suspiro, um dos principais pontos turísticos da cidade, é totalmente devastada. Toda a encosta do Morro do Teleférico deslizou, destruindo a Praça das Colônias, parte do Tiro de Guerra, a centenária Capela Santo Antônio e parte do Teatro Municipal. O Rio Bengalas transborda e espalha um rastro de destruição por todo o centro da cidade e o distrito de Conselheiro Paulino, atingindo inclusive a Paróquia São Francisco de Assis, diversas lojas e inundando garagens de edifícios residenciais no eixo rodoviário. O bairro Vila Amélia é devastado, isolando a 151ª Delegacia de Polícia, o bloco carnavalesco Globo de Ouro, o Sesi, o condomínio Bom Pastor, a Fábrica de Filó, o Filó Esporte Clube e dezenas de residências. O bairro Lagoinha também é devastado, destruindo o Hotel Olífas. A rua que dá acesso ao bairro se transforma num rio caudaloso. Rios e córregos afluentes do Bengalas invadem casas e mudam seu leito natural. Quedas de barreiras impedem acesso à maioria dos bairros e loteamentos por todo o município. O bairro Duas Pedras também é atingido. A praça Prudente de Moraes é arrasada. (A VOZ DA SERRA, 18/01/2011).*

Os hospitais são atingidos e o quadro caótico piora:

*O antigo Centro Médico do Hospital São Lucas, na RJ 130 (Nova Friburgo – Teresópolis), que estava desativado, cedeu. O acesso ao São Lucas e a outros hospitais particulares é impedido. Córrego Dantas, São Geraldo, Conquista, Solares, Campo do Coelho, Riograndina, Chácara do Paraíso, Nova Suíça, Amparo, todos os loteamentos do distrito de Conselheiro Paulino são atingidos por deslizamentos de encostas e transbordamento de rios e córregos. Instaura-se um verdadeiro cenário de guerra, na tentativa de resgatar sobrevivente” (Ibidem, 18/01/2011).*

As consequências na cidade, relatadas acima, não aconteceram de maneira muito diferente no Córrego D’Antas. Assim como Nova Friburgo foi considerada o município mais afetado pela tragédia, conforme Relatório de Inspeção do Ministério do Meio Ambiente (2011), o bairro foi considerado por especialistas um dos mais impactados da região, tendo grande parte de suas casas, indústrias e comércio atingidos. Na época, em várias matérias do jornal local de grande circulação, como “A Voz da Serra”, foi apresentada a gravidade da destruição no Córrego D’Antas, “*um dos bairros mais gravemente afetados*” (Bruno Pedretti, A Voz da Serra, 30/08/2014) de Nova Friburgo.

A localidade sofreu enchentes com correntezas fortes, deslizamentos de terra e pedras - algumas com tamanho maior que o de um veículo, que tiveram de ser dinamitadas para serem retiradas do local - causando grande destruição.

**Foto 1.1: em evidência, uma das pedras que rolaram pelo bairro (2011)**



**Fonte: Jornal “A voz da Serra”**

Vinte dias depois do ocorrido, o cenário da tragédia no bairro praticamente estava intacto, como demonstram as seguintes matéria e foto do mesmo jornal supracitado: *“Maior que um caminhão, esta enorme pedra rolou do alto de uma montanha em Córrego Dantas e só parou na Estrada Nova Friburgo-Teresópolis. A localidade foi duramente atingida pelas águas. Casas e ruas desapareceram, restam cenas chocantes”* (A VOZ DA SERRA, 31/01/2011).

Todos os moradores que entrevistei relataram um pouco da noite e madrugada dos dias 11 e 12 de janeiro de 2011. Foram relatos densos e marcantes, alguns carregados de muita emoção.

Durante a noite e madrugada do evento, moradores contaram que ficaram sem energia elétrica, sem serviços de telefonia fixa e móvel. Os trovões eram muito fortes; o barulho dos morros e pedras deslizando era altíssimo, então pelo pandemônio e escuridão, as pessoas tinham uma vaga noção do que acontecia. A moradora Naninha (Eliana) e sua irmã Leila (esta última ficou soterrada e perdeu uma filha e seu esposo soterrados) me contaram, em entrevista comovente (21/06/2014), como a noite foi desesperadora, ao notarem o que estava acontecendo, e no caso de Naninha, por não conseguir socorrer os familiares na escuridão e no meio de muita água e lama.

*“Durante a noite a gente nem percebeu que estava caindo tudo. Quase não tinha luz. (...) [era] barulho de um tiroteio, parecia uma guerra.” (...). Na hora que a casa desabou, eu ouvi daqui. Eu senti que caiu. Aí quando eu ouvi o barulho da casa*

*caindo, no quarto ali na frente, eu abri a janela. Quando eu abri a janela eu escutei meu irmão gritando (...): - está caindo tudo, está acabando tudo, caiu tudo”.*

Muitos moradores tiveram que sair de suas casas e se abrigar em locais considerados mais seguros. Outros abrigaram vizinhos e familiares em suas próprias residências, como é o caso dos moradores Silvinho (Sílvio) e Sílvia. Silvinho contou em entrevista (21/06/2014), que: *“não amanhecia, era uma escuridão terrível, a gente queria ajudar as pessoas e não amanhecia”.*

Para muitos foi uma noite bem longa. O morador Edmo, atual vice-presidente da associação de moradores, depois de ajudar ao longo da noite alguns moradores a subirem com seus carros para partes mais altas do bairro e os amarrarem para a correnteza não os levar, só pensava em descansar, já imaginando que o dia seguinte seria de muito trabalho ajudando os moradores a limparem suas casas.

Dona Dilma, moradora do bairro, também em entrevista (24/08/2014), me contou que teve que sair de casa por uma janela, em uma passagem improvisada com tábuas para a casa da vizinha. Ela também descreveu como foi a sua noite:

*“Foi uma noite de velório, não foi uma noite boa. Foi uma noite de velório. (...) horrível.... Fazia tanto barulho de caminhão, geladeira, fogão, descendo pela enchente, carros dentro do rio. Desceram, acho que quatro ou cinco pessoas dentro de um carro, foram parar lá no Solares. (...) Seis horas da manhã, caiu uma tromba d’água lá oh, lá naquela pedra lá. Minha filha, o Córrego D’Antas tremeu todinho. Eu falei: - ah, meu Deus do céu, aquela pedra vai descer, vai matar todo mundo, nós vamos morrer. Aquelas casas ali, não tinha mais nada (...).”*

Alguns moradores que puderam dormir acabaram acordando com gritos dos vizinhos e pedidos de ajuda. Conforme ia amanhecendo e o dia clareando, as pessoas iam percebendo toda a destruição e perda. Naninha contou: *“Quando o dia foi amanhecendo, a gente foi vendo que caiu tudo, morreu muita gente, amigos nossos”.*

Aline, moradora e membro da Associação de moradores e do Conselho Escolar do bairro, falou sobre sua primeira reação: *“Quando eu abri a minha janela eu vi um mar. E eu gritei: - corre que é uma desgraça”* (18/06/2014); e contou sobre sua preocupação com os vizinhos e parentes a partir do que via:

*“(...) e uma coisa que me impressionou muito, que a minha preocupação era olhar no morro de lá, tinha uma conhecida que tinha sete filhos pequenos, tudo ‘em escadinha’, e quando eu olhei, a casa dela não estava mais lá, aquilo me deu um*

*desespero que eu achei que tinha morrido ela e as crianças, mas não, durante a noite, eles saíram e a casa caiu”.*

Muitos que não tiveram suas casas atingidas ou danificadas, contam o desespero ao notar a destruição ao redor. A moradora Solaine disse ter ficado desesperada ao acordar de manhã e olhar pela sua varanda, e não ver as casas que todos os dias faziam parte da sua vista. A moradora Vitória disse que antes da tragédia tinham aproximadamente trinta casas atrás da sua, que atualmente não existem mais. Edmo descreveu sua impressão naquela madrugada: *“Parecia que o mundo estava se acabando”*<sup>19</sup>.

O relato mais detalhado e por isso mais apresentado nesta parte será o de Sandro, pois o mesmo apresenta em entrevista (18/06/2014) e em conversas os acontecimentos ligando diretamente na descrição o seu envolvimento e sua participação, assim como de outros moradores, durante e após a tragédia. Meu primeiro contato mais próximo com alguém do Córrego D’Antas se deu com ele, professor de Geografia, bombeiro e presidente da associação de moradores do bairro. Nesse primeiro contato já foi possível perceber algumas questões que foram se confirmando posteriormente, como a ligação de sua liderança aos eventos que sucederam a tragédia.

Sua participação mais ativa no bairro e sua liderança na associação só se constituíram após os acontecimentos relacionados ao desastre de 2011, conforme ele atestou em nossa primeira conversa e depois durante uma entrevista. Antes disso, em dezembro de 2010 (poucos dias anteriores ao desastre), Sandro havia se aproximado da então presidente da associação, D. Maria, para saber a respeito de um problema no bairro e esta propôs apoio a sua participação na chapa como presidente, já que era época de eleição para uma nova gestão na Associação, e ela temia que outros moradores que estivessem cooptados e ligados a vereadores da cidade se candidatassem, sem uma alternativa que independente, não ligada aos políticos da cidade. Sandro disse que não havia rejeitado a ideia, mas ficou com dúvidas em aceitar essa nova participação e ainda não havia dado uma resposta definitiva à presidente, quando na manhã de 12 de janeiro, ao sair de casa para o quartel (sua residência não tinha sido seriamente afetada no desastre e ele passou a noite em casa), *“tudo mudou”*.

O que se via por todo o lado eram destruição e pessoas apavoradas. Quando se dirigiu para a rua, percebeu toda a situação do bairro e dos moradores:

---

<sup>19</sup> A moradora Vitória respondeu a entrevista no dia 18/06/2014, enquanto Solaine e Edmo, no dia 29/11/2014). Os três são membros da diretoria da associação, conforme apresentado na Introdução.

*“(...) mas aí eu subi a montanha aqui de trás de casa para eu ver o que estava acontecendo. Aí eu olhei e vi que algumas casas não estavam no lugar mais, da onde se localizavam. E o rio estava espreado, estava muito largo, e aí eu comecei a ficar meio assustado. (...) muita gente andando pela rua desnorteada, assim, as pessoas estavam muito desnorteadas, muito apavoradas, as expressões eram incríveis, andando pelo asfalto e sem rumo (...)”.*

Foi então que moradores começaram a pedir ajuda, reconhecendo nele, vestido de bombeiro, um poder de organização, delegação e controle, além do conhecimento em resgate de vítimas.

**Foto 1.2: Área do bairro coberta de lama e troncos de árvores em janeiro de 2011**



**Fonte: Arquivo pessoal de D. Dilma<sup>20</sup>**

Sandro então ficou por ali e começou a organizar e coordenar ações de resgate de vítimas, aproveitando a condição de bombeiro.

*“Então eu vi duas mulheres assim mais ativas, e aí eu gritei para elas irem para a escola, abrirem a escola, se precisassem chamar alguém para arrombar, para que as pessoas fossem, ao invés de ficar andando pela rua, fossem para lá; que recolhessem nas casas cobertores, comida, água, e levassem e montassem um abrigo. Aí rapidamente elas foram para lá. Aí eu gritei para que alguém arrumasse um lugar ali próximo, um local, seguro, próximo, para a gente colocar as vítimas”.*

---

<sup>20</sup> Agradeço à D. Dilma que me cedeu gentilmente essa fotografia. Sua imagem retrata uma área do bairro às margens do rio, dias após as chuvas, perto de onde a moradora possuía um imóvel, destruído em 2011.

Ele e uma moradora técnica em enfermagem do bairro, com a ajuda dos moradores (que se colocaram à sua “disposição”), montaram uma enfermaria para atender todos os feridos que iam aparecendo. Sandro também coordenou jovens para irem abrindo caminho por entre pedras e lamas e levando para o hospital público da cidade as vítimas em situação mais grave, além de ter resgatado muitas pessoas soterradas, isoladas e desabrigadas, entre outras ações.

**Foto 1.3: Sandro e José Tratorista conduzem moradora para a enfermaria (2011)**



**Fonte: site da Associação de Moradores do Córrego D’Antas<sup>21</sup>**

Aline também relatou sobre a vontade que as pessoas tinham em ajudar e as dificuldades que se apresentavam a elas:

*“A gente foi ajudar, a gente queria ajudar, saber como é que estava, e, o dono do restaurante já quis logo botar tudo para fazer, para atender a população. A Ariadne ficou responsável para fazer os primeiros socorros dos feridos, o Sandro e uma equipe socorrendo as pessoas, trazendo pra cá. Recebemos muita doação, não é, para ajudar o pessoal. [Havia] muitos voluntários, pessoas que estavam na luta junto com a gente. E a gente olhava o morro, aquele morro de lá, todo ilhado. Porque a gente não podia sair daqui [e] ir lá, não é, para ajudar a socorrer. A gente teve que ficar esperando o socorro do BOPE, dos Bombeiros...Foi bem complicado no dia e depois logo de início, a gente tendo que resolver um monte de*

<sup>21</sup> Disponível em <http://corregodantas.org> (acessado em 10/12/2014).

*coisas das pessoas e agente receber a notícia que tinha perdido pessoas da família”.*

**Foto 1.4: Vista de parte do bairro de Córrego D’Antas após as chuvas de 2011**



**Fonte: site da Associação de Moradores do Córrego D’Antas**

Após esse dia, Sandro continuou a auxiliar os moradores como bombeiro e vizinho. Ele contou que durante um tempo após a tragédia, vinham pessoas a sua casa diariamente, a pedir ajuda ou contar as demandas do bairro. Foi então que começou a se envolver cada vez mais com a organização da comunidade, *“para poder pedir ajuda do poder público”*.

Em entrevista, Sandro me contou do episódio em que ele e membros da gestão da associação da época foram na prefeitura para conversar com o então secretário de serviços. Quando lá chegaram, souberam que o mesmo estava em casa e dirigiram-se a sua residência. O secretário então disse que nada poderia fazer, que estava ajudando quem podia, mas pela prefeitura não seria possível, pois o governo estadual havia tomado conta da mesma. Então foram procurar um vereador, que também respondeu com uma negativa que nada poderia fazer, pois a informação que havia era que o Córrego D’Antas tinha acabado, e que o plano da prefeitura era tirar quem ainda estava no bairro e todas as casas restantes.

Sandro disse ter ficado triste com as respostas vindas dos representantes públicos, mas que não acreditava e aceitava aquele boato. Para ele, esse episódio intensificou ainda mais sua vontade de colaborar, pois para ele *“tinha gente aqui, não tinha acabado”*.

Logo, começou a ajudar a associação participando de uma comissão - Comissão de Reconstrução do Córrego D’Antas em Apoio a Associação de Moradores – reunindo-se semanalmente com os vizinhos e membros da associação, participando de assembleias

quinzenais com os moradores, fazendo ofícios, representando o bairro em reuniões na prefeitura etc.

Foi então que começou a contar o prazo para inscrição de chapas para o novo período eleitoral. Nas reuniões e assembleias da associação, após a tragédia, seu nome era cogitado unanimemente para a presidência. Chamou alguns moradores também envolvidos na reconstrução do bairro, como seu primo, o morador Edmo. Ele também havia ajudado no resgate das vítimas e no processo de reconstrução inicial do bairro. Sandro aceitou então o papel de liderança e assumiu com a chapa montada, dentro dos trâmites democráticos e do estatuto da associação.

Quando perguntei a ele, em entrevista, sobre o que a tragédia trouxe de mudança na sua vida, sua primeira resposta foi: *“No nível mais prático, é que eu tive que, acabei me envolvendo intensamente com a associação de moradores nesse processo da reconstrução do bairro”*. Fica evidente que a tragédia também contribuiu para impulsionar a entrada de Sandro num universo de luta e reconstrução do bairro, assim como de outros moradores por diversos e particulares motivos no cenário de tragédia e em todo o seu decurso, ao longo de sua participação nesses últimos anos.

Os moradores, os quais tive a oportunidade de entrevistar, que hoje participam dos eventos promovidos pela associação, como reuniões e assembleias, ou que participam na associação como membros do grupo gestor ou da diretoria, contam que começaram a participar desse universo após a tragédia. Alguns, inclusive, contam que tomaram conhecimento da associação só depois do evento de 2011 (como apresentado mais à frente neste capítulo).

É necessário relatar também que, além de toda a destruição e prejuízos testemunhados por Nova Friburgo, após o envio de subsídios por parte dos governos estadual e federal, a cidade também passou por incidentes de desvio de verbas para a sua reconstrução, superfaturamento em obras e processos licitatórios ilegais, no contrato de empresas pela prefeitura para a reconstrução, para a área de saúde e de assistência social. Muitas destas irregularidades estão apresentadas no relatório da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, conhecida como a “CPI da Tragédia” - apresentado pela Câmara dos Vereadores e aprovado em 13 de dezembro de 2011.

Sobre outros prejuízos, conforme publicado no *site*<sup>22</sup> da associação, no bairro:

*“Houve muitas perdas humanas. Sua estrutura física natural foi seriamente afetada pela imensa quantidade de água das chuvas. Os deslizamentos de encostas fizeram com que aflorassem rochas até então cobertas por matas nativas, o que gerou enormes cicatrizes em suas montanhas. As águas abundantes levaram para muitas casas e para o córrego uma quantidade impressionante de pedras, árvores e lama. Numerosas casas foram destruídas com seus moradores dentro. O córrego virou um rio completamente assoreado que escoava fora de sua calha e ficou passando por ruas e casas por cerca de três meses, deixando grande acúmulo de terra ou mesmo lama por onde passou. Parte dos moradores passou a data da Páscoa sem casa, com a casa em condição de risco ou sem poder ficar em sua residência tomada por sedimentos até o teto” (AMCD, 2011).*

A partir dos problemas relatados, e após esses episódios de desvios públicos, muitos bairros continuaram com vários problemas ocorridos com o desastre, com um número ainda considerável de pessoas desabrigadas ou morando em áreas de risco, e sem auxílios, como o aluguel social.

No caso do Córrego D’Antas, o bairro ficou por mais de um ano sem assistências<sup>23</sup>, e muitos problemas continuaram e, como mostrado mais à frente, continuam a afligir o bairro e seus moradores. A moradora Sílvia, da área de Dois Esquilos, conta que, diferentemente da região central do bairro, sua localidade ficou mais de dois meses sem fornecimento de energia elétrica.

Aline conta que o “*abandono pelo poder público*” foi grande: “*a gente foi abandonado literalmente*”. Já Dona Dilma disse que assim que ocorreu o desastre, muitas pessoas ajudaram, ela recebeu muita ajuda, mas depois esse auxílio acabou e os problemas no bairro apareceram:

*“Muita água, muito caminhão e mantimento, água... E foi muita coisa, a gente não passou fome. A gente foi muito bem tratado, minha irmã estava falando que ela ficou em Olaria, e era muita comida, era muita coisa e não passou necessidade, nem lugar ruim para dormir. A gente teve muito apoio em 2011. Mas depois de 2011, a gente está vendo essas imagens, e pouca coisa, nada feito, não é, a gente ficou sem uma ponte para passar”.*

<sup>22</sup> O site está disponível em <<http://corregodantas.org/>> acessado em 10/08/2013. Nele podem ser visualizados muitos relatos também sobre a tragédia e as ações dos moradores nos primeiros socorros e no processo de reconstrução do bairro.

<sup>23</sup> Mais informações em <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/um-ano-apos-tragedia-bairro-de-nova-triburgo-esta-abandonado,0f794cb8511da310VgnCLD200000bbceeb0aRCRD.html>>. Acessado em 10/08/2013.

A partir da descrição do desastre e como este afetou imediatamente a vida dos moradores, além da apontada ausência do poder público por parte de muitos, é possível visualizar que algumas demandas da tragédia persistiram, outras, apesar de terem surgido anteriormente à mesma, aumentaram. Seguem exemplos de alguns problemas, demandas e exigências tiradas de um ofício encaminhado à Prefeitura de Nova Friburgo pela associação em fevereiro de 2014, e que constam também em um abaixo-assinado, que aponta a reivindicação, organização e participação dos moradores:

*-“Construção da creche e escola municipais e, até que se concluam tais obras, realocação das unidades para lugar adequado, seguro e digno; Desde a tragédia, as unidades foram adaptadas em local provisório e lá se mantém até o momento. É um local, inseguro, insalubre, inadequado à boa formação das crianças e à prática pedagógica. E, das mais de 120 crianças acolhidas pela creche até a tragédia, somente 30 são atendidas no atual espaço (que deveria ser provisório);”*  
*-“A reconstrução da ponte que liga a Travessa Júlio Schottz à Rua Alexandre Bachini. Importante observar que esta principal ponte do bairro servia ao itinerário do ônibus local e também serviria de principal rota de fuga de grande parte da comunidade em eventuais alertas do sistema implantado pela Defesa Civil para risco de enchentes e de deslizamentos de encostas;”*  
*-“Reforma das galerias de águas fluviais do bairro”;*  
*-“Construção do sistema de captação e Estação de Tratamento de Esgoto. O cronograma da empresa Águas de Nova Friburgo não foi cumprido pela indefinição das obras do INEA que deveriam acontecer no local” (AMCD, 2014).*

As demandas apresentadas acima são diretamente ligadas à destruição do bairro a partir do desastre e mostram como de um dia para o outro os moradores tiveram que lidar com problemas que afetaram e afetam seu cotidiano no bairro, como na locomoção pela localidade, nas áreas de sociabilidades do local, como escolas, e nos serviços de abastecimento de água e de esgoto. Alguns problemas apresentados não têm necessariamente relação direta com a tragédia, e se agregam aos primeiros, como: *“Reforma da escada, corrimão e iluminação na servidão pública que liga a Av. Antônio Mário de Azevedo à Rua Luiz Schottz, na altura do Km 03 desta Avenida, próximo à Distribuidora Lima” (AMCD, 2014).*

Além desses problemas, outras demandas surgiram por conta do evento de 2011, como a questão da indenização para os moradores que possuem casas em áreas de risco ou as perderam, ou mesmo a requerida participação da comunidade no processo de reconstrução do bairro:

-“Indenização justa, prévia e em dinheiro, conforme prevê o artigo 5º, inciso XXIV da Constituição Federal, aos proprietários cujos imóveis se encontram marcados e condenados à demolição. Hoje, o Estado, através do Decreto Estadual nº 44.520 de 12 de Dezembro de 2013, não oferece aos proprietários das casas interditadas outra opção senão a aquisição de um apartamento popular, sob risco de perderem o benefício do aluguel social. Observa-se que o local dos referidos apartamentos populares são distantes do bairro Córrego d’Antas e, em sua maioria, estão muito aquém das dimensões e valores dos imóveis a serem indenizados. Questionamos a constitucionalidade do referido Decreto Estadual”;

-“Cumprimento da Lei nº 10.257/2001 que garante a participação popular na execução de obras governamentais. Importante observar que existe um projeto de canalização de rios denominado “Rios da Serra”, que abrange o Córrego Dantas, Jardim Califórnia e Rio Bengalas, diante deste fato o INEA criou uma Comissão de Acompanhamento das Obras (CAO), afirmando que os integrantes, representantes das comunidades, teriam o poder de opinar e votarem sobre o projeto, assim como acompanhar todas as informações. Porém, nada disso ocorreu até o presente momento, tendo em vista que, até o dia de hoje não foi fornecida a planta baixa do local onde serão realizadas as obras, nenhuma opinião da comunidade foi aceita, foram realizadas várias reuniões, onde os membros se manifestam e nada acontece” (Idem, 2014).

Como foi possível observar, algumas das demandas listadas anteriormente comprometem a capacidade apresentada pelo estado - Prefeitura, Governo do Estado e órgãos como o INEA (Instituto Estadual do Ambiente) - que, para muitos moradores, os abandonou no momento em que mais precisavam.

Após a tragédia, descoberto “o misto de burocracia e ineficiência” (VALENCIO *et al*, 2008:9) do estado, somados a uma situação drástica e emergencial do bairro e às memórias e interpretações construídas por cada morador, a comunidade lidou com o drama de forma organizada e particular, indo para a arena pública através da associação de moradores e buscando uma gestão e participação dos próprios, ao criar estratégias de reabilitação e reconstrução do bairro.

## **1.2 - O evento nas imagens:**

A partir da minha incursão no campo, ao longo das conversas e entrevistas com alguns moradores, aprendi a relevância da questão imagética para a pesquisa. Com a produção das fotos da localidade, dos eventos e atores, fui me inteirando mais da feição desse impacto e mudança na vida das pessoas e no bairro. Já com as imagens apresentadas pelos moradores e pela mídia fui as visualizava como alvo de reflexões sobre suas percepções. Ao me aproximar dessas questões, pude me envolver cada vez mais com a fotografia e perceber a importância deste recurso no campo e mesmo fora dele, conforme a discussão inicial na introdução deste trabalho.

Logo no início da minha pesquisa, a partir do interesse no bairro e na sua associação de moradores, pude ver inúmeras fotos que mostravam em primeiro plano a destruição causada pelas chuvas, as mudanças em pontos do bairro vistas em plano aéreo e de satélite do *Google Maps* (o usual “antes e depois”) além dos deslizamentos e do curso modificado da água do córrego, fotos dos moradores ajudando uns aos outros, seja no resgate das vítimas durante o desastre, ou nos mutirões de reconstrução num momento posterior.

Todas essas fotos *êmicas* (que em sua grande maioria são fotos de cenários destruídos do bairro) foram vistas do site da Associação de Moradores do Córrego D’Antas, a partir de acervos pessoais dos próprios moradores, ou através de matérias de jornais e revistas.

**Foto 1.5: Imagem usada para dar destaque ao desabamento em parte da Travessa Oriente, que soterrou casas e moradores**



**Fonte: site da Associação de Moradores do Córrego D’Antas**

Durante as entrevistas, alguns residentes me mostraram fotos de ruas e quintais antes da tragédia e de como ficaram depois, além de fotos de familiares vítimas e de pessoas do bairro. A forma como alguns moradores recorreram a essas fotos e imagens permitiu refletir sobre a importância do recurso fotográfico para muitos deles também, e como este recurso contribuiu para ilustrar em alguns momentos as mudanças e sentimentos suscitados na vida dessas pessoas, enquanto falavam comigo. Em outros momentos, o recurso serviu de um estímulo e acionamento de memórias para o engajamento e mobilização.

Lembro que Naninha, após me conceder uma entrevista emocionada, trouxe uma foto de seu sobrinho e cunhado, mortos em um desabamento de terra na tragédia de 2011. Era

como se a foto trouxesse lembranças das pessoas, e ao mesmo tempo comprovasse para mim a ausência delas atualmente.

Além da análise das fotos apresentadas em campo, é possível produzir fotos também do seu objeto e de situações e imagens relacionadas a ele. É inegável que fotos são imagens produzidas no momento do *click* (GURAN, 1992:4). E é compreensível que em muitas ocasiões uma imagem acabe “transmitindo” valores, sentimentos e lembranças, no sentido de ser interpretada e relacionada a esses elementos a partir de particularidades.

Francis Wolf (2005) fala de uma capacidade, como um poder, simples, geral e misterioso que as imagens têm ao conquistar um lugar na vida das pessoas. O autor coloca as imagens como detentoras de poderes ligados a um caráter universal, como o ligado à humanidade (WOLF, 2005:19).

Neste trabalho, o que se pode evidenciar e analisar não é a imagem em si e o que ela pode suscitar apenas, mas a relação das pessoas com as imagens, seja produzindo-as, analisando ou acionando-as em determinados momentos. As imagens podem sim conquistar um lugar na vida das pessoas, trazendo à tona reações, sentimentos e lembranças, mas de acordo com uma contextualização e a forma com que as pessoas lidam com as mesmas, colocando em xeque essa “universalização” da imagem apresentada pelo autor:

*“Por exemplo, o ser humano é sexualmente estimulado pelas imagens, pelas pinturas, pelas esculturas, pelas fotografias, pelos filmes. Mas também ‘ele as quebra, as mutila, as beija, chora diante delas, viaja durante semanas para vê-las ou reencontrá-las’ (pensemos em todas as imagens sagradas de divindades, de deuses, de santos em quase todas as religiões); ‘diante delas ele se acalma, se emociona, é levado à revolta’” (Ibidem:19).*

Podemos nos emocionar diante de imagens e também atribuir determinados valores às mesmas, quando as produzimos:

*“Há imagens extremamente valiosas, outras quase idênticas e que não valem quase nada. Podemos lutar por imagens, por sua conquista ou posse, podemos lutar contra imagens, cuspir no retrato de um inimigo, assim como nele em pessoa, derrubar estátuas de um ditador morto como se fosse ele mesmo que estivesse ali para ser derrubado novamente” (Ibidem:19).*

Podemos ser estimulados e remetidos a sentimentos e sensações através de imagens, mas a partir de uma relação mais dialógica, pois a imagem é mais do que ela mesma; não por

algum poder instituído ou caráter universal, mas pela produção, utilização e assimilação próprias das pessoas que a manipulam de alguma maneira. Por isso, é comum ouvirmos que imagens ou fotos representam algo ou alguém, ou transmitem lembranças, sentimentos, reflexões e vontades.

No início do trabalho de campo, comecei tirando algumas fotos como recurso estratégico para me aproximar mais das pessoas e das questões no campo, e também a procura de um uso documental dos meus relatos de campo.

*“Importa perceber o quanto a fotografia aparece como recurso estratégico que se alia ao caderno de campo, permitindo registrar o que dificilmente conseguimos descrever em palavras, seja pela densidade visual daquilo que registramos, seja por seu aspecto mais sensível e emocional” (CAIUBY, 2012:14).*

Sabe-se que esse artifício tem uma indicação já clássica na Antropologia, já que a fotografia tem sido usada por muitos antropólogos, como Malinowski (1976), Rivers (1991), Mauss (2006), Bateson (2006), Mead (1942), entre outros; e até mesmo declaradamente recomendada por alguns destes. Portanto, pensava na facilitação do registro do trabalho e que, com a produção de fotos, conseguiria algumas imagens ilustrativas de cenários, eventos e atores, a fim de utilizar na etnografia.

Como fui percebendo ao longo do uso da máquina fotográfica em campo, essa utilização trouxe muitas contribuições, como aproximações que tive com moradores, principalmente com aqueles que não participavam constantemente dos eventos ligados à associação. Enquanto tirava fotos nas ruas, alguns me paravam para fotografar lugares específicos, para mostrar alguns problemas do bairro, perguntavam sobre mim e o que fazia, começavam a contar um pouco sobre o bairro, suas histórias e eu ia fazendo as perguntas necessárias.

Ao me oferecer para tirar as fotos do aterro sanitário do bairro, após reclamações de moradores em uma reunião do grupo gestor, para fins de denúncia, pude estabelecer contato com famílias que moram próximo ao aterro e uma relação muito amigável com alguns moradores destas - o que também me rendeu algumas entrevistas e mais fotos.

No entanto, o que me chamou mais a atenção no uso das fotografias foram os *insights* posteriores. Ao rever as fotos tiradas por mim, depois de um curto período distante do campo, pude perceber questões que antes não estavam muito evidentes. Como Caiuby observa:

*“Fotografias igualmente permitem registrar aquilo que não necessariamente conseguimos observar em campo. A fotografia é, como diz Milton Guran, uma extensão de nossa capacidade de ver. Sua função é para ele ‘destacar um aspecto de uma cena a partir do qual seja possível se desenvolver uma reflexão objetiva sobre como os indivíduos ou os grupos sociais representam, organizam e classificam as suas experiências e mantêm relações entre si’” (CAIUBY, 2002:103).*

Inicialmente, ao começar a frequentar o bairro, tinha uma visão do mesmo bem superficial ainda, já que antes não tinha ido à localidade muitas vezes, não conhecia seu interior, tendo somente passado pelo bairro através da RJ e ido a lugares bem próximos da autoestrada mesmo, como a Escola Estadual e um restaurante na beira da pista.

Nesse primeiro momento, não pensava muito no cenário do bairro e suas imagens além do que via superficialmente, muito por conta das situações cotidianas do campo, da participação nas reuniões, assembleias, entrevistas e todas as angústias e correrias para conseguir realizar tudo o que fora possível planejar para o trabalho de campo. Além disso, como descrito anteriormente, não conhecia o bairro antes de começar a pesquisa, então toda a percepção visual que tive sobre o mesmo na entrada do campo era a única que tinha.

Apesar de ser friburguense e ter percebido uma mudança da paisagem de muitas localidades do município, não pensava muito sobre a questão do cenário, tampouco tinha alguma percepção visual do Córrego D’Antas como um bairro sem casas marcadas ou demolidas, sem marcas de deslizamentos nas montanhas e morros, sem pontes construídas e improvisadas, corrimões de escadas emendados etc.

**Foto 1.6: Quintal de uma casa demolida  
em uma das principais ruas do bairro - Luis Schottz (Junho/2014)**



**Fonte: Arquivo pessoal**

Por mais que pareça óbvio que o bairro antes da tragédia não era exatamente como eu o estava vendo - por exemplo, com quintais abertos para a rua com escombros de residências, como na foto acima - acabei por naturalizar imagens e cenários do bairro, que faziam parte do meu habitual trabalho de campo e só me dei conta disso depois de um distanciamento e ao ver as fotos tiradas e recolhidas ao longo dele. E pude pensar e questionar mais: como essas imagens - muitas delas um tanto chocantes para um espectador - de um dia para o outro começaram a fazer parte do cenário do bairro e do cotidiano dos habitantes.

Como essas imagens - sejam em fotos dos moradores, em jornais e site, sejam na própria paisagem real - permeiam o cotidiano dos moradores e como os mesmos lidam e reagem a partir dessa mudança de cenário foi uma das questões apresentadas no meio do trabalho de campo e que depois orientou o restante dele. As imagens são também uma forma de narrar parte da vida cotidiana e puderam me dar mais subsídios sobre as relações dos atores com os problemas apresentados na tragédia no seu cotidiano.

A partir desse *insight* foi possível pensar os cenários do Córrego D'Antas a partir do conceito de "lugar-trauma". Esse termo é apresentado por Fábio Araújo, ao observar uma favela em Acari como um lugar marcado pela ocorrência de eventos críticos e "experiências traumáticas" (ARAÚJO, 2007:121), no seu trabalho sobre a atuação das mães dos jovens mortos na Chacina de Acari.

É possível visualizar partes do bairro afetado pelas chuvas como um lugar que comporta o evento crítico, ao apresentar cenários de problemas persistentes no bairro, ao lembrar das ocorrências negativas do desastre, das mortes, das perdas e ausências – e portanto, como um lugar que comporta traumas.

A partir da ideia do bairro como lugar-trauma, tornam-se mais elucidativos os desejos dos moradores em recuperar partes de um cenário anterior à tragédia, em retornar e habitar suas residências, em reconstruir e até mesmo conquistar serviços e oportunidades para o bairro que não existiam antes de 2011 (conforme apresentado mais adiante, na descrição das demandas solicitadas pelos moradores na revisão do Plano Diretor).

**Foto 1.7: Paredes de uma casa destruída por deslizamento de terra e estrutura de um automóvel danificado (Dezembro/2014)**



**Fonte: Arquivo pessoal**

As imagens não só remetem aos traumas, mas aos cenários que podem expressar, a partir da percepção de alguns moradores, sobre a não reconstrução do bairro anos depois do ocorrido, ao apresentarem casas ainda destruídas, ou com marcas e avarias aparentes. Os cenários também apontam um distanciamento e até mesmo ausência do poder público, ao apresentarem imagens de pontes improvisadas pelos moradores, locais públicos sujos e ainda à espera de limpezas e obras. Ou, ainda, podem levar à representação de uma presença negativa das instituições políticas estatais, ao proporcionarem imagens de casas marcadas

para a demolição, por serem consideradas em áreas de risco ou para a implementação de projetos questionados pelos moradores.

Além das imagens registradas por mim, como apresentado anteriormente, pude tecer reflexões a partir das imagens registradas e apresentadas pelos moradores, os quais as evocavam para fins diversos. Estas são recursos constantemente utilizados pelos membros da associação - como é possível perceber no seu site, a partir das muitas fotos com imagens da tragédia e destruição ao longo do bairro - a fim de evocar e incluir o evento na luta pela reconstrução, na medida em que as imagens denunciam ocorrências na tragédia e problemas que ainda não foram solucionados e causam transtornos à vida das pessoas.

**Foto 1.8: “Pinguela” construída pelos moradores para a passagem entre os dois lados do bairro (Novembro/2014)**



**Fonte: Arquivo pessoal**

As fotos, portanto, não apenas ilustram o descrito, mas contribuem para gerar reflexões, interpretações e narrativas. Como é o caso da foto acima, de uma pinguela construída pelos moradores logo após o desastre e ainda utilizada pelos mesmos pelo menos até o final de 2014. Esta imagem pode suscitar várias reflexões aos que a veem e vivenciam, como lembranças da tragédia e do rio transbordando, do mutirão e dos moradores reconstruindo partes do bairro, da dificuldade que alguns passam para se locomover no bairro; questionamentos também podem ser levantados a partir desta imagem: em relação à atuação

do poder público municipal e estadual quanto às obras no bairro, em relação ao seu futuro, entre outros. Portanto, as imagens vão além do seu caráter traumático.

Algumas percepções imagéticas também podem apontar considerações a respeito da relação dos moradores com o bairro e com a participação na reconstrução dele; ou podem trazer à tona questões ligadas à reação do poder público frente à tragédia e a relação estabelecida por este e os moradores, ao focar nas imagens de fotos de casas desabitadas e marcadas com números em tinta vermelha, indicando que estão em área de risco. É o caso da foto a seguir:

**Foto 1.9: Entrada da casa de um casal de moradores, marcada em área de risco (Dezembro/2014)**



**Fonte: Arquivo pessoal**

A AMCD, em seu site e em eventos organizados por ela, além das imagens relacionadas à destruição e às consequências negativas no bairro, também apresenta imagens

de mutirões, evocando valores como amizade, cooperação, solidariedade, que acreditam estarem presentes na sua organização (como apresentado posteriormente neste trabalho).

Os vários mutirões ocorridos no bairro, ao longo de 2011, foram ações conjuntas de limpeza e reparo de casas e ruas. Esses movimentos foram imprescindíveis para instituir redes de solidariedades que, posteriormente, somaram-se às redes de sociabilidades presentes em outros espaços, como na associação de moradores.

### **1.3 - O evento crítico-tragédia:**

A tragédia de 2011 em Nova Friburgo, especificamente no bairro Córrego D'Antas, é descrita e considerada nesta pesquisa como um evento crítico, nos termos de Veena Das. A antropóloga indiana Das (1995), ao identificar e descrever em ensaios alguns momentos críticos ocorridos na Índia a partir da ótica antropológica, apresenta transformações na vida de indianos com um olhar reflexivo sobre as relações entre estes e o Estado na Índia contemporânea. Veena Das não estuda diretamente os eventos, mas as ações, relações e categorias que foram sendo transformadas e construídas a partir dos casos apresentados e como essas transformações estavam ligadas às relações políticas.

Os momentos nevrálgicos que ocorreram na Índia e que são o pano de fundo para as questões teóricas da autora são chamados pela mesma de “eventos críticos”. Os eventos críticos podem ser entendidos como acontecimentos que trazem imediatamente e *a posteriori* grandes mudanças à vida das pessoas, a ponto de empurrá-la para terrenos imprevisíveis, como transformações e sofrimentos inesperados. São eventos que impregnam a cotidianidade das pessoas, condensando mudanças em códigos, concepções e práticas das mais variadas esferas da vida social, como a da política.

A antropóloga pensa nesses eventos a partir da definição de François Furet para a Revolução Francesa, como um instrumento por excelência que instituiu uma nova modalidade de ação histórica. Para Das, os eventos críticos na Índia, apesar de diferenças com a revolução na França, têm algo em comum com esta última, ao pensarmos nestes eventos como fatos históricos ligados a novos modos de ação e a reconfigurações de categorias e pensamentos:

*“Isso é que, depois dos eventos de que falo, novos modos de ação surgiram redefinindo categorias tradicionais, tais como códigos de pureza e honra, o significado do martírio, e na construção de uma vida heroica. De igual modo, as novas formas foram adquiridas por uma variedade de atores políticos, tais como grupos de castas, comunidades religiosas, grupos de mulheres, e da nação como um todo. Os terrenos em que esses eventos foram localizados são entrecruzados por*

*diversas instituições, movendo-se através da família, da comunidade, burocracia, tribunais de justiça, a profissão médica, o estado, e multi-corporações nacionais. A descrição desses eventos críticos ajuda a formar uma etnografia que faz uma incisão em cima de todas essas instituições em conjunto, para que suas implicações mútuas nos eventos estejam em primeiro plano durante a análise". (DAS, 1995:6. Tradução minha)*

Um exemplo desses eventos apresentados pela autora é a Partição da Índia (entre Índia e Paquistão), de 1947, com o foco de análise nas mulheres que foram raptadas e violadas sexualmente durante os tumultos generalizados que acompanharam essa divisão. Em 1949 foram apresentados números pelos governos indiano e paquistanês, com mais de três mil mulheres hindus sequestradas por muçulmanos e cerca de cinquenta mil muçulmanas sequestradas por hindus ou sikhs (DAS, 1995:59).

Posteriormente, ambos os governos fizeram ações conjuntas para recuperar as mulheres raptadas e restaurá-las a seus seios familiares. Um grande número delas foi levado de volta para ambos os territórios. No entanto, muitas mulheres tinham se convertido para a religião de seus sequestradores e casaram-se com eles, também tiveram filhos com seus novos maridos ou estavam grávidas quando foram recuperadas, inclusive algumas não queriam voltar para suas antigas famílias ou se sentiam divididas, além da rejeição de muitas crianças filhas dos sequestradores por parte dos antigos maridos.

Diante dessas e outras mudanças, Veena Das analisa, por exemplo, a aliança tática entre estado e famílias para reorientar códigos de honra e pureza e não deixar visível os frutos da violência sexual, a fim de contribuir com a volta das mulheres. Outras categorias também foram sendo redefinidas, assim como normas familiares transgredidas, ligadas à honra, a vergonha, a pureza, a poluição, entre outras.

Outro exemplo de evento crítico: o desastre industrial químico em Bhopal (1985), a partir de um vazamento de produtos químicos de uma fábrica de pesticidas norte-americana na Índia (Bhopal), matando milhares de pessoas e deixando outras milhares doentes e com sequelas. Esse episódio faz pensar no sofrimento e outras consequências ligados a novas configurações e discursos.

*"Desastres químicos aparecem de surpresa. Eles compreendem um evento extraordinário que irrompe o fluxo normal da vida social. Mas, paradoxalmente, tais crises na sociedade criam janelas na normalidade. Através das janelas de um desastre químico, pode-se espreitar atentamente os processos políticos e sociais que geralmente não são acessíveis ou visíveis" (REICH apud DAS, 1995:142).*

Como apresentado acima, os eventos críticos têm uma aparição inesperada, no sentido de “apanhar” as pessoas e instituições de maneira desprevenida, sendo, portanto, compreensíveis as mudanças que se apresentam posteriormente a esses episódios. De modo que o foco da análise antropológica não é nas possíveis qualidades do evento, mas nas relações que os atores têm com o mesmo.

A antropóloga Kim Fortun, em obra que também descreve e analisa o desastre de Bhopal (2001) relacionado às ações dos atores, apresenta as mudanças ocasionadas de forma relacionada ao processo de luta por reconhecimento das vítimas e por direitos à indenização. A partir dessa etnografia, é possível também perceber a maneira como o desastre modificou o curso cotidiano de muitas pessoas e instituições (entre ativistas ambientalistas, advogados, jornalistas, vítimas, órgãos públicos e empresa privada), ao criarem estratégias de advocacia com interesses diversos.

Além desses acontecimentos, o acidente nuclear de Chernobyl também é tomado como ponto comparativo nesta pesquisa, a partir da etnografia de Adriana Petryna (2003), ao ser pensado também como um evento que irrompe mudanças.

Retomando a tragédia ocorrida com as chuvas de janeiro de 2011 na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, pode-se considerá-la um evento crítico, na medida em que instituiu novas modalidades de ação nos mais variados atores, como em instituições oficiais – sendo exemplos a Defesa Civil, Prefeituras, Governos estadual e federal, dentre outras - que tiveram que coordenar, planejar e tomar medidas de acordo com um desastre na proporção e imprevisibilidade que foi, sem se ter registro de algo parecido na história da região, assim como na população civil, a partir de suas instituições e ações, nos seus perfis e vivências, quando buscam e reivindicam estratégias de reconstrução de suas vidas.

Essas novas modalidades de ação e “novas formas” adquiridas se dão a partir de espaços e atores que já existiam e agiam – como no caso da Associação de Moradores do Córrego D’Antas – mas a partir de gestões, participações e ações diferenciadas, de acordo com as novas demandas e desafios, além de estratégias reformuladas, ou seja, ações, relações e percepções voltadas para, ou a partir de, um evento da magnitude de destruição e visibilidade que foi o desastre ocorrido com as chuvas e todas as suas consequências e particularidades.

É importante frisar que, apesar de tomar como modelo teórico os eventos críticos de Veena Das, a tragédia na região serrana, e mais especificamente no bairro friburguense Córrego D’Antas, tem suas especificidades e diferenças. Aparentemente uma primeira

diferença poderia ser apresentada pelo seu suposto caráter natural, no sentido de ser um desastre estimulado pela ação da natureza. No entanto, a tragédia de 2011 não difere tanto dos eventos críticos na Índia apresentados por Das, como o desastre industrial de Bhopal, a Partição da Índia, o sacrifício feminino entre os hindus e a campanha de violência entre os militantes Sikh, ou do caso Chernobyl, quando pensados todos como acontecimentos ligados histórica e politicamente às ações humanas, de forma direta ou indireta.

Norma Valêncio, ao escrever sobre a produção social do desastre, mostra que, apesar dos desastres naturais e as tempestades - como a tragédia ocorrida com as chuvas em Nova Friburgo - serem eventos ligados à ação da natureza, não são fenômenos causados pelas chuvas, mas revelados por elas<sup>24</sup> (VALENCIO *et al*, 2004:73).

A tragédia a partir das chuvas da região serrana, e mais especificamente no bairro friburguense Córrego D'Antas, impulsionou mudanças físicas na localidade que acabaram modificando o cenário do cotidiano dos seus moradores e muitas de suas concepções a respeito, por exemplo, da natureza, do meio ambiente, do planejamento urbano, da participação e cooperação, entre outras.

**Foto 1.10: Vista de uma das pedras do bairro, com marcas de deslizamentos de 2011 (Julho/2014)**



**Fonte: Arquivo pessoal**

---

<sup>24</sup> Esse caráter social dos desastres será aprofundado numa terceira parte do trabalho, ao analisar a visão sobre o papel do poder público e das pessoas nesse processo.

Segundo Antônio, mais um morador dos quais entrevistei<sup>25</sup>, “a natureza mudou muito no *Córrego D’Antas*”. Essa mudança física do bairro, ligada às áreas naturais – como na imagem acima das rochas riscadas pelos deslizamentos - também se relaciona com uma série de mudanças nas áreas com intervenção humana mais aparente:

*“A infra-estrutura urbana foi profundamente afetada. Galerias de águas pluviais entupiram, toda a rede de esgoto e de abastecimento d’água foi danificada, postes foram arrancados e ruas ficaram totalmente interditadas prejudicando serviços básicos como fornecimento de eletricidade, serviços de telefonia, conexão de internet, coleta de lixo, transporte público, etc” (AMCD, 2011).*

O que se via, e mesmo ainda se vê, em várias partes do bairro é um cenário que aponta destruição, distanciamento do Poder Público, “abandono”, riscos, imagens, preocupações e memórias que acompanham até hoje o dia a dia no bairro e impregnam as vivências, ações e relações entre os moradores. Esse cenário acaba por aproximar essas pessoas em relação às mudanças na sua visão sobre o caos, o medo, o risco da morte, a imprevisibilidade dos fenômenos naturais, aspectos que são, no entanto, interpretados das mais diversas maneiras pelas vítimas. Sobre o que afetou em sua vida, Aline contou:

*“O medo que eu não tinha e passei a ter. Qualquer chuva eu fico desesperada, não por mim, mas mais pelas crianças, não é, de repente eles estarem na escola, como teve um episódio, no ano passado, começou a tocar todas as sirenes, chovendo muito, e você largar tudo e sair correndo para buscar sem ter a noção do que você vai encontrar pelo caminho”.*

Além de Aline, outros moradores também contaram que agora têm medo, como Naninha e D. Dilma. Esta última contou que tem dificuldades para dormir quando tem algum barulho, como fogos de artifício, referindo-se a uma festa no bairro uma vez, onde alguns moradores soltaram fogos e ela, com o susto, não conseguia dormir e ficava com medo.

---

<sup>25</sup> Entrevista concedida em 06/07/2014.

**Foto 1.11: A moradora D. Dilma usa área à margem do córrego, onde “perdeu” uma casa, para secar roupas (Agosto/2014)**



**Fonte: Arquivo pessoal**

A mudança física no bairro, exemplificada na imagem acima - em área onde havia casas e que a moradora atualmente utiliza como uma espécie de área de serviço -, além de despertar periodicamente lembranças sobre o evento e suas consequências aos moradores, também destrói e modifica um cenário de lembranças e construído antes do ocorrido. Sandro afirmou em entrevista:

*“O bairro, ele foi desfigurado. (...) foi como se o registro físico da minha história... foi-se embora. Eu não tenho como levar meu filho e falar: olha, tá vendo aqui esse rio, aqui? Eu tomava banho aqui nesse poço, o poço sumiu, a pedra que eu pulava sumiu, a ruazinha que a gente andava sumiu”.*

O cenário físico modificado também traz lembranças que incitam sentimentos. A ausência de casas, que antes da tragédia faziam parte da vizinhança, faz Vitória lembrar das pessoas que ali moravam e foram embora de alguma maneira: *“pessoas amigas que a gente nunca mais vai ver, a gente não teve nem chance de se despedir daquelas pessoas”*.

**Foto 1.12: Área onde existia uma residência, demolida e limpa (Junho/2014)**



**Fonte: Arquivo pessoal**

Aline contou que, devido à destruição e perdas no Córrego D'Antas, muitos moradores tiveram que sair do bairro, afetando uma característica do lugar:

*“Ah, mudou muita coisa, não é, as pessoas que moravam aqui desde crianças, e se vendo obrigadas a sair do seu local, onde construíram com tanta dificuldade. (...) mudou a característica do bairro, que era um bairro mais..., com mais pessoas e muita gente foi embora com isso. E eles começaram a visar muito a área industrial”.*

Vários exemplos de imagens ilustram as mudanças pelo bairro após as chuvas (e remetem memórias imagéticas anteriores), como casas marcadas com números em vermelho, assinaladas em áreas de risco e passíveis de serem demolidas; restos e escombros de automóveis e casas já demolidas ou que foram levadas pela enxurrada ou por deslizamentos, ainda aparentes; morros e montanhas com marcas de deslizamentos de terras e pedras ao redor de todo o bairro; comércios afetados e fechados desde a época do desastre, como é o caso da antiga fábrica de mortadela da localidade, que até parte do segundo semestre de 2014 ainda estava com terra e lama endurecida desde 2011 (sua limpeza e reconstrução iniciou-se no final de 2014).

**Foto 1.13: Parte da antiga fábrica de mortadela (Julho/2014)<sup>26</sup>**



**Fonte: Arquivo pessoal**

Ao longo da pesquisa no bairro, foi possível perceber como a tragédia representou um marco na vida de muitos moradores do local, sendo descrita e reproduzida inúmeras vezes como “*a maior catástrofe natural de todo o país*” (A VOZ DA SERRA, 31/01/2011).<sup>27</sup>

A tabela a seguir foi tirada de um documento produzido pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável (SEMMADUS), após a tragédia, para apresentação de dados à Agência Internacional de Cooperação Japonesa – JICA. Ela apresenta dados relevantes sobre as regiões e áreas mais afetadas de Nova Friburgo, em ordem de maior deslizamento.

---

<sup>26</sup> Note que o objeto no canto direito da foto, uma geladeira, está enterrada até a metade do seu comprimento, indicando a altura da “lama dura” no lugar, ainda em 2014.

<sup>27</sup> Assim como essa frase, reproduzida em matéria publicada em 31/01/2011 (e acessada em 17/08/2014), no jornal local de Nova Friburgo, A Voz da Serra, podem ser vistos outras referências sobre a tragédia, como o “*maior desastre natural do país*” ou a “*maior tragédia climática do país*” em 14/03/2011 e 22/04/2011, respectivamente. Relatos disponíveis em <http://www.avozdaserra.com.br>.

Tabela 1.1: Regiões e deslizamentos

| Localidade             | Deslizamentos | área total atingida (m <sup>2</sup> ) | % atingido | área do maior deslizamento (m <sup>2</sup> ) | Área do bairro (ha) |
|------------------------|---------------|---------------------------------------|------------|--|---------------------|
| Conquista              | 408           | 2.995.938                             | 10,30      | 201.545                                      | 2.910               |
| Campo do Coelho        | 336           | 2.374.467                             | 8,30       | 100.672                                      | 2.860               |
| Pilões                 | 251           | 1.605.358                             | 8,57       | 86.131                                       | 1.873               |
| Barracão dos Mendes    | 236           | 1.238.210                             | 2,43       | 203.801                                      | 898                 |
| Rio Grande de Cima     | 141           | 822.101                               | 4,59       | 73.146                                       | 5.095               |
| Riograndina rural      | 102           | 302.486                               | 0,90       | 21.056                                       | 1.792               |
| Córrego Dantas         | 95            | 1.397.139                             | 15,56      | 241.894                                      | 986                 |
| Fazenda da Laje        | 92            | 611.965                               | 6,21       | 147.523                                      | 2.954               |
| Cardinot               | 89            | 516.536                               | 1,75       | 54.758                                       | 3.373               |
| São Geraldo            | 83            | 246.509                               | 5,42       | 24.611                                       | 329                 |
| Furnas Catete          | 62            | 151.974                               | 1,45       | 10.305                                       | 455                 |
| Floresta Mendes        | 55            | 223.773                               | 3,68       | 45.986                                       | 608                 |
| Amparo*                | 49            | 222.426                               | 0,48       | 27.141                                       | 4.630               |
| Riograndina urbano     | 43            | 159.172                               | 3,75       | 41.641                                       | 382                 |
| Chácara do Paraíso     | 42            | 184.535                               | 4,56       | 41.487                                       | 405                 |
| Centro                 | 33            | 186.483                               | 4,88       | 28.841                                       | 188                 |
| Granja Spinelli        | 29            | 251.795                               | 7,65       | 106.998                                      | 214                 |
| Vila Nova              | 29            | 118.585                               | 7,28       | 39.539                                       | 425                 |
| Rui Sanglard           | 27            | 63.885                                | 2,34       | 16.439                                       | 1.047               |
| Duas Pedras            | 25            | 169.694                               | 9,03       | 58.398                                       | 171                 |
| São Jorge              | 25            | 165.455                               | 7,73       | 63.976                                       | 163                 |
| Conselheiro Paulino    | 24            | 50.350                                | 1,71       | 7.912  | 273                 |
| Pq São Clemente        | 20            | 42.149                                | 0,92       | 11.260                                       | 64                  |
| Village                | 19            | 56.119                                | 8,77       | 26.303                                       | 294                 |
| Santo André            | 13            | 7.726                                 | 1,10       | 1.755  | 40                  |
| Fazenda Bela Vista     | 12            | 34.060                                | 1,05       | 8.853  | 456                 |
| Lagoinha / Vila Amélia | 10            | 133.767                               | 7,82       | 65.442                                       | 33                  |
| Floresta               | 9             | 36.915                                | 11,19      | 13.629                                       | 324                 |
| Jardinlândia           | 7             | 19.828                                | 7,93       | 15.944                                       | 25                  |
| Lazareto               | 7             | 9.827                                 | 2,81       | 2.712  | 517                 |
| Pq Maria Tereza        | 7             | 6.288                                 | 1,00       | 2.192  | 503                 |
| Vargem Grande          | 6             | 10.561                                | 0,21       | 3.896  | 49                  |
| Barão                  | 5             | 49.725                                | 12,43      | 18.756                                       | 35                  |
| Ponte da Saudade       | 5             | 1.534                                 | 0,04       | 468  | 212                 |
| Nova Suíça             | 4             | 7.762                                 | 0,24       | 5.888  | 328                 |
| Bairro Ypu             | 4             | 7.551                                 | 0,98       | 5.948  | 70                  |
| Braunes                | 3             | 6.386                                 | 0,33       | 5.802  | 77                  |
| Ouro Preto             | 3             | 3.916                                 | 0,74       | 1.687  | 192                 |
| Oscar Schultz          | 2             | 15.369                                | 0,30       | 1.063  | 63                  |
| Prado                  | 2             | 10.340                                | 2,11       | 7.286  | 53                  |
| Salinas*               | 2             | 2.455                                 | 0,01       | 2.138  | 1.916               |
| Catacione              | 2             | 2.383                                 | 0,23       | 1.644  | 102                 |
| Pq Don João VI         | 2             | 152                                   | 0,01       | 145  | 412                 |
| Olaria*                | 1             | 8.101                                 | 0,38       | 8.101  | 131                 |
| <b>Município</b>       | <b>2.422</b>  | <b>14.531.750</b>                     | <b>2</b>   | <b>241.894</b>                               | <b>93.024</b>       |

Fonte: SEMMADUS – Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Analisando a tabela, fica evidente o nível de abrangência da tragédia na região do Córrego D'Antas, que, apesar de ficar em sétima posição em números de deslizamentos, está em primeiro lugar no que concerne à região com maior porcentagem da área atingida e da área de maior deslizamento em metros quadrados. Além disso, fica em 4º lugar da área total atingida, com 1.397.139 m<sup>2</sup> de área afetada por deslizamentos.

Além dos deslizamentos, há que se considerar as enchentes, e todas as suas consequências no ambiente, contribuindo para essa representação da grande proporção da tragédia no bairro. Considerando o estudo oficial, é possível perceber a origem das notas e notícias, além das afirmações constantes que ouvi de moradores, ao longo da minha estada em campo, de que o bairro foi o mais atingido. Contudo, mais do que a origem desse fato, o que interessa é perceber como e porque ele foi acionado pelos diversos atores.

A prefeitura (como será apresentado ao longo deste trabalho), ao afirmar a proporção da tragédia e da destruição ocorridas no bairro, legítima e apoia seu projeto de expansão industrial do bairro e o descaso com as políticas voltadas para a área habitacional e social no mesmo, assim como o INEA e o governo estadual, que dão sentido aos seus projetos de proteção ambiental e retirada dos moradores para outra área da cidade, onde foi construído um complexo habitacional para os indenizados da tragédia.

Os moradores, para fins diferentes, acionam a proporção da destruição e de como foram afetados para reivindicarem direitos diversos e cobrarem ações para a reconstrução do bairro.

Algumas falas das entrevistas que realizei com os moradores dão exemplos de mudanças nas maneiras de pensar ou da reafirmação de valores que, em sua concepção, são posteriores ao evento de 2011. Aline, moradora do bairro, membro da associação de moradores e do Conselho Escolar do bairro, após a tragédia e o “*abandono do Poder Público*”, aprendeu que “*a gente tem que pensar mais no próximo*”. Ela também reafirmou valores como a “humildade”, assim como Sandro, presidente da associação, que além de afirmar ser necessária a “humildade”, destacou o “respeito”, como algo a ser vivido cada vez mais após a tragédia, como o “*respeitar a natureza*”, o planeta, as pessoas, o meio ambiente, a si mesmo, como “*valores que foram reforçados*”.

Ao mesmo tempo que são confirmados valores, para Sandro, após a tragédia, há uma mudança “*no âmbito também dos sentimentos*”. Ele, bombeiro experiente, disse estar acostumado a lidar com tragédias, mas em um nível mais particular. No caso do desastre de 2011 “*foi uma tragédia coletiva, isso comove muito*”. Para ele, por haver “*muitos sentimentos agregados, a gente passa a ter outra visão de mundo*”.

Solaine disse ter aprendido a lição de que *“somos todos iguais, somos frágeis”* e que *“precisamos uns dos outros”*. Vitória define uma mudança pessoal vinda a partir da tragédia: *“eu falo que eu sou uma outra pessoa depois daquilo tudo”*.

Alguns dos exemplos de falas apresentados acima mostram uma perspectiva de coesão, amizade, solidariedade e respeito que foi construída e interpretada de diversas maneiras pelos moradores, mas que dão pistas de como esses valores podem ter sido vivenciados e inseridos na participação dos moradores no processo de reconstrução do bairro.

A foto a seguir é uma imagem de um dos mutirões feitos em 2011, após o desastre, e que ao longo do meu trabalho de campo a visualizei muito, pois foi utilizada em reuniões e documentos, como o exibido no site da associação (*“O bairro e seus desafios”*) e no indicador produzido pelo Laboratório de Geo-Hidroecologia da UFRJ, exposto à comunidade, depois de um levantamento no bairro.

No final da assembleia de 04 de abril de 2014, a foto foi exibida, a partir de uma apresentação de slides (com suas pautas) a fim de encerrar a reunião, juntamente com a frase bíblica: *“E era um o coração e a alma da multidão dos que criam, e ninguém dizia que coisa alguma do que possuía era sua própria, mas todas as coisas lhes eram comuns. Atos dos Apóstolos 4:32”*. Depois ouvi aplausos e uma fala incontida vinda da plenária que afirmava: *“o Córrego d’Antas não acabou!”*.

Esta imagem certamente não representa o sentimento de todos na foto, mas sem dúvida, através do registro desta situação, nos faz compreender racionalmente como os valores como amizade, cooperação, união, reconstrução e luta, após a destruição do bairro, foram acionados pelos moradores e associação no processo de mobilização e reconstrução pelo bairro.

**Foto 1.14: Moradores durante um dos mutirões realizados em 2011 para a reconstrução do bairro após a tragédia**



**Fonte: site da Associação de Moradores do Córrego D’Antas<sup>28</sup>**

Após os dias que sucederam a tragédia e toda a movimentação de Sandro e outros para ajudar os moradores, sua liderança e a participação de muitos começaram a se desenhar no cenário do Córrego D’Antas.

Assim, o chamado por Sandro de “*novo movimento comunitário*” começou, contando com a participação de muitos moradores em ações, como os vários mutirões em 2011 para limpeza, organização e reformas de ruas e casas pelo bairro; com a criação do site da associação; em eventos como a ida de moradores à Secretaria de Educação e à Câmara dos Vereadores; em assembleias e inúmeras reuniões com representantes dos governos municipal e estadual, Defesa Civil, INEA, entre outras, mostrando toda uma construção de cenários próprios para a constituição de problemas públicos, e da própria arena pública, com a entrada dos atores nesta.

Esses cenários, ou, nos termos de Cefaï, cenas públicas, constituem os “*lugares em que se podem ancorar algumas situações de prova*”, que por sua vez são situações que organizam “*a experiência dos seus protagonistas*” (2011:94).

<sup>28</sup> Estão na foto alguns moradores do grupo gestor da AMCD, como Édem, Sandro e Edmo. A imagem está disponível no site da Associação de Moradores do Córrego D’Antas, em <http://corregodantas.org>.

O autor dá alguns exemplos de cenas públicas, tais como a do poder local, com a interação entre os prefeitos e as autoridades; a dos meios de comunicação de massa e os debates contraditórios entre representantes dos vários grupos; e a da rua, uma cena complexa e “*a mais complicada de se descrever, em razão de sua multiplicidade, dispersão, e fugacidade além, ocasionalmente, da experiência vivida pelos moradores*” (CEFAÏ, 2011:94). É a rua que abriga as interações face a face.

Desenhando a topologia das cenas públicas relacionadas à reconstrução do Córrego D’Antas, destaco aqui algumas cenas: a do poder público, permeando toda a interação entre as instituições oficiais e os gestores, em níveis mais locais e mais amplos também; a cena bem analisada neste trabalho (e principalmente neste capítulo) da rua, ou mais particular, a cena do bairro, comportando todas as experiências, dramas, conflitos, problemas e lutas dos moradores; a dos meios de comunicação de massa, apresentando diálogos e ações de vários atores envolvidos nesse processo de luta por reconstrução, desde o morador até a prefeitura e os governos estadual e federal, nos seus meios de comunicação, como os jornais locais, boletins, sites e redes sociais; finalmente, a cena das redes associativas, ao ser notável as experiências também presentes na instituição da associação de moradores, além das relações entre os residentes, quando interagindo a partir da sua mediação, e as relações entre os mesmos e a instituição.<sup>29</sup>

Essas cenas públicas não podem ser confundidas com arenas públicas, pois estas últimas não fundem apenas as situações de prova, como comportam a “*produção, (...) circulação e (...) troca de argumentos*” (Ibidem:90), além dos mecanismos e dispositivos utilizados pelos atores, em torno dos quais essas situações de prova vão tomar corpo (Ibidem:91).

*“Uma arena pública é um emaranhado de dispositivos teatrais, em que atores com competências distintas apresentam performances destinadas a públicos distintos, ainda que mais ou menos concorrentes. (...) Uma arena pública não é um espaço público centrado, isotrópico e homogêneo: ela se desenrola, como já dissemos, em torno de situações de prova. Encontra seus apoios em cenas públicas mais ou menos*

<sup>29</sup> É possível também considerar o diálogo cada vez mais crescente que a Associação de Moradores do Córrego D’Antas vem adotando com outras associações de vítimas e coletivos de mobilização e reconstrução, como em Teresópolis (Associação das Vítimas das Chuvas do Dia 12 de janeiro em Teresópolis – AVIT) e em Petrópolis (Centro de Referência de Direitos Humanos - CDDH), inclusive com associações e coletivos numa escala macro MONADES (Movimento Nacional dos Afetados por Desastres Socioambientais). A AMCD vem fazendo parte da Rede para Gestão de Desastres e, no início de 2015, Sandro representou a associação e a comunidade em eventos como o Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social em Brasília. Essa comunicação se intensificou já na minha saída de campo, portanto neste trabalho não é desenvolvida esta relação.

*institucionalizadas, algumas muito diretamente ligadas a dispositivos materiais e convencionais vigentes, sancionados pelo Estado e codificados pelo direito, outras com contornos menos claramente definidos, apoiando-se em diversos dispositivos institucionais sem serem redutíveis a nenhum deles” (CEFAI, 2011:91).*

As cenas, portanto, comportam situações e protagonistas. As arenas públicas se apresentam, comportando embates e diálogos, a partir das situações de prova vivenciadas dentro de uma cena pública. As situações de prova podem ter classificados quatro tipos, a saber: *experimentação*; *consulta e deliberação*; *controvérsia*; e *eleição*, que, nesta dissertação, serão apresentados a partir das situações descritas nos próximos capítulos.

A busca pela regularização do terreno doado à associação para a construção de sua sede e centro cultural pode ser considerado um exemplo de situação de prova (de consulta e deliberação). De modo que outro exemplo de situação de prova é a avaliação diversificada por parte de técnicos, Defesa Civil, INEA, pesquisadores e moradores a respeito das áreas consideradas de risco (do tipo controvérsia). E é a partir dessas situações que o problema público é visualizado e vivenciado, tomando corpo (Ibidem:94).

Além de rebentar o problema público, as situações de prova se apresentam com uma complexidade e redefinição características:

*“Cada situação de prova envolve uma pluralidade de atores, de toda categoria e dimensão, que se constituem a partir da circulação de toda espécie de objetos, de todo tipo de questões, em toda espécie de contextos. Mesmo se a extensão, a forma e o conteúdo de suas ações são parcialmente determinadas por seu estatuto jurídico, seu potencial financeiro ou sua capacidade técnica, esses atores não cessam de ser redefinidos e renegociados ao longo da prova” (Ibidem:94-95).*

Muitas vezes um problema público, antes de se constituir como tal, envolve problemas relacionados às esferas particulares dos atores. Lembrando que o particular aqui tratado é no sentido de específico, próximo e próprio da experiência de cada indivíduo e do que é importante e contextualizado em sua vida.

*“A análise da constituição de um problema público ou de uma ação pública é indissociável de um emaranhado de estruturas de proximidade do mundo vivido. O termo ‘próximo’ não se confunde com o termo ‘local’ que designa uma escala espacial, nem com o termo ‘privado’, que se opõe ao ‘público’, e nem com o termo ‘particular’ que se opõe ao ‘geral’. O termo ‘próximo’ ou ‘proximidade’, neste texto, remete ao que é vivido como tendo importância ou pertinência na vida cotidiana dos atores – moradores, usuários, ou cidadãos” (Ibidem:70).*

Por isso Cefaï afirma que as vias que dão acesso à arena pública passam por situações e contextos de engajamento não público. (CEFAÏ, 2011:74) Podemos pensar nesses engajamentos como a busca pela indenização de quem perdeu sua casa, de quem quer voltar para a casa que está demarcada em área de risco, a necessidade dos moradores de uma obra no bairro – como a reconstrução de uma ponte - para retomar uma locomoção, ou para reabrir um comércio, a vontade de ver em seu bairro escolas de qualidade oferecidas a todos os filhos dos moradores, assim como espaços oferecendo serviços de saúde, com áreas de lazer e esporte, além de um centro cultural etc. Pois são essas vontades e metas que delineiam as lutas sociais, concluindo a partir de uma análise micropolítica, que se preocupa em investigar as formações do desejo no campo social (GUATTARI, 2007:149).

O relato de Sandro (tanto no primeiro contato que tivemos como nas entrevistas com ele e vários moradores) mostra a participação mais ativa no bairro, tanto dele quanto de muitos moradores, como uma consequência de muitas experiências durante e após a tragédia. Segundo Sandro, “*as pessoas são movidas pela urgência*”.

Sandro fez um comparativo certa vez, quando conversávamos, dizendo que em 2011 (ano que o desastre ocorreu) aconteceram mais de dez assembleias, aproximadamente uma por mês, e em 2013 houve uma no início, outras duas no meio e uma no final do ano; e que ao longo desse período, o número de pessoas participando vem diminuindo, pois muitas estão cansadas, outras saíram do bairro e têm dificuldades de participar.

É interessante notar após a conversa com Sandro, com outros moradores e a partir da descrição no site da Associação que muitos pensam que após a “tragédia”, muitos friburguenses e, mais especificamente, os moradores do Córrego D’Antas, se viram mais participativos, vendo a Associação de Moradores, que já existia antes desses acontecimentos, como um dos meios de articulação e participação política e social, no bairro e na cidade.

Apesar da associação de moradores do bairro já existir, assim como a participação de alguns moradores antes da tragédia, a atual gestão e a participação de muitos foi afetada pelos acontecimentos críticos no bairro, de uma forma muito particular. Conforme consta no site da Associação de Moradores do Córrego D’Antas:

*“Após a catástrofe, a principal transformação que hoje se vê no castigado bairro é a reconstrução da cidadania, da participação popular, do movimento comunitário. As pessoas, movidas pela necessidade de reconstruírem suas vidas, se uniram para buscar soluções para os seus problemas. Os problemas do bairro passaram a ser de responsabilidade de todos. Tornou-se mais forte e disseminada a consciência sobre a força da união popular, da organização civil. Surgiram mais e novas lideranças comunitárias. As reuniões da associação de moradores, antes com poucos*

*participantes, passaram a contar com um significativo número de moradores presentes e atuantes” (AMCD, 2011).*

Tanto na fala do Sandro, como no relato feito pela associação, a participação da comunidade após o desastre no bairro é visto como um “*novo movimento*”, que participa de um “*novo momento*” no bairro:

*“Esse novo movimento comunitário vem alcançando grandes conquistas: está despertando a atenção e provocando mais ações de auxílio do poder público para o bairro; lideranças de outras localidades manifestam apoio e ajuda; organizações de ajuda humanitária começam a atuar na localidade; a mídia vem veiculando frequentemente as ações e reivindicações dos moradores; empresas locais manifestam apoio e se juntam ao movimento popular. A comunidade está estabelecendo importantes linhas de diálogo com a sociedade em geral, com o poder público e organizações diversas com vistas à reconstrução do bairro e do município assim como à melhoria da condição de vida dos moradores.*

*(...) O movimento comunitário de Córrego d’Antas está marcando um novo momento da história do bairro, transformando as dores das grandes perdas em ação criativa, demonstrando a força e a luz de um povo que sobreviveu a uma grande catástrofe climática” (AMCD, 2011).*

As entrevistas também proporcionaram falas de moradores que vão à direção do relato de Sandro e do texto que consta no *site* da associação. Alguns moradores, como Aline, afirmaram participar mais das questões do bairro depois da tragédia de 2011, além de perceber essa mudança em outros também. Antônio afirmou na entrevista: “*Depois da tragédia, a comunidade se uniu mais, a gente começou a cuidar mais do local, a cabeça das pessoas veio mudando*”.

Segundo Edmo: “*sempre teve associação de moradores, mas, eu em particular, eu nunca me preocupei em ir em reunião, saber como funciona. Mas eu, por exemplo, via as coisas erradas e não me sentia satisfeito*”. Então, a partir da tragédia, “*mudou bastante coisa, assim, despertou em mim o interesse de ajudar as pessoas, maior, porque eu já tinha esse interesse, de lutar pelo bairro, reconstruir as coisas*”, e percebeu que “*que unido a gente é mais ouvido*”.

Sílvia contou que antes do desastre ela não participava e que “*depois da tragédia que eu passei a participar mais*”. Para ela “*as pessoas passaram a interagir mais depois da tragédia*”. Vitória também disse ter começado a querer participar mais depois de 2011 e que para ela isso aconteceu para muitos moradores por “*causa da situação crítica do bairro*”, pois as demandas haviam triplicado na época.

Segue relato de Aline, durante a entrevista, sobre como começou a se envolver nas questões do bairro:

*“Eu não era envolvida em nada, Conselho, nada da escola. Eu ia à escola para ser mãe de aluno e assinar boletim. Com a tragédia e a mudança da escola daqui para o Herminia Condack [escola], no Campo do Coelho [bairro], eu me vi obrigada a me envolver, porque eu não queria meus filhos indo de ônibus daqui pra lá e de lá pra cá, passando por perigos na estrada e ainda sendo humilhados dentro da escola, não pelos profissionais não, pelos próprios alunos. Os alunos ligavam pra eles e diziam: ‘você são uns abandonados, vocês não têm escola...’ e isso fez muito mal às crianças, porque as crianças passaram por coisas que a gente adulta custa a absorver, imagina as crianças”.*

Então, a partir do deslocamento de seus filhos e outras crianças do bairro para estudarem, Aline passou a interagir mais no espaço escolar do Córrego D’Antas, quando, a convite de uma diretora, entrou no Conselho Escolar do bairro e na “luta” pelo retorno da escola para o bairro, junto à associação de moradores. Depois de um tempo, conseguiram a escola de volta, mas localizada em uma casa, com condições inadequadas para a educação. O secretário de educação de 2011 criou um comitê Córrego D’Antas, para avaliar a situação da educação no bairro e Aline ficou como secretária desse comitê.

A partir dessas movimentações, Aline começou a participar das reuniões da associação e da educação. Hoje, além de compor o comitê e o Conselho Escolar, ela é membro da diretoria da associação (tesoureira) e cursa a graduação em Pedagogia (como me disse muito orgulhosa depois da entrevista).

É possível analisar também como a mobilização dos moradores fizeram-nos tomar conhecimento da associação ou de suas funções. Vitória afirmou: *“eu comecei a conhecer a associação do meu bairro a partir da tragédia”.*

Solaine sabia existir associação no bairro antes de 2011, pois lembrava das festas que ela promovia no bairro anos antes. *“O bairro Córrego D’Antas sempre teve associação”.* Ainda: *“nunca participei de nada da associação. Vim participar de uma reunião na associação depois da tragédia”.*

Além das percepções imagéticas e das mudanças nas concepções e pensamentos a respeito da vida e de valores, como descrito anteriormente, muitas relações foram originadas e redefinidas, como a relação das pessoas com a burocracia e órgãos oficiais, como o Ministério Público e Prefeitura, com o conhecimento sobre áreas do bairro antes não consideradas, com a

linguagem do Direito, com o conhecimento sobre leis e direitos, ligando atores a novos saberes e sociabilidades.

Edmo, quando perguntei sobre o que a tragédia poderia ter afetado em sua vida, disse que passou a “lutar” na associação de moradores e que, com isso: *“aprendi muita coisa, minha visão em relação aos órgãos públicos mudou, muita coisa. Pra mim não tinha tanta burocracia dentro dos órgãos públicos, a gente vai aprendendo até a lidar com essas coisas, mesmo para a gente conseguir as coisas. Eu achava que era mais fácil”*.

Além do conhecimento em relação aos órgãos públicos e à burocracia, Edmo teve uma preocupação maior em relação ao entorno do bairro, no que diz respeito ao espaço e às pessoas. Disse ter mudado seu *“jeito de ver um local de risco, por exemplo”*. Ele trabalha em construção civil e disse que agora ele não constrói se achar que é em área de risco. Sílvia também pensa assim e disse que *“agora as pessoas têm mais consciência das áreas de risco. Eu passei a prestar atenção ao meu redor”*.

Portanto, é possível perceber que o evento crítico da tragédia de 2011 em Nova Friburgo e as suas consequências que se arrastam até hoje no Córrego D’Antas constituem imagens, situações e vivências que impregnam a cotidianidade do bairro e seus moradores, que impulsionam ações, reafirmação de valores, redefinições de representações e códigos. A tragédia transformou a vida de muitos em vários aspectos, assim como a esfera política.

A partir das demandas e experiências particulares, os moradores foram agindo, adentrando em cenas e situações que foram compondo os problemas públicos e as relações entre os variados atores para solucioná-los. À medida que as ações dos moradores iam se aproximando dessas situações de prova e espaços públicos, assim como da associação de moradores, a categoria de movimentação tornou-se para muitos a “luta”, para a reconstrução e melhorias para o “bairro”, para os “moradores”, para a “comunidade”.

É possível estabelecer essa relação do termo “luta” a alguns sentidos, a partir de discursos e situações registrados até aqui. Primeiramente, o termo “luta” pode ser relacionado à participação e ao trabalho de busca por melhorias no bairro e por direitos, independente da tragédia.

Sandro, ao falar do “histórico de luta” do bairro, atrela essa expressão às manifestações e ações contrárias dos atores em relação às situações que lhe causaram transtornos, presentes no bairro. Seu João, ao se referir à resistência e às ações dos moradores para a retirada do lixão na década de 80, também utiliza o termo, evidenciando um sentido não só para as ações a partir de 2011.

Aline, ao contar sobre as ações de ajuda às vítimas implementadas por ela e outros moradores, como o socorro às vítimas, a doação de alimentos e a prestação dos primeiros socorros, em janeiro de 2011, também utiliza a “luta”, evidenciando já um sentido que começa a ser atrelado ao evento crítico de 2011.

Por fim, Edmo, ao contar sobre sua entrada na associação, disse ter passado a “lutar”, assim como Aline, que, ao começar a participar de ações para o retorno da escola no bairro, entra na “luta”. Esses usos demonstram um sentido da luta ligado a movimentos e ações em busca por melhorias no bairro e por direitos, após o reconhecimento dos problemas públicos e engajamento dos atores, a partir da tragédia.

Este último sentido pode ser comprovado a partir da leitura do estatuto da associação<sup>30</sup> que, em seu artigo 2º, define como uma das finalidades da instituição: *“Lutar por melhores condições para o bairro, trazendo seus moradores a esta participação, incentivando e fortalecendo o espírito comunitário”* (AMCD).

Assim como John Comerford identifica diferentes significados para o termo “luta” a partir da observação de organizações camponesas (1999), foi possível identificar a “luta” para moradores do Córrego D’Antas a partir desses sentidos descritos. Estes, por sua vez, estão ligados a uma coletividade, seja nas ações de busca por melhorias para o bairro antes ou depois de 2011, ou nas ações de ajuda e solidariedade durante o período mais crítico.

O evento crítico da tragédia, portanto, serve de eixo do presente trabalho para pensar inicialmente as experiências que antecederam e levaram à entrada de muitos moradores na arena pública, no espaço de diálogo e trocas entre os moradores, a associação, e as instituições oficiais, como a Prefeitura de Nova Friburgo, o INEA, Defesa Civil, Governo do Estado do RJ, entre outras.

As relações políticas do bairro, ligadas aos moradores do Córrego D’Antas e a sua associação, que tem na atual gestão e nas suas ações uma forte ligação com o evento crítico de 2011 e suas transformações se dão inicialmente a partir do desastre, da resposta inicial dos moradores e dos agentes estatais, e a partir das súbitas mudanças na vivência cotidiana dos moradores, e nos cenários do bairro, ao longo dos últimos anos, a partir também de imagens que impregnam a cotidianidade, que trazem lembranças desagradáveis, que “apagam” memórias antigas, que trazem à tona outras memórias acionadas, que causam sofrimentos, vontades, indignação, revolta e até mesmo cansaço.

---

<sup>30</sup> Disponível no anexo 3.

Neste primeiro capítulo, portanto, as memórias, no sentido que Pollak descreve, como operações de acontecimentos, interpretações e referências que as estruturam (1989), seja do passado do bairro, do seu “histórico de luta”, da sua referência imagética e local, de suas antigas lideranças, somadas às variadas memórias do desastre, do engajamento posterior, dos mutirões, entre outros, constituem elementos para os atores na atual “luta” no bairro, além de serem constante e diversamente acionadas em momentos específicos das suas ações políticas.

Nos próximos capítulos será analisada a participação propriamente dita a partir da entrada dos atores na arena pública, e de espaços de proximidade da associação com os moradores e processos de publicização da associação na relação com poder público, a partir de ações e situações específicas. Essas situações e ações descritas contribuirão também para ilustrar ainda mais as questões já apresentadas neste primeiro momento.

## 2 - Capítulo II: “O Córrego D’Antas não acabou!”

Neste segundo capítulo, a proposta é apresentar algumas estratégias nos processos de participação, luta e reconstrução dos moradores, principalmente através da sua associação. Elas se dão através de processos de publicização e vínculos de proximidade, que serão descritos aqui a partir das situações ocorridas em campo, com os moradores, outros atores e os problemas no bairro.

A partir dessas situações de campo observadas e descritas analiticamente, considero também aqui algumas representações e construções de categorias sobre o bairro, a tragédia e a política para os moradores.

### 2.1 - Vínculos de Proximidade e Processos de Publicização:

Após as considerações acerca da entrada dos moradores na arena pública, no período entre 2011 e 2014, e a inicial descrição sobre como esta ocorreu, seguem neste capítulo alguns acontecimentos, demandas e relatos que desdobram essa participação.

Esses episódios descritos configuram elementos que permeiam a visão que os moradores têm sobre suas ações enquanto tais (mas também como cidadãos, membros da associação de moradores) e sobre as ações da associação de moradores como instituição, da Prefeitura, do Governo Estadual, INEA, dentre outras.

Antes dessa descrição, no entanto, é necessário introduzir a discussão acerca de aspectos presentes no corpo dessa participação e da visão dos atores, principalmente no que tange à associação de moradores. São exemplos destes aspectos e estratégias os “*vínculos de proximidade*” e os “*processos de publicização*”, verificados por Daniel Cefai (2011) na Bellevilleuse, a associação de moradores de Belleville (na XX Região Administrativa de Paris, França).

Os chamados vínculos de proximidade remetem a modos de envolvimento que, mesmo sem serem necessariamente requisitados para um engajamento, podem ser vivenciados e constituírem o próprio engajamento, como por exemplo, em um processo de participação e reconstrução do bairro.

Retomando a discussão iniciada anteriormente, a ideia de “próximo” nesses vínculos não está ligada ao termo “local”, no sentido espacial, tampouco conota privado e particular.

*“Primeiro ponto: a configuração da coisa pública não se faz simplesmente na troca de argumentos racionais em um espaço público descontextualizado. Ela é sempre tomada a partir dos modos de envolvimento das pessoas na Lebenswelt, e particularmente, na esfera do próximo e do familiar. O enredamento em histórias e intrigas locais que evidenciam os destinos locais ou os interesses particulares é o trampolim para as formas de julgamento e de denúncia, de reivindicação e de proposição, que trazem à tona o que diz respeito ao público” (CEFAI, 2011:70).*

A expressão vínculos de proximidade (e especialmente a ideia de “proximidade”), portanto, remete ao que é vivido no cotidiano e tem importância neste (Ibidem:70), ou seja, como na citação acima, na esfera do próximo e do particular, a partir do envolvimento pessoal, assim como se dá a configuração do que é público.

Certamente, como apresentado no primeiro capítulo, vários acontecimentos e problemas que sucederam a tragédia, relacionados ao cotidiano dos moradores e às transformações das suas vivências tomaram importância, mobilizando esses atores a partir de várias maneiras e intensidades de engajamentos.

Os vínculos de proximidade, portanto, relacionados “*aos modos de uso, de frequência e de habitação do bairro*” (Ibidem:70), no caso do presente objeto, podem ter citados como elementos os envolvimento presentes na vizinhança do Córrego D’Antas, no morar e transitar pelo bairro, nas formas de locomoção e comunicação com as localidades, nas instituições e eventos que lá incidem, nas lembranças sobre o bairro, sobre as festas, os moradores antigos e, sobretudo a tragédia. Esses envolvimento se compõem e as pessoas as expressam de maneira particular.

Somados a esses vínculos, os saberes locais também permeiam a própria mobilização para a reconstrução do bairro e a proximidade entre os atores, e entre os mesmos e a comunidade e a associação.

*“Além disso, a definição da situação da reabilitação do bairro se apoia em saberes locais, relativos às formas de vida associativa próprias de um território, aos usos de lugares semipúblicos e públicos, às práticas de solidariedade e de ajuda mútua entre vizinhos; como também saberes referentes ao estado de deterioração dos imóveis, às necessidades de áreas livres de jogos para crianças e de espaços de integração para adultos (...)” (Ibidem:82).*

Indicações sobre qual o melhor lugar para se construir uma praça, uma área de recreação infantil, uma escola e creche, e para reconstruir uma ponte foram ações feitas por muitos moradores ao longo do campo e que dialogam com os saberes locais. São saberes que

estão relacionados com o conhecimento do bairro que os moradores têm, e com as suas profissões e atuações particulares também, pois estão ligados à frequência dos lugares, além das experiências individuais e coletivas dos atores, *“de seus modos de uso dos espaços privados, semipúblicos e públicos, de suas valorizações dos lugares vividos e praticados no dia a dia, investidos de toda sorte de qualidades que escapam ao urbanista”* (CEFAÏ, 2011:82).

Os saberes locais colocam, portanto, os moradores em condição privilegiada a respeito do conhecimento do bairro. Para os casos relacionados às obras no Córrego D’Antas, além dos moradores tomarem conhecimento sobre os lugares que mais necessitam delas, alguns contam com a experiência com obras, por trabalharem na área, como Edmo e Antônio. As práticas de solidariedade e ajuda mútua foram constantes por parte de muitos moradores na tragédia e início da nova gestão da associação de moradores. Uma pessoa que pode exemplificar isso a partir de suas experiências é o Sandro, que, por sua formação e profissão (bombeiro), já lidava com a ajuda e resgate de pessoas no seu cotidiano. Além de bombeiro, ele também é professor de Geografia, o que contribui na mediação e explanação apresentada nas reuniões e assembleias.

Com o tempo, outros moradores foram apresentando saberes e experiências que serviram, por exemplo, para a ajuda prestada através dos mutirões, quando foi necessária a presença de pessoas com conhecimento sobre obras e construção civil, como no caso de Edmo e tantos outros moradores, assim como muitas mulheres ajudaram com a pintura, limpeza das casas e o provimento dos lanches.

Cada morador que participava dava sua contribuição, a partir de suas particularidades. Conforme relato de Sandro no *site*, no mutirão de 03/04/2011, para a retirada de lama e abertura de canelota de dragagem, contaram *“com a ajuda de uma máquina retroescavadeira operada por Antônio, operador de qualidade e também morador do bairro, obtivemos grande sucesso”*.

A partir dessas ações, os moradores se conheciam mais e trocavam saberes e experiências, contribuindo para a construção da organização em torno da reconstrução do bairro, como é possível perceber no relato sobre o mutirão de 28/05/11: *“Já podemos até mesmo identificar nele equipes responsáveis por trabalhos distintos”*.

Ainda segundo o relato dos mutirões no site:

*“O que se viu foi um momento precioso da história do bairro: muitos moradores presentes, integração entre pessoas de diferentes níveis de formação e sociais,*

*fortalecimento do vínculo afetivo com o bairro e entre os moradores em si, além de uma aula de cidadania, sobretudo para as várias crianças e jovens presentes. Foi uma demonstração clara e prática de comprometimento com o espírito de reconstrução de nossa cidade, Nova Friburgo. Tal espírito é tema de muita propaganda, mas não parece motivar o interesse e o empenho suficientes das autoridades em várias áreas do município que sofrem com o abandono” (AMCD, 2011).*

Esses mutirões de limpeza e consertos pelo bairro, em 2011, são exemplos de como os moradores envolveram os saberes locais e os vínculos, a partir de necessidades e mudanças repentinas, que naquele momento o poder público não dava conta. Foram no mínimo cinco mutirões em 2011, de acordo com os registros apresentados no site da AMCD.

**Foto 2.1: Moradoras ajudando na pintura de uma casa durante um mutirão em 2011**



**Fonte: site da Associação de Moradores do Córrego D'Antas**

A partir da construção de redes de solidariedades e sociabilidades desde então, com a entrada de moradores na “luta” por melhorias no bairro e pela sua reconstrução via associação de moradores, mais saberes e experiências foram sendo agregados, como a facilidade de comunicação e negociação de uns; o “poder” de influência ou o desprendimento de outros, em não ter problemas para pressionar e reclamar sobre problemas junto a agentes públicos; a facilidade de escrita e organização; entre outras particularidades que, com o tempo, percebia que eram apontadas para determinados moradores ao longo das ações da associação.

As associações por proximidade, então, podem desenvolver “*um pensar sobre si mesmo*” e também sobre a “*constituição de públicos*”, a partir de experiências, formações, visões particulares e desejos, e não necessariamente por questões ideológicas, ou menos ainda corporativistas (CEFAÏ, 2011:71). E essa análise é possível devido a seu caráter microssociológico, de adentrar nas esferas moleculares.

Diferente dos vínculos de proximidade, os chamados processos de publicização apresentam uma aproximação em relação aos espaços e linguagens das instituições oficiais. Além de aparentemente facilitarem o diálogo e a negociação com as instituições públicas, são muitas vezes utilizados pelas associações e grupos comunitários a fim de evitar censuras e acusações de particularismo.

O uso de idiomas e linguagens públicos, além de procedimentos técnicos, são exemplos dos usos nos processos de publicização. O apoio no direito, em leis, normas e constituições dão pistas sobre as estratégias de argumentação e negociação muito utilizados.

Reivindicações a partir de princípios gerais e termos, que transcendem os limites do bairro, também participam das estratégias a partir da publicização, por exemplo: a crítica à lógica do lucro, o “*remanejamento territorial mais harmonioso*”, a salvaguarda do patrimônio arquitetônico ou histórico, o direito à moradia, a maior participação dos seus, a justiça social, entre outros (Ibidem:90).

*“Esses argumentos de La Bellevilleuse reforçam a legitimidade da causa defendida, delimitam o território do bairro (...), conferem-lhe uma identidade (...), fortalecem a unidade do coletivo associativo (...), lançam descrédito sobre os adversários (...)”*  
(Ibidem:90).

Assim como no caso Bellevilleuse, a Associação de Moradores do Córrego D’Antas também processa em vários momentos os vínculos de proximidade e os processos de publicização. Ambas circulam entre formas de proximidade e de publicidade, conseguindo parecer confiável aos moradores (no primeiro caso) e tendo um discurso aceitável para o Estado (no segundo caso), nos momentos de diálogo com o mesmo. (Ibidem:72)

*“Para convencer, mobilizar e envolver públicos leigos, no conflito urbano, esses representantes explicam as questões mais complexas aos membros de sua associação e aos moradores do bairro e lhes dão a oportunidade de compreender, de deliberar e participar das decisões públicas. Mas, inversamente, sob pena de serem acusados de particularismo, de localismo ou de comunitarismo por jornalistas, políticos e especialistas, os representantes devem renunciar às*

*competências de proximidade que são próprias deles para se valerem de uma linguagem de interesse geral” (CEFAI, 2011:73-74)*

A seguir, serão descritas algumas dessas estratégias utilizadas pela AMCD.

## **2.2 - Obras pelo Bairro:**

Começo as descrições desta parte do trabalho a partir das demandas por obras pelo bairro, por ser um tema tão caro à comunidade (antes mesmo da tragédia) e por render muitas histórias e estar presente em muitos eventos e partes desta pesquisa.

Assim que comecei a participar das atividades da Associação, falava-se muito sobre a tal “obra das pedras” (Sítio das Pedras). Como já descrito, muitas pedras, lama e terra rolaram morro abaixo no lado rochoso e alto do bairro, e muitas pessoas continuaram morando ali depois do ocorrido, aguardando ações de contenção nas pedras, com muito medo e preocupação.

Em 2013, foi divulgada uma nota sobre o rolamento de uma pedra no bairro:

*“Na manhã de quarta-feira, 4, moradores do bairro Córrego Dantas se assustaram com o comentário nas ruas de que uma pedra teria rolado de uma encosta do bairro. (...) O vice-presidente da associação de moradores do Córrego Dantas, Edmo Teixeira, alertou quanto à necessidade de obras de contenção urgentes no local. Por enquanto, nem a licitação para escolha da empreiteira que vai conter a encosta tem data prevista para ser realizada, embora um projeto de execução do serviço já tenha sido concluído e encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, segundo a associação de moradores do bairro. ‘Os moradores, é claro, ficam com medo, pois o risco de outras pedras rolarem existe em qualquer época do ano, não só nas chuvas. As pedras estão todas soltas. Por sorte, a maioria dos moradores deixou as casas com medo. Não se sabe quando uma pedra dessas poderá rolar e qual a velocidade que ela vai parar embaixo, justamente na direção das casas’, observa Edmo” (A VOZ DA SERRA, 06/09/2013).*

Como se pode perceber, a obra de contenção das pedras era um assunto de caráter urgente na discussão e na lista de demandas do bairro, visto que constantemente os moradores viviam na dúvida sobre novos rolamentos e da existência de necessidade de saírem de suas casas.

**Foto 2.2: Vista para as pedras (Fevereiro/2014)**



**Fonte: Arquivo pessoal**

Em uma de nossas conversas no início do meu campo, Sandro disse que cinco meses depois da tragédia foram aprovadas cinco grandes licitações de obras para Nova Friburgo e uma delas contemplava o bairro Córrego D’Antas. Foi então que, em uma reunião com representantes da Prefeitura e do Estado do RJ, ele soube que a obra seria em uma localidade mais afastada, onde havia um condomínio “de luxo” no bairro. Depois, passou a informação em assembleia para os moradores, os quais discordaram, iniciando uma “luta” para exigir que a obra fosse feita na região mais central e populosa do bairro, onde muitas pessoas se encontravam nas áreas consideradas de risco.

Então, depois de muitas reuniões, reivindicações e ofícios, em setembro de 2013, o Córrego D’Antas foi anunciado como futuro detentor da “maior” obra de contenção do estado. Os membros da associação não têm dúvida de que a mudança da área contemplada com a obra, do condomínio para as pedras, deveu-se ao envolvimento dos moradores.

A obra é gerida pela Secretaria Estadual de Obras (SEOBRAS), conforme apresenta em detalhes a matéria do jornal de grande circulação na cidade:

*“Obra de contenção do Córrego Dantas será a maior do estado e custará R\$ 43 milhões. Dois anos e oito meses após a tragédia climática de 2011 surge uma luz no fim do túnel para os milhares de moradores que ainda residem em área de grande risco na parte alta do Córrego Dantas: a Secretaria Estadual de Obras (SEOBRAS), conforme antecipou o colunista Giuseppe Massimo na edição de sábado, 7, marcou para o dia 9 de outubro a licitação da obra de contenção do bairro, tida como a maior do Estado do Rio, orçada em R\$ 43,900,139,42” (A VOZ DA SERRA, 11/09/2013).*

No início de 2014, desde a minha entrada em campo, a empresa licitada para fazer essa grandiosa obra nas pedras, a Geomecânica, já se encontrava no bairro.

**Foto 2.3: Parte da obra das pedras e do seu canteiro (julho/2014)**



**Fonte: Arquivo pessoal**

Durante a primeira reunião do grupo gestor (27/02/2014) em que estive presente, lembro que uma das principais pautas era justamente o acompanhamento da obra, visto que os moradores reclamavam que não tinham informações sobre o que estava sendo feito nas pedras, no que consistiria a obra, se durante e depois dela haveria a necessidade de desapropriar mais casas e retirar mais famílias na parte do morro abaixo das pedras.

Então a associação convocou uma reunião com os representantes dos governos local e estadual, juntamente com representantes da empresa para saber mais da obra e repassar as informações para os outros moradores.

Edmo, apesar de fazer parte do CAO, Comitê de Acompanhamento de Obras, ligado ao INEA - criado para que os moradores possam acompanhar as obras no seu bairro - disse, nessa mesma reunião do grupo gestor que em outras obras, assim como a das pedras, é difícil participar, pois muitas vezes alguns profissionais não levam a sério o conhecimento dos moradores. Em concordância com Edmo, Sandro citou o Estatuto da Cidade<sup>31</sup>, que, segundo ele, garante a participação dos moradores, o que, na prática, acaba não acontecendo.

Na lista de demandas feita pela associação<sup>32</sup> é possível perceber a motivação dessa reivindicação e da exigência, pois nela é apresentado que a opinião da comunidade não era aceita nas reuniões propostas e os moradores não tinham acesso à planta baixa do local da obra.

A segunda reunião da qual participei em campo (11/03/2014) foi justamente essa convocada, através de um ofício, pela associação para tratar somente da obra e suas consequências, configurando uma situação de prova de *“consulta e deliberação (as reuniões públicas [...] nas quais se opõem de um lado, discursos de políticos e de especialistas e, de outro lado, discursos de associados e de moradores)”* (CEFAÏ, 2011: 94).

Participaram desse encontro os representantes da empresa, como o engenheiro de campo, responsável pela obra, e o gestor de contratos da empresa. Além destes, o gestor social e o superintendente de obras do estado do Rio de Janeiro também participaram da reunião, juntamente ao coronel secretário da Defesa Civil e aos moradores Vítor, Zé Carlos, Édem, Sandro, Roberta, Carlinhos e Edmo.

A reunião começou com uma apresentação sobre a obra, seu planejamento e o que já estava sendo feito. O engenheiro da empresa explicava com slides apontando para imagens da pedra, o que e onde seria feita cada ação nas pedras. Explicou sobre como estabilizariam a encosta, usando pontos de drenagem, canais de gabião, canaletas, pontos de contenção, com mureta chumbada e aplicação de contrafortes. Usou muitos termos técnicos compreendidos pelos moradores e em muitos momentos questionados por alguns.

Ao longo da explanação, alguns moradores, como Edmo e ‘Seu’ Carlinhos, faziam, sem hesitar, questionamentos, mostrando conhecimentos que tinham sobre o bairro - dizendo o nome dos locais apontados no mapa pelo engenheiro, até mesmo corrigindo-o em relação a

---

<sup>31</sup> Chamada Lei 10.257/2011, disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm)> (acessado em 04/02/2015).

<sup>32</sup> Apresentada em partes no capítulo 1 e detalhadamente no anexo deste trabalho.

algumas localidades - e questões técnicas, como o diâmetro das canaletas (se era suficiente), sobre a largura da mureta, se a mesma era chumbada, entre outras.

O conhecimento apresentado pelos moradores sobre o bairro e a experiência sobre lugares e características das pedras, por exemplo, além da forma como questionavam e usavam os termos técnicos entendidos pelos engenheiros davam uma propriedade aos moradores não questionada pelos representantes presentes da reunião, mesmo quando interrogados e avaliados. Foi uma proximidade estabelecida entre os moradores, mais os agenciamentos relacionados aos seus saberes e experiências no bairro que prevaleceram.

Algumas críticas foram registradas e prontificadas à revisão pelo engenheiro. Outras não foram respondidas objetivamente. Sobre a quantidade de determinados materiais, o gestor de contratos da empresa alegou que o quantitativo de contrafortes poderia mudar, para mais ou menos, devido a outros fatores, como as erosões e o caráter dinâmico das pedras.

Sandro perguntou sobre a possibilidade de intervenção e evacuação na região do morro abaixo das pedras, uma dúvida que vinha angustiando muitos moradores. Além dessa imprecisão, muitos moradores que tiveram suas casas interditadas aguardavam notícias da obra para saber se poderiam retornar às casas ou continuariam com o processo de indenização. O gestor de contratos e o engenheiro afirmaram existir uma previsão de não-interdição, mas que essa decisão caberia ao Estado e à Defesa Civil, ao que o Coronel da Defesa Civil afirmou com a cabeça em concordância, mas logo depois ressaltando que a responsabilidade seria do DRM e CPRM<sup>33</sup> que, segundo ele, são órgãos conselheiros, que a Defesa Civil aciona para essa averiguação. O representante da Defesa Civil disse que a mesma não age sozinha, por isso a dificuldade em dar uma resposta precisa.

Depois, os moradores Vítor e Zé Carlos começaram a fazer perguntas sobre a questão das indenizações, aproveitando o ensejo da desinterdição e também a presença do gestor social estadual, mas as respostas também não foram muito objetivas e certas. No entanto, essa pequena ocorrência e as indenizações não serão tratadas aqui, mas retomadas no próximo tópico deste capítulo.

Ao final da reunião, depois das indagações sobre a obra, as consequências e as indenizações, o superintendente de obras do estado do Rio de Janeiro começou a falar sobre as dificuldades que todos enfrentam, mas que “*o estado também sofre*” por causa de muitos

---

<sup>33</sup> Para saber mais sobre esses órgãos e suas funções: DRM RJ (Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro), disponível em <<http://www.drm.rj.gov.br/>> e CPRM (Serviço Geológico do Brasil), disponível em <<http://www.cprm.gov.br/>>. Sobre a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, procurar a lei 12.608, de 10 de abril de 2012, em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm)> (os três endereços acessados em 12/02/2015).

fatores, como o tempo demandado pela fiscalização, os prazos dados por vários órgãos e que muitos são “desencontrados”, além do excesso de burocracia; e que o local da obra apresenta muitas dificuldades. Sandro e Vitor, então, pediram para os representantes que apresentassem prazos certos das etapas da obra para que pudessem repassar para a comunidade, ao que o superintendente respondeu somente: “*Nós vamos executar a obra e analisar*”.

Até o final de 2014 a obra ainda não havia sido terminada e encontrava-se parada - devido aos alegados prazos e fiscalizações, falta de pagamento de pessoal e de material - indicando receio de uma possível falta de cumprimento dos prazos previstos no ano anterior:

*“A previsão inicial é de que a obra seja concluída em dois anos, mas, segundo o secretário estadual de Reconstrução Serrana, José Beraldo, haverá um esforço para que o serviço seja feito num tempo menor. “Creio que a conclusão da encosta ocorra em um ano e meio”, disse ele, acreditando que, superado os entraves burocráticos, a obra seja efetivamente iniciada em novembro. No dia 3 de outubro as empresas interessadas em participar da licitação farão visita técnica à grande encosta” (A VOZ DA SERRA, 11/09/2013).*

Na reunião pude notar que muitas respostas não foram suficientemente precisas e esclarecedoras para os moradores, que insistiram em refazer e reformular algumas perguntas. Pude confirmar isso numa reunião posterior, a do grupo gestor, a partir das falas de alguns, avaliando como positiva a iniciativa da reunião entre os moradores e os responsáveis pela obra. No entanto, em termos de respostas às ansiedades e angústias da comunidade, olharam sem muita diferença de como estavam antes da reunião.

Então os moradores encaminharam mais reuniões esporádicas com os representantes e, a pedido de Sandro, um convite para a ida do engenheiro à assembleia, para que pudessem fazer uma prestação de contas para a comunidade.

Na assembleia seguinte, Sandro leu o relatório da reunião sobre a obra, e alguns moradores, sobretudo os que têm formação e experiência com obras, demonstraram preocupação em relação à espessura das galerias de drenagens. Segundo os mesmos, a espessura da galeria prevista para ter 1,20m por 1,20m era muito estreita, e poderia causar problemas em ocasiões de fortes chuvas.

Como consta na ata da assembleia realizada em 04 de abril de 2014, foram vários os argumentos apresentados em plenária contrariando o tamanho da galeria:

*“(...) a situação da principal subida de acesso ao bairro Braunes que apresenta problemas que já são notórios “quando tem um maior volume d’água de chuva, estoura (água) para todo lado”; o Senhor Edmo relata que as manilhas que atravessam o subsolo da RJ 130 já tem esta espessura aproximada de 1,20 m e que atualmente não comporta volumes maiores de água da chuva; Chamou-se atenção também para o fato do projeto inicial, produzido para a licitação e elaborado sob a coordenação do Engenheiro da UERJ, Sr. Feijó, previa a espessura de 3 metros de altura por 3 metros de largura, tendo sido, neste momento, reduzido para aproximadamente menos de um terço do tamanho original; Outro argumento exposto trata-se das anunciadas e notórias mudanças climáticas, em curso no planeta, que indicam o aumento de precipitação pluviométrica, denotando que, em se tratando de uma obra de tamanha envergadura, deveria se trabalhar com projeções à longo prazo, no caso, que as galerias sejam construídas com margem de segurança para suportar eventos climáticos futuros.” (AMCD, 2014)*

Ainda sobre a obra das pedras, Sandro informou na assembleia que havia feito um convite para que o engenheiro representante da obra comparecesse à assembleia, a fim de expor à comunidade o projeto da obra, mas não obteve resposta do mesmo até então. Em reunião do grupo gestor, do dia 21/05/2014, lembro que Sandro informou que já haviam entrado em contato com a empresa sobre o questionamento do tamanho das manilhas pequenas, e que ainda não tinha recebido resposta, mais de um mês depois da assembleia.

Os casos dos mutirões de 2011 e da obra das pedras em 2014 foram motivados por demandas por reparos e obras no bairro que, de maneiras diferentes, acionaram ações, saberes e experiências dos moradores. No primeiro caso, foi necessário, além desses elementos, a criação de redes de solidariedades para que os moradores entrassem na “luta” pela ajuda na reconstrução das casas. Já se tratando das obras feitas e geridas pelo poder público, os moradores precisaram acionar seus saberes locais e todo um engajamento organizado entre os mesmos, de modo a impor os interesses a favor da sua participação e das melhorias para o bairro. Esses agenciamentos, a partir da associação, são percebidos através dos vínculos de proximidade.

Assim como essas duas demandas, outras motivaram a participação e ações dos moradores e da associação, como em escadas, pinguelas, bueiros, entre outros, completamente destruídos ou deteriorados a partir da tragédia, considerando também contextos anteriores a ela.

Fica manifesto, com a apresentação dessas situações, que não só os momentos de negociação e envolvimento político – denotando aqui o universo da política institucional partidária e dos três poderes – mas principalmente os de convivências e de práticas foram dando o tom da participação dos moradores engajados na luta pela reconstrução do bairro.

### 2.3 - Indenizações:

As indenizações eram outro tema muito abordado pelos moradores nas reuniões da associação no início da minha incursão ao campo. É um assunto que remete às emoções, desejos e lembranças dos moradores de uma forma que comove e move muitos.

No relatório da Secretaria Municipal de Assistência, Desenvolvimento Social e Trabalho, segundo a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, até o final de janeiro de 2011, 5.149 famílias haviam sido cadastradas na Região Serrana para receber o aluguel social. Deste total, 2.119 famílias estavam em abrigos e 3.030 eram famílias desalojadas e que estavam em casas de parentes ou amigos e viviam em áreas de risco (Nova Friburgo, 2011).

Em fevereiro de 2011, segundo levantamento da Secretaria Municipal de Assistência, Desenvolvimento Social e Trabalho, 949 famílias estavam cadastradas nos abrigos oficiais, 909 nos abrigos solidários, 104 famílias em áreas de demolição/risco e 400 em áreas de risco, só em Nova Friburgo (Idem, 2011).<sup>34</sup>

Após a tragédia, em teoria, as opções de indenização para os que tiveram suas casas destruídas e/ou em áreas de risco eram: a indenização propriamente em dinheiro, a compra assistida, ou o “Minha Casa, Minha Vida” – Programa do governo federal que subsidia a aquisição da casa própria para famílias com renda até R\$ 1.600,00, e facilita as condições de acesso ao imóvel para grupos com renda maior (nos casos das famílias que tiveram seu único imóvel destruído por desastres naturais e que se enquadrem às normas do programa, estas ficam dispensadas do pagamento do imóvel)<sup>35</sup>.

Além dessa indenização, os moradores que pagavam aluguel e perderam tudo dentro do seu lar, ou aqueles mesmos que perderam sua casa, mas ainda aguardavam a indenização, tinham direito ao aluguel social, uma quantia no valor de R\$500,00<sup>36</sup>. Em agosto de 2011,

---

<sup>34</sup> Tanto os números em relação ao aluguel social quanto os da assistência social estão disponíveis em boletim eletrônico da prefeitura, em <<http://novafriburgo.rj.gov.br/2011/01/balanco-aluguel-social/>> e <<http://novafriburgo.rj.gov.br/2011/02/numeros-da-assistencia-social/>> Acessados em 12/02/2015.

<sup>35</sup> Mais informações sobre o Programa, na Lei 11.977, de 7 de julho de 2009 e no decreto 7.499, de 16 de junho de 2011, que a regulamenta. Disponíveis respectivamente em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm)> e <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2011/decreto-7499-16-junho-2011-610815-norma-actualizada-pe.html>>. Acessados em 20/02/2015.

<sup>36</sup> Conforme consta na reportagem “A Serra três anos após a tragédia”, do jornal O Globo: “O aluguel social é dado pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (R\$ 500 para Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo; e R\$ 400 para as demais cidades). Leia mais sobre esse assunto em <<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/a-serra-tres-anos-apos-tragedia-11253879#ixzz3TYEVqn6V>> por Clarissa Pains / Rodrigo Bertolucci, em 09/01/2014. Acessado em 26/01/2015.

durante uma apresentação do projeto “Emergência Região Serrana”, do INEA, em reunião pública no auditório da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Nova Friburgo, uma representante do governo estadual apresentou dados sobre os imóveis em áreas de risco e informações sobre o andamento das indenizações:

*“Ainda durante o encontro ontem na CDL, a urbanista da Secretaria Estadual da Casa Civil, Ruth Jurberg, destacou como o estado tem atuado no processo de relocação dos moradores dos imóveis construídos nas faixas marginais de rios, já identificados e marcados para demolição em Nova Friburgo de acordo com critérios estabelecidos pelo Inea, Defesa Civil e o Departamento de Recursos Minerais (DRM). Dos 744 imóveis marcados para demolição nos bairros Floresta, Alto do Floresta, Jardim Califórnia, Córrego Dantas, Rui Sanglard, Lazareto, Duas Pedras e Vilage, 244 já foram derrubados. As famílias podem optar pela aquisição de um novo imóvel através do projeto “Minha Casa, Minha Vida” ou indenização, cujo valor é apurado após avaliação minuciosa do imóvel, inclusive, incluindo-se o tipo de material utilizado na construção. “Outras 2.504 famílias recebem o aluguel social de R\$ 500 por mês”, garantiu Ruth. A urbanista comentou ainda que os moradores que optarem pela compra de outro imóvel tanto no município, como em qualquer outro do estado, poderão ter um acompanhamento técnico para não correrem o risco de fixar residência em outra área de risco. É o projeto “Compra Assistida” que já beneficia 137 famílias” (A VOZ DA SERRA, 18/08/2011).*

Sabe-se que, pelos acontecimentos relacionados à tragédia, demorou muito para muitas famílias terem acesso às informações sobre as indenizações. Além disso, a prefeitura e os governos estadual e federal tomaram primeiramente as medidas de salvamento e resgate das vítimas e corpos, além da disposição dos abrigos. Mais de dois meses após a tragédia, algumas famílias já haviam voltado para suas casas (após laudo da Defesa Civil e INEA, algumas áreas atingidas por enchente, por exemplo, não eram consideradas para retirada de pessoas e demolição) e mesmo assim ainda não tinham sido cadastradas todas as famílias abrigadas para o aluguel social<sup>37</sup>.

Ao invés dos abrigos, muitas famílias ficaram na casa de familiares e vizinhos - como no caso da moradora do Córrego D’Antas, D. Dilma, que ficou quase três meses morando com familiares - e demoraram a voltar ao local das suas residências – o que dificultou o trabalho de levantamento -, devido à própria dificuldade de acesso e locomoção nos lugares e

---

<sup>37</sup> A Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro afirmou, em nota, ter cadastrado, em março de 2011, 1,2 mil famílias em abrigos na região serrana, faltando ainda mais 2 mil. Disponível em <<http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=396296>> e acessado em 12/02/2015. São números diferentes e menores do que os apresentados em fevereiro em nota da Secretaria de Assistência, Desenvolvimento Social e Trabalho de Nova Friburgo (disponível em <<http://novafriburgo.rj.gov.br/2011/01/balanco-aluguel-social/>> e acessado em 12/02/2015).

outros problemas decorrentes do desastre, como as mortes e o reconhecimento de corpos de parentes.

Muitos perderam todos os seus documentos, tendo dificuldade de provar sua existência, endereço e, portanto, direitos e benefícios. Antes de entrarem na peregrinação para conseguir adiantamentos do FGTS, Bolsa Família, ou até mesmo para se inscrever no cadastramento do aluguel social, muitos moradores tiveram que esperar o atendimento nos mutirões do Ministério Público e Detran para tirarem suas segundas vias de documentos como certidão de casamento, carteira de identidade e CPF.

Foram muitas as consequências da tragédia, as quais se apresentaram de formas diferentes para cada morador, de acordo com suas vivências e experiências. No entanto, no caso das pessoas que aguardaram as indenizações, havia um sofrimento em comum: perder a casa, o seu “canto no mundo” (BACHELARD, 1978:200). A partir desta perda, outras consequências foram somadas, dentre as mais comuns: a incerteza sobre onde ficar, não ter para onde ir em um primeiro momento, ter que esperar o aluguel social e as negociações de indenização, ter que sair de sua rua, vizinhança, bairro, entre outras.

Somam-se a esses problemas a demora e a dúvida na identificação das áreas de risco, e portanto, na assimilação e marcação das casas. Sem contar com o sofrimento e dor sentidos por moradores, ao terem suas casas marcadas. Conforme Sandro relatou em uma reunião (19/03/2014), esse “rótulo” de ter uma casa em área considerada de risco trouxe consequências de prolongamento do sofrimento apresentado com a tragédia.

As filas para informações sobre as indenizações e outras medidas, logo após a tragédia eram enormes, e as próprias instituições públicas não davam conta e não tinham profissionais preparados para tais atendimentos, em condições extremas. Resultando que, após todo esse processo sofrido e demorado, ainda havia (e há) muitas famílias sem receber nenhum tipo de ajuda, como mostra a seguinte reportagem:

*“O Instituto Estadual do Ambiente (INEA) informou que, nos três municípios mais atingidos pela enxurrada, foram mapeadas 2.281 edificações em áreas de risco. No total, foram cadastradas 1.818 famílias, sendo que 632 já negociaram as indenizações. Outras 457 não aceitaram a indenização oferecida ou não foram localizadas. O Inea alega que a demora no processo se deve ao fato de que “a etapa de negociação é a mais complexa e mais demorada ” (O GLOBO, 12/12/2012).*

Como apresentado acima, muitos moradores não aceitaram as indenizações. É o caso do morador do Córrego D’Antas, Zé Carlos. Logo nas primeiras reuniões, pude conhecer sua

história e os dramas envolvidos. Sua casa está localizada numa área considerada de risco, e, apesar de não ter sido afetada aparentemente e danificada com a tragédia, o morador e sua família tiveram que sair dela. No início de 2014, quando o conheci, o morador ainda não tinha sido indenizado.

Primeiramente, Zé Carlos não recebia a assistência porque não se enquadrava no limite de salários mínimos exigidos. Disse ter sido muito pressionado a deixar sua casa, mesmo sem ainda ter o aluguel social. Depois, já com sua família fora da casa, quando conseguiu ter acesso às negociações, ele optou pela indenização em dinheiro, mas não aceitava o valor que lhe era oferecido pelo imóvel, entendendo que era muito inferior ao que valia. Segundo o mesmo, construiu com muito trabalho, durante anos, uma casa muito boa, em terreno com mais de 200m<sup>2</sup>, quartos, quintal e garagem com cobertura. E não achava justo ter que deixá-la sob as condições oferecidas, de modo que a situação foi “se arrastando” até não ter mais opções.

Assim que o conheci, estava sendo oferecido a ele um apartamento popular, pelo projeto “Minha Casa, Minha Vida”, que, segundo Zé Carlos, não valia nem um terço do seu imóvel. Neste período, já vigorava um decreto assinado pelo governo estadual no final de 2013 (decreto 44.520 de 12 de dezembro de 2013), no qual a única opção para as vítimas da tragédia de 2011 na região serrana seria a aquisição de um apartamento popular, sob risco de perderem o benefício do aluguel social. Segue trecho do decreto:

*“Art. 2º - A realocação dos moradores atingidos pelas situações emergenciais será acompanhada da oferta de uma unidade habitacional por grupo familiar.*

*§ 1º - Somente como medida excepcional, nas hipóteses em que não houver unidades habitacionais disponíveis para todos os moradores afetados é que será possível a utilização das modalidades de realocação consistente em indenização ou compra assistida, nos moldes fixados pelo Decreto nº 43.415, de 09 de janeiro de 2012.*

*§ 2º - Havendo unidades habitacionais disponíveis e diante da recusa de seu recebimento após o seu devido oferecimento, não será possível a adoção, em nenhuma hipótese, das outras modalidades de realocação previstas no Decreto nº 43.415, de 09 de janeiro de 2012, bem como concedido aluguel social.*

*§ 3º - Na hipótese do § 2º será imediatamente cessado o pagamento de eventual aluguel social concedido” (RIO DE JANEIRO, 2013).*

O decreto estadual de 2013 faz a exigência, a partir de considerações que não visam à escolha dos beneficiários e, ainda, a justifica pelo número de moradores do cadastro que optaram pelo recebimento de uma unidade habitacional ser “*muito inferior ao número de unidades habitacionais ofertadas*”; e pelo número de unidades que ainda seriam construídas

até o final de 2014 (portanto, que ainda não tinham sido construídas até o momento da decretação) serem consideradas “*suficientes para a realocação da demanda atual de moradores cadastrados no programa de realocação*”.

Antes do decreto de 2013, conforme o mesmo cita, havia um anterior - Decreto 43.415, de 09 de janeiro de 2012 -, o qual previa, como já apresentado anteriormente, a “*escolha de uma das seguintes modalidades*”:

*“1.2.1 — Uma nova moradia no local, mediante a construção de unidades habitacionais padrão quando previstas no projeto ou num empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida ou similar.*

*1.2.2 — A indenização da benfeitoria.*

*1.2.3 — A compra de uma nova moradia, preferencialmente na proximidade da própria comunidade em área de boa acessibilidade e que não envolva riscos, denominada como compra assistida.*

*1.2.4 - Auxílio financeiro específico para liquidação antecipada do parcelamento de contrato de compra e venda de imóvel residencial celebrado conforme as regras do Programa Minha Casa, Minha Vida, regulado pela Lei Federal nº 11.977, de 07 de julho de 2009, quando autorizado pelo Chefe do Poder Executivo e apenas para os casos de realocação de famílias desabrigadas ou moradoras de área de risco” (RIO DE JANEIRO, 2012).*

É interessante apresentar o decreto em sua literal abordagem, para evidenciar, além das opções encontradas pelo morador a partir desta determinação, que essas opções se encontravam em consonância com a localização do morador, sendo preferencial a “proximidade” da região do morador, na escolha da compra assistida, ou no caso da construção de unidades habitacionais, “no local” da comunidade do beneficiário.

Para os moradores, o decreto posterior, o “novo”, é injusto por mudar, no meio de um processo de realocação e indenização, as situações de famílias que passaram por problemas e traumas, e que ainda não haviam sido indenizadas. Nesta primeira reunião, quando o conheci, Zé Carlos dizia não aceitar essa imposição, mas que ao mesmo tempo já estava cansado, pois não recebia nada e ao mesmo tempo não podia voltar para a casa, e a mesma estava abandonada e já havia sido saqueada algumas vezes. Tenho registradas algumas afirmações do morador ao longo das reuniões, como, “*Não aguento mais. Vou esperar mais quantas reuniões?*”; “*Onde estão os direitos humanos do trabalhador nesse país?*”; ou “*Não quero investir mais um centavo aqui nessa cidade*”, demonstrando indignação, revolta e descrença em relação à atuação do Poder Público.

Além da questão da mudança, os moradores alegaram que o valor dos apartamentos oferecidos, além de não ser harmônico ao valor do imóvel perdido, não combina também com a extensão dos danos, conforme matéria jornalística:

*“A associação informa também que os valores estipulados estão abaixo dos valores de mercado. Segundo o Código Civil, a indenização deve ser medida pela extensão do dano causado. A Procuradoria Geral do Estado (PGE) deve encaminhar uma nova avaliação, e caso o valor continue sendo contestado, o Estado vai encaminhar uma ação judicial, e será o judiciário que irá acompanhar a questão. Caso haja uma ação judicial, é necessário reunir toda a documentação do imóvel para ser apresentada. Muitos moradores estão fotografando seus imóveis e contratando corretores credenciados no Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci) para obter uma avaliação de suas casas. O laudo da Defesa Civil também é importante para avaliar as condições de cada imóvel” (A VOZ DA SERRA, 13/08/2012).*

As unidades habitacionais oferecidas em troca dos imóveis são apartamentos localizados nos condomínios “Terra Nova”, no distrito de Conselheiro Paulino, distante do Córrego D’Antas e em condições bem diferentes da realidade e disposição das casas e do bairro. Depois de construídas e já habitadas, as unidades começaram também a apresentar problemas relacionados à estrutura do entorno e do próprio condomínio, como falta d’água, problemas no esgoto e telefonia, tráfico de drogas e violência<sup>38</sup>.

Além disso, os moradores alegavam o desejo de continuar morando na mesma localidade, com os mesmos vizinhos, a mesma rotina de locomoção para o trabalho, com os filhos frequentando a mesma escola, entre outras questões.

---

<sup>38</sup> Para acompanhar mais os problemas dos apartamentos e condomínios, seguem notícias referentes aos mesmos nas matérias do jornal local A Voz da Serra: de 21/01/2015 (“Após manifesto, abastecimento de água é restabelecido no condomínio Terra Nova” e na coluna do Massimo, as notas “Terra Nova”, “Terra Nova, Velhas Práticas [1]”, [2], [3] e [4]), de 01/04/2014 (“P2 recolhe pistola em apartamento no Terra Nova”) e de 13/10/2014 (“Mulher presa por estelionato no Terra Nova”). Todas as matérias estão disponíveis em <<http://www.avozdaserra.com.br>> Acessado em 20/02/2015.

**Foto 2.4: Casa em área de risco, com janelas e pia retiradas pelos moradores antes de ser demolida, no Córrego D'Antas (julho/2014)**



**Fonte: Arquivo pessoal**

Assim como Zé Carlos, outro morador também relutava em aceitar as condições impostas a partir do novo decreto. Vítor, morador também impossibilitado de ficar em casa, já que a mesma estava em área de risco, estava morando em outro bairro (Amparo), pagando aluguel sem receber o benefício do aluguel social.

Vítor, durante a reunião sobre a obra das pedras (11/03/2014), concordava com as colocações de Zé Carlos, pois também não aceitava a exigência de indenização de apartamentos populares, pois, segundo o morador, era inconstitucional, tomando parte dos processos de publicização - como fez na presença do gestor social -, ao fazer referência ao artigo 5º da Constituição Federal. Neste artigo, em seu inciso XXIV, a carta maior prevê “*o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição*” (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Para alguns moradores, se a Constituição prevê indenização em dinheiro, não pode deixar de existir essa alternativa, como impõe o decreto estadual, sob pena de inconstitucionalidade.

Ainda durante essa reunião, Zé Carlos e Vítor, aproveitando a presença do gestor social do estado do Rio de Janeiro, fizeram perguntas sobre a situação das pessoas que ainda aguardavam as indenizações.

Zé Carlos contou o que aconteceu com ele, num relato cansado e com muitos detalhes sobre a sua situação, e que, assim como Vítor, não aceitava o tipo de indenização que estava sendo imposto naquele momento. Lembro que os dois indagaram o porquê do novo decreto (o 44.520, de 2013), levantando o seu caráter “inconstitucional”, e se havia possibilidade das outras alternativas de indenização voltarem.

O gestor iniciou sua resposta dizendo que era psicólogo por formação, e por isso entendia a situação de muitos ali do bairro, mas como um gestor estadual ele via que a prioridade do Estado são as vidas. Numa situação emergencial como a que todos se encontravam, o estado “*tem que ser duro*”, e indenizar com apartamentos e longe dos bairros de origem, porque era a possibilidade que existia no momento. Disse também para que os moradores não se preocupassem, no início era tudo mais difícil, o bairro com os novos apartamentos não tinha muita infraestrutura, mas, com o tempo o comércio cresceria e melhoraria a situação da região.

Zé Carlos então contou o caso de uma tia que havia sido coagida a aceitar a indenização e a morar no apartamento oferecido, da situação complicada em que se encontrava depois disso, completando que o que estavam fazendo era inconstitucional. O gestor respondeu dizendo que essa indenização era uma adaptação do PAC no Rio de Janeiro, e que “*é o que hoje se tem para oferecer*”, dizendo ainda sobre a compra assistida, que era uma questão já “esgotada”.

Vítor então acrescentou outra questão, sobre a preferência da indenização que acabava saindo não só para pessoas com salário menor, mas também para moradores que estavam na informalidade, tinham gatos e não pagavam contas. O gestor rapidamente respondeu que o objetivo “primordial” do Estado era “*conseguir teto*”, e conseguiu-lo para a maioria das pessoas, conforme suas necessidades.

Roberta então se juntou aos colegas e disse que os moradores que estão em situação legal se sentiam lesados. Contou o caso de pessoas que não pagavam IPTU e já tinham resolvido sua situação de indenização, enquanto outros que estavam na legalidade ainda estavam à espera.

A moradora ainda contou que sabia de pessoas do bairro que não estavam conseguindo mais ficar nos apartamentos do Terra Nova, que estavam saindo dos apartamentos, e inclusive do município. E terminou sua fala perguntando: “*E agora? Cadê o que a gente lutou tanto?*”

Depois dessa pergunta, o superintendente tomou a palavra e começou a falar das dificuldades do Estado, dos prazos, retomando a discussão da obra e os moradores ficaram sem as respostas que gostariam de ouvir. Lembro que no final da reunião os moradores

pediram mais a presença da área social do Estado no bairro e na cidade, respondendo o gestor que retornaria em alguma reunião futura, o que não fez durante todo o ano de 2014.

No encontro do grupo gestor seguinte, a impressão sobre a reunião da obra das pedras não era das mais positivas em relação à indenização e moradia. Os moradores já estavam cansados da questão, que para eles já deveria estar resolvida, com todos já indenizados. A fala do gestor social havia deixado alguns desanimados, mas Zé Carlos estava disposto a continuar lutando pela indenização que preferia. Sandro então respondeu dizendo sobre os gestores públicos: *“A tragédia já passou, para eles sim, para nós não”*.

A história de Zé Carlos, no entanto, começou a ter um direcionamento para um desfecho diferente do que parecia acontecer:

Em abril de 2014 o decreto de 2013 sofreu uma ameaça, a partir da movimentação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, que entrou com uma ação de denúncia no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ)<sup>39</sup>, o qual propôs uma ação pública no Judiciário pedindo a

*“nulidade do Decreto Estadual nº 44.520 de 12 de dezembro de 2013, haja vista a existência de vícios nos elementos - motivo e finalidade - e, liminarmente, a suspensão dos seus efeitos e, por conseguinte, a restauração integral dos efeitos do Decreto Estadual nº 43.415 de 10 de janeiro de 2012, dentre outras providência.”* (MPRJ, 2014).

A ação entendeu que o Decreto de 2013 *“restringe as opções de escolhas das vítimas, afastando-as de uma solução que, ao menos, se aproxime do sentimento de justiça quanto à reposição das perdas materiais”* e determina que o Estado do Rio de Janeiro e o INEA: *“(i) se abstenham, tão logo intimados desta decisão, de aplicar o regramento inserto no Decreto Estadual nº 44.520 de 12 de dezembro de 2013, voltando a aplicar nas negociações o regramento do Decreto Estadual nº 43.415 de 10 de janeiro de 2012”* (MPRJ, 2014), além de outras exigências burocráticas, como levar aos autos planilhas das negociações que haviam sido feitas até então<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> Disponível no anexo 2.

<sup>40</sup> A ação encontra-se na íntegra neste trabalho em Anexos.

Independente de não ter indicado nenhuma decisão para o caso do Córrego D'Antas<sup>41</sup>, alguns moradores do bairro, ao saberem da ação, ficaram esperançosos com o ocorrido que, segundo Sandro, em reunião do grupo gestor do dia 07/10/2014, abria um precedente e poderia ser um grande passo para os moradores. Na mesma reunião em que Sandro deu essa notícia aos moradores do grupo, logo após, perguntou a Zé Carlos sobre sua situação. O morador respondeu desanimado e um tanto incomodado que havia acatado a proposta que estava sendo empurrada para ele. Ele *“já estava desgastado, cansado”*, e sua família também.

Zé Carlos disse que preferia *“optar por um pouco de paz”*, e aceitar os dois apartamentos que lhe eram oferecidos, mas que só deixaria a casa de verdade quando os dois fossem entregues. Disse ainda que de qualquer maneira era tudo muito injusto, pois gostaria de continuar no bairro, alguns tiveram essa oportunidade, outros não, e acabou fazendo uma comparação com a situação dos moradores do lado da pedra: *“se consertou o lado deles, por que não esse lado? Se não consertou, tem indenização!”*.

A fala do morador foi comovente, seguida do apoio dos companheiros e de Sandro parabenizando-o por ter resistido por tanto tempo. Disse ainda da importância dele nas reuniões e discussões do grupo, da sensibilidade que ele promovia, pois os outros moradores que ali persistiam até então no grupo gestor não tinham perdido suas casas.

Zé Carlos, com suas questões da indenização e perda da casa, manteve a tragédia mais perto dos colegas vizinhos, e conseqüentemente o desejo de luta. Sandro afirmou que a sua resistência acabava mantendo a tragédia, ele a vivenciava ainda, diferente dos moradores que no início haviam aceitado a indenização e tocado com suas vidas. E que isso promovia uma sensibilização dos outros. Então torceriam todos para a felicidade do companheiro no novo caminho. Zé Carlos logo deu indícios que a luta continuaria com os problemas que já eram visíveis no seu futuro bairro.

É interessante perceber no caso das indenizações, como a linguagem do direito, apresentada nos processos de publicização, foi utilizada recorrentemente pelos moradores ao reivindicarem por soluções em relação à moradia. Não somente a linguagem, mas também os princípios jurídicos nortearam reivindicações e negociações, como o princípio da constitucionalidade, da isonomia, os direitos humanos, e outros princípios e interpretações legais, como a consideração do último decreto sobre as indenizações como *“injusto”*.

A pergunta do morador Zé Carlos sobre os direitos humanos do trabalhador, ao constatar a demora na resolução do seu caso, demonstra uma utilização do termo *“direitos*

---

<sup>41</sup> Até o fechamento da pesquisa, o processo continua e ainda não foi totalmente finalizado para ser usado como referência em Friburgo.

humanos” como algo não reconhecido nas negociações entre trabalhadores e o poder público. Para ele, não ter o direito constitucional da indenização, tido por ele como justo, demonstra a invisibilidade dos direitos humanos ou, ainda, estes como não fazendo parte dos interesses do Estado.

Ao acionarem a Constituição Federal como fundamento para suas reivindicações, os moradores justificam também a atribuição do Estado em garantir esse direito. Esse acionamento problematiza as leis, no sentido de ligá-las aos saberes locais, pois os ordenamentos jurídicos “*são parte daquilo que a ordem significa; são pontos de vista da comunidade, e não seus ecos*” (GEERTZ, 1997:329). Isso quer dizer que as leis, a justiça e a constitucionalidade para esses moradores estão intimamente ligados aos seus pontos de vista e ganham sentidos através de suas experiências.

Além dos acionamentos das leis, as ações através do Ministério Público, ou o envio de ofícios aos órgãos competentes, como utilização de instrumentos legais, são também exemplos de acionamentos dos moradores nos processos de diálogo e negociação com o poder público, constituindo os processos de publicização.

No caso dos instrumentos legais, as ações através do Ministério Público, ou o envio de ofícios aos órgãos competentes, são também exemplos de acionamentos dos moradores nos processos de diálogo e negociação com o poder público.

Outro exemplo de acionamento e apropriação das leis e princípios legais se deu a partir da ação de alguns moradores, com o apoio da AMCD, para denunciar irregularidades do aterro sanitário presente no bairro.

Os moradores que moram próximos ao aterro entraram com uma ação de denúncia no Ministério Público, incentivada nas reuniões do grupo gestor e usada a partir de um comparativo com a experiência de sucesso com a Creamor<sup>42</sup>, um incineradora que funcionava de maneira irregular no bairro, apesar de licença concedida pelo INEA para funcionar. A partir da localização e estudo da licença, os moradores a puderam confrontar com provas recolhidas da empresa e do seu funcionamento.

No caso do aterro, foi feito o mesmo, comprovando-se as irregularidades (detalhadas mais adiante neste capítulo) e confrontando-as com a legislação em vigor sobre aterros sanitários (que na época eu me prontifiquei a pesquisar).

É interessante ver nesses casos também como os moradores procuraram a AMCD, vendo nela um canal de publicização e negociação.

---

<sup>42</sup> Para saber mais da luta da comunidade contra a Creamor, de 2011 a 2013, acessar o site da AMCD, disponível em [www.corregodantas.org](http://www.corregodantas.org). Acessado em 12/02/2015.

## 2.4 - Creche e Escola Municipais:

A situação da creche e da escola também dão pistas sobre as estratégias utilizadas em determinados momentos pelos moradores através da associação.

Logo após o evento de janeiro de 2011, as crianças do Córrego D'Antas ficaram sem a Escola Municipal Adezir de Almeida Garcia, e a Creche Municipal Maria Inez Bachini, pois a Defesa Civil considerou os imóveis em área de risco. A Escola Estadual – Etelvina Schottz – durante alguns meses também avaliada em área de risco, se encontrava interditada, mas depois de algumas vistorias foi liberada, voltando às atividades pedagógicas e servindo inclusive como abrigo, ponto de apoio e espaço para as atividades do bairro e as assembleias da associação.

Com o início do ano letivo de 2011 (atrasado devido ao desastre), a maioria das crianças que frequentavam a escola municipal teve suas atividades transferidas para uma unidade escolar em Campo do Coelho, distrito distante mais de dez quilômetros da região central do Córrego D'Antas, o que acarretou problemas na locomoção de muitas crianças. Segundo relato de Sandro em uma matéria de jornal de abril de 2011:

*“(...) com a creche e a escola interditadas pela Defesa Civil, os alunos da escola foram deslocados para uma unidade de ensino em Campo do Coelho, o que, segundo ele, acarretou uma série de dificuldades para os pais, entre eles, de transporte. Inclusive, acrescentou que algumas mães perderam seus empregos por não terem como levar os filhos à escola nem com quem deixá-los” (A VOZ DA SERRA, 27/04/2011).*

O depoimento da moradora Aline, apresentado no primeiro capítulo, também contribui na mostra dos problemas que os pais tiveram ao terem que sair do bairro com seus filhos, para estudarem em um lugar distante e diferente e dos problemas que as crianças tiveram, além de toda a situação traumática da tragédia.

Muitas mães não puderam levar seus filhos ao Campo do Coelho, ou não encontraram vagas em creches de outros bairros, de modo que toda esta situação foi envolvendo alguns moradores que, como Aline, se apresentaram nas reuniões da associação para saber o que estava sendo feito, ou se juntaram depois aos grupos de pais que iam à secretaria de Educação apresentar os problemas e buscar solucioná-los.

A associação de moradores, junto a representantes dos pais das crianças matriculadas na escola e creche, valendo-se do conhecimento do bairro e das estratégias de proximidade,

indicou alguns imóveis que poderiam ser alugados pela Prefeitura, para darem lugar à escola e a creche.

Segundo membros da associação, ainda em abril de 2011, cerca de 30 moradores, entre esses membros da associação de moradores e pais de crianças do bairro, depois de muitas tentativas em vão de obter respostas do secretário de Educação da época, foram até a Secretaria, em “caravana”, para levar as reivindicações e saber o que estava sendo feito em relação à locação de uma nova escola e creche em Córrego Dantas.

Foram recebidos na ocasião pelo subsecretário pedagógico e pela diretora de Orçamento, a qual deu uma resposta ao jornal alegando que o não retorno às atividades letivas se dava em função dos trâmites burocráticos necessários para a locação dos imóveis indicados. Segundo a diretora: *“a burocracia demanda tempo e não podemos passar por cima dos trâmites legais. Mas vocês serão informados sobre as negociações”* (A VOZ DA SERRA, 27/04/2011).

A diretora ainda prometeu:

*“A comissão de avaliação vai visitar o imóvel e depois nos comunicar quanto poderemos pagar por ele. Este é o procedimento que devemos seguir e acatar o valor estipulado pela comissão. Assim que todo esse trâmite for concluído e sendo aprovado, vamos chamar o proprietário para negociar, assinar o contrato, fazer as obras necessárias para então entregar estas duas unidades que vocês estão pleiteando”* (A VOZ DA SERRA, 27/04/2011).

A promessa ainda ficou no ar por alguns meses, alguns imóveis foram embargados pela Defesa Civil, no entanto, os dois últimos indicados pelos moradores foram depois finalmente aprovados. Depois de incentivos para o contrato ser fechado, somado aos ofícios, reuniões, reclamações e pressões dos moradores e da associação, somente em agosto de 2011 as crianças puderam retornar às atividades escolares no bairro.

A prefeitura fechou o aluguel dos dois imóveis. Dias antes das aulas voltarem, nesses espaços, os moradores, pais, professores e membros da associação, em mutirão, limparam os imóveis e os prepararam para receberem as crianças.

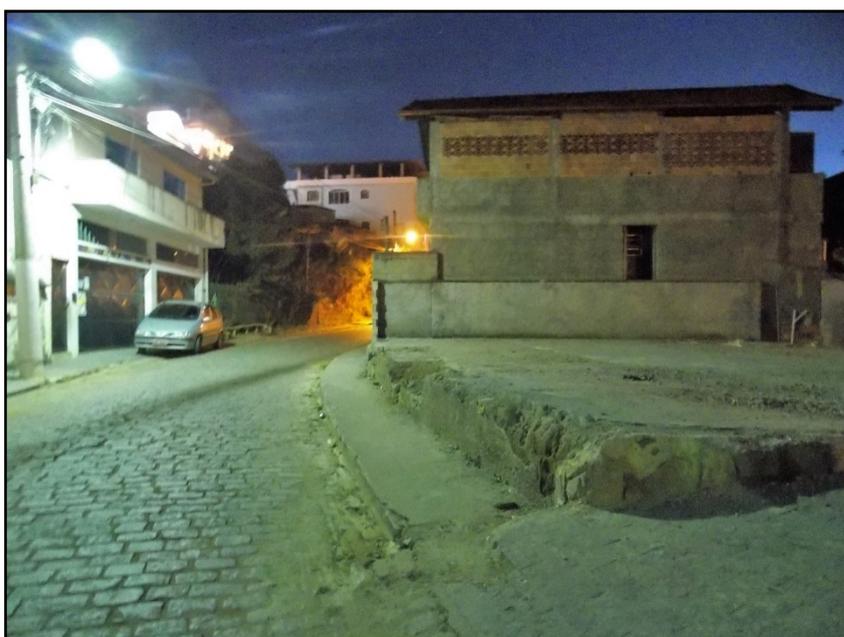
*“Passados quase sete meses da tragédia, foram retomadas as atividades da Creche Municipal Maria Inez Bachini e da Escola Municipal Adezir de Almeida Garcia. A associação de moradores trabalhou intensamente junto à Secretaria Municipal de Educação para que essas unidades escolares voltassem com as aulas, pesquisando os espaços com oferta de aluguel e a devida liberação da Defesa Civil, intermediando o processo de aluguel do imóvel e captando material de construção*

*junto às empresas locais para obras de adequação dos espaços. No último fim de semana, parte do mutirão, que contou com a participação de pais e professores, serviu para limpeza e arrumação desses espaços” (A VOZ DA SERRA, 08/08/2011).*

Conforme matéria do jornal e relato dos moradores, a comunidade preparou satisfeita o retorno de suas crianças às atividades no bairro. Naquele momento era imprescindível que não ficassem sem aulas ou tivessem que estudar longe dali. Os dois imóveis seriam utilizados para a escola e a creche em um caráter provisório, até que a prefeitura desse conta de um espaço próprio para esse fim pedagógico, visto que os imóveis eram residências, e em alguns aspectos, apesar da improvisação e adaptação, não poderiam prestar como um espaço totalmente adequado ao mesmo. O prazo para as unidades estarem funcionando nos lugares devidos e definitivos era o início do ano letivo de 2014.

Ao chegar em 2014 no bairro, a escola e creche funcionavam nos mesmos locais. A escola, conforme as informações que pude obter dos membros da associação, atendia oitenta e duas crianças e a creche, trinta. As reuniões do grupo gestor aconteciam na escola Adezir de Almeida Garcia, no espaço improvisado de copa e refeitório. Na primeira reunião que participei foi impressionante ver que o espaço servia como escola.

**Foto 2.5: Entrada da Escola Municipal, à esquerda (junho/2014)**



**Fonte: Arquivo pessoal**

Apesar de todo um capricho com colagens de temas infantis e pedagógicos, com a limpeza das mesas, chão e paredes, o espaço de refeição das crianças era muito pequeno e perto da também minúscula cozinha. O refeitório, além de duas mesas e bancos (onde fazíamos as reuniões), também abrigava prateleiras de alimentos como sacos de arroz, macarrão e biscoitos para a merenda.

As pequenas salas de aula eram separadas em cômodos maiores por divisórias improvisadas, comprometendo a acústica das aulas e a atenção das crianças. Não havia banheiros suficientes, tampouco separados para meninos e meninas ou de acordo com a faixa etária.

Assim como a escola, a creche também se encontrava em situação que também poderia comprometer o rendimento das aprendizagens e sociabilidades envolvidas na educação. As pequenas salas também eram divididas, além de não possuírem espaços externos para as crianças brincarem e fazerem outras atividades ao ar livre.

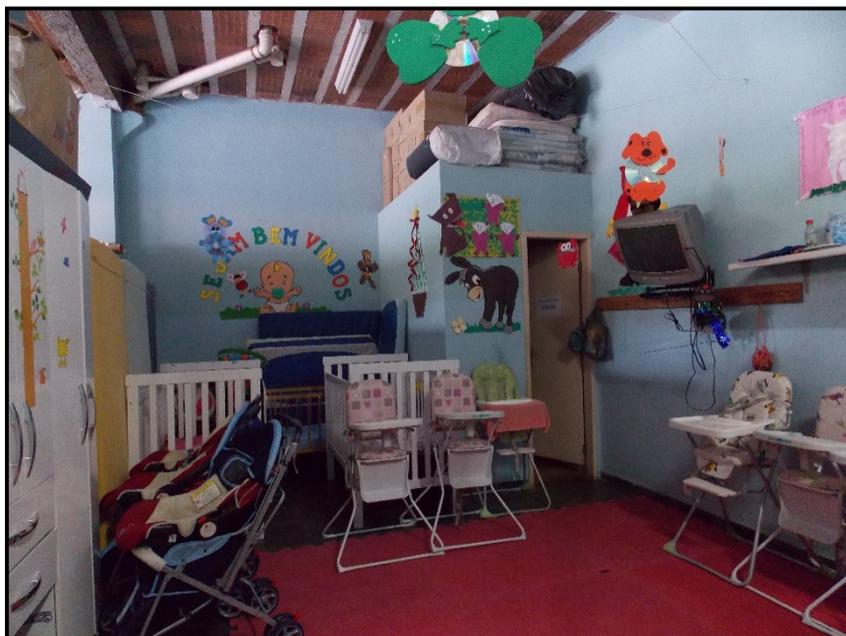
Como apresentado nas seguintes fotos, até a iluminação das salas de aula prejudicavam o trabalho dos profissionais de educação e as atividades das crianças na creche.

**Foto 2.6: Uma das salas da creche municipal (novembro/2014)**



**Fonte: Arquivo pessoal**

**Foto 2.7: Espaço destinado ao dormitório (novembro/2014)**



**Fonte: Arquivo pessoal**

Como é possível visualizar na segunda foto da creche, percebe-se que as atividades infantis ficavam comprometidas, ao considerar o espaço como destinado ao dormitório, como também espaço de armazenamento de materiais e banheiro. Logo à esquerda, depois das divisórias, encontrava-se uma sala de aula, onde as crianças faziam suas atividades com as professoras.

Segundo a lista de demandas da AMCD, apresentada em fevereiro de 2014, a situação escolar do bairro encontrava-se inadequada e era necessária a:

*“Construção da creche e escola municipais e, até que se conclua tais obras, realocação das unidades para lugar adequado, seguro e digno; desde a tragédia, as unidades foram adaptadas em local provisório e lá se mantêm até o momento. É um local, inseguro, insalubre, inadequado à boa formação das crianças e à prática pedagógica. E, das mais de 120 crianças acolhidas pela creche até a tragédia, somente 30 são atendidas no atual espaço (que deveria ser provisório)” (AMCD, 2014).*

Entre 2011 - com o estabelecimento da escola e creche nos locais combinados - e 2014, foram muitos encontros com representantes da prefeitura municipal, ofícios encaminhados, sugestões de locais a serem comprados pela prefeitura, reivindicações, abaixo-assinados e emails encaminhados pelos moradores com o apoio institucional da associação de moradores, para que as unidades escolares saíssem dos espaços provisórios.

Nas reuniões da associação das quais participei em 2014, praticamente todas levantavam algum assunto referente à situação da escola e creche. Logo na primeira reunião do grupo gestor, lembro que Aline relatou um pouco da “luta” que viviam nesse período e que estava naquele momento “cansada” das “*voltas que a prefeitura dá*”.

Na assembleia de abril de 2014, Sandro informou sobre a situação da escola e creche, dizendo que havia uma possível negociação de aluguel, entre a prefeitura e um senhor dono de um prédio bem maior e que comportaria muito bem as duas unidades. A notícia que tinham, segundo o proprietário do imóvel, era que a prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação, já havia feito a vistoria no prédio, formulado a proposta, aceita pelo proprietário, e que faltava estabelecer o contrato que seria assinado pelas partes, talvez ainda na semana seguinte.

Sandro também revelou que tentou diversas vezes o contato com autoridades da Secretaria Municipal de Educação, inclusive solicitando a reunião do Comitê Córrego d’Antas para a Educação, a fim de obter informação oficial sobre a questão das unidades escolares, mas não obteve sucesso, o e-mail da AMCD sequer havia sido respondido.

Em maio de 2014, durante uma reunião do grupo gestor (ocorrida em 06/10/2014), foi informado que a secretaria ainda não havia dado nenhuma resposta sobre o imóvel e a situação da escola e creche, mesmo depois de vários pedidos.

Foi quando, nessa mesma reunião, Sandro divulgou a visita que aconteceria em Friburgo no dia dez de maio, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ). Segundo ele, a comissão estava planejando visitar as cidades atingidas no desastre de 2011, Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, coletando depoimentos e informações para apresentarem na audiência do dia vinte de maio. Para a visita nesta última, contataram a AMCD, já que na cidade não havia uma associação das vítimas ou algum movimento relacionado especificamente à tragédia.

Esse episódio acabou apresentando a visibilidade que a AMCD tem nos espaços de fora do município, e como ela pode estar associada ao desastre também. Lembro que nessa reunião em que foi divulgada a visita da ALERJ, Sandro disse que a associação tinha sido a primeira procurada na cidade, o que foi visto de maneira orgulhosa por muitos. O evento também foi visto como uma possibilidade de dar ainda mais visibilidade à instituição, e usado também como um recurso para “*chamar a atenção*” dos problemas que estavam sendo enfrentados, como os relacionados à escola e à creche.

Sandro não poderia estar presente no evento, e sugeriu que alguém da reunião pudesse se dispor a receber o presidente da comissão no bairro, o deputado estadual Marcelo Freixo. Lembro que me senti tentada a colaborar nesse dia, mas, devido a compromissos profissionais, não poderia estar na cidade na data agendada. Edem então se propôs a recebê-los e então começamos a pensar nos locais onde poderia levar a comissão, de modo que a visita no bairro seria rápida, já que ele ainda visitaria outros locais.

Seguiu-se uma discussão sobre a escolha dos locais mais interessantes para “*chamar a atenção*” da comissão. O critério foi direcionado ao que era mais urgente ao bairro naquele momento, pensando nas condições precárias da creche e escola, entre outras situações, conforme divulgado no convite aos moradores:

*“Nesta visita será apresentado o local onde existia a principal ponte do bairro, situada na Travessa Júlio Schottz, até hoje sem projeto para a sua reconstrução, a pinguela improvisada por onde a população atravessa para pegar o ônibus, o abandono de uma das principais vias do bairro, a Rua Alexandre Bachini, bueiros entupidos, o rio assoreado, a situação desumana e de extrema precariedade em que se encontram as crianças da creche e escola municipais desde a tragédia, as casas condenadas nas encostas cujos proprietários encontram-se sem definição quanto ao seu futuro, as demolições de casas às margens do rio sem a consideração de estarem inseridas em perímetro urbano consolidado, a ausência de projeto para obras de reconstrução às margens do Rio homônimo ao bairro, etc. Toda a comunidade está convidada à comparecer” (AMCD, 2014).*

Lembro que a questão da indenização também era cogitada, e que o nome de Zé Carlos foi sugerido para comparecer no dia da visita.

No dia dez de maio, conforme combinado, Edem recepcionou a comissão, levando-a aos locais avisados, como a escola, além de ter entregado um ofício, como mais uma estratégia de publicização, para que a mesma tomasse ciência dos problemas enfrentados pelos moradores e bairro, listando também a situação escolar e as providências pedidas, como a “*construção da creche e escola municipais interditas na tragédia e, até que se concluam tais obras, realocação das unidades para lugar adequado, seguro e digno*” (AMCD, 2014).

Após a visita, em entrevista ao jornal A Voz da Serra, em matéria publicada no dia 13/05/14, Freixo contou sobre as “*violações dos direitos humanos*” presenciadas na visita, como na questão da moradia, além da situação da creche e escola do bairro. Sobre esta, o deputado afirmou:

*"Eu vi uma situação muito grave aqui, e vou telefonar para o prefeito para ouvi-lo sobre o assunto. Ela diz respeito a uma escola municipal em Córrego Dantas que está funcionando em uma casa comum, absolutamente imprópria, há mais de três anos. É uma situação inacreditável, porque existe o prédio da escola, e não é admissível que um estabelecimento seja improvisado por mais de três anos, tornando-se definitivamente provisório. Deixa de ser aceitável. São crianças estudando em cômodos de casas, com paredes vazadas... É absolutamente impossível dar aulas em um lugar como aquele. Sem mencionar a cozinha, com fogão e botijão de gás, que fica logo ao lado da sala de aula, numa configuração absolutamente imprópria e perigosa. E também tem a creche... A única creche daquela região funciona numa garagem há três anos, e não se trata de nenhum problema que demande investimento milionário. Certas coisas dependem apenas de vontade. Não é possível que não se consiga resolver o problema de uma creche que está funcionando numa garagem há três anos. Não é possível que não se resolva o problema de uma escola que funcionava em dois turnos e passou a funcionar em turno único, tendo o número de alunos reduzido por falta de estrutura. Essas são violações de direitos que podem ser resolvidas imediatamente. E é papel da Comissão de Direitos Humanos fazer isso, argumentou o parlamentar" (A VOZ DA SERRA, 13/05/2014).*

Dias depois, houve a audiência na ALERJ, onde o deputado presidente da Comissão de Direitos Humanos relatou a situação das cidades, juntamente aos convidados<sup>43</sup>. Em reunião do grupo gestor, Edem relatou que o deputado ficou realmente impressionado ao chegar e ver as condições da escola, e que havia levado aos lugares combinados juntamente a outros moradores.

Sandro e Aline então deram a notícia que consideravam um resultado positivo da visita: a prefeitura, dias depois da audiência na ALERJ havia arrematado um prédio, em leilão, no bairro que serviria para a escola e creche, o que demonstrou que as estratégias de publicização fizeram o efeito esperado para os moradores.

No entanto, a alegria durou pouco tempo: o dono do imóvel entrou com uma ação de embargo ao leilão devido aos valores, estacionando e mantendo a espera dos moradores para a resolução da educação no bairro. Essa espera e, em alguns momentos, a falta de respostas infelizmente continuaram durante o ano.

Lembro que em junho alguns moradores foram a uma reunião que convocaram com o prefeito. Ele, segundo moradores relataram na reunião do grupo gestor, não deu prazos para resolver o problema, pois considerava os prazos estipulados pela Justiça para o processo do embargo muito demorados.

Os moradores disseram que as crianças não podiam mais esperar, tendo em vista a condição que apresentavam os imóveis onde estavam estudando. O prefeito então, apesar de

---

<sup>43</sup> Para saber mais do teor da audiência que trata do tem para tratar do tema: "A tragédia na Região Serrana do Rio de Janeiro três anos depois: direito à moradia adequada", segue endereço do relato em Diário Oficial de 12/08/2014, disponível em < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/74581169/doerj-poder-legislativo-12-08-2014-pg-1/pdfView>> Acessado em 12/12/2014.

ainda não ter uma posição sobre o caso, estipulou o dia trinta de maio para entrar em contato com a associação. Na reunião do dia dois de julho do grupo gestor, os moradores ainda não tinham sido contatados pelo prefeito.

Mais à frente, nas reuniões de planejamento do Plano Diretor, também foi apresentada e discutida a questão da escola e creche, e nada foi resolvido em relação ao processo de embargo, ou então, como exigido depois pelos moradores, a uma mudança das unidades para outro local. De modo que o “impasse” (conforme foi chamada a situação em uma reunião do grupo gestor em outubro de 2014) perdurou até a minha saída do campo.

## 2.5 - Plano Diretor:

O Plano Diretor de Nova Friburgo<sup>44</sup> - a lei complementar nº 24 - foi homologado e entrou em vigor em 2007. Faz parte da política de desenvolvimento e gestão urbana e territorial do Município de Nova Friburgo. É uma lei municipal que estabelece diretrizes para a ocupação da cidade, e está embasado na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e na Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo.

O plano, oficialmente chamado de participativo (“Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo”), recebeu em Brasília o “Prêmio Caixa Melhores Práticas em Gestão Local 2007/2008”<sup>45</sup>. O prêmio foi entregue em dezembro de 2007 pelo Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Como é possível visualizar em algumas matérias<sup>46</sup> de Nova Friburgo sobre o plano, ele “foi considerado um dos dez melhores do Brasil” (A VOZ DA SERRA, 27/04/2009).

Até 2012, no entanto, o plano ainda não havia sido efetiva e completamente implantado, pois ainda contava com algumas pendências em relação à revisão e adaptação de leis complementares, como o Código Municipal de Limpeza Pública, o Código Municipal de Posturas, o Código Municipal de Meio Ambiente, a Lei de Uso do Solo e a Lei de Parcelamento do Solo. Conforme revista eletrônica da cidade:

---

<sup>44</sup> No site oficial do Plano Diretor é possível ter acesso ao Plano (LC 24/2007), a LC 34/2007 (que inclui o artigo 117 na LC nº 024), a LC 65/2012 (que aprova o Quadro II do Anexo II da LC nº 024), além de quadro e mapas. Disponível em <<http://www.planodiretornf2014.org/#!arquivos-2007/c1h9v>> Acessado em 12/02/2015.

<sup>45</sup> O Plano Diretor recebeu o prêmio na categoria “habitação”, como Programa de Fortalecimento da Gestão Urbana. Para acessar detalhes do formulário e sumário do projeto e prêmio, acessar o endereço <[https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/mp\\_portal\\_2013/acervo/0345/pratica.asp](https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/mp_portal_2013/acervo/0345/pratica.asp)> Acessado em 12/02/2014.

<sup>46</sup> Além da matéria do jornal local A Voz da Serra, existem outras que também tratam o Plano Diretor de Nova Friburgo como bem sucedido, como a matéria disponível em <<http://www.gazetadascidades.com.br/site/pages/arquivos/materias/friburgo020.htm>> Acessado em 12/02/2015.

*“Principalmente pela sua construção participativa e também pela excelência de seu texto final, em sintonia com as necessidades da população, com as premissas de sustentabilidade ambiental, direito à cidade e todas as mais recentes noções de produção e gestão urbana, o Plano Diretor foi escolhido entre dez outros projetos em todo o Brasil para receber o prêmio Melhores Práticas da Caixa Econômica Federal 2007/2008. Todavia, o nosso excelente Plano Diretor, que é uma Lei de ponta, reconhecida nacionalmente, foi engavetado e precisa ser utilizado. Afinal, Lei é para ser cumprida! Cumpra-se”* (FORUM SÉCULO XXI, 2012).

Neste período, após impasses entre a Câmara Municipal e o governo da época, partes do plano começaram a ser executadas e adaptadas.

Apesar dos muitos elogios que o plano recebeu, moradores do Córrego D’Antas não têm essa visão positiva sobre o mesmo, principalmente no que se refere à parte que deveria, mas não contempla o bairro, ou pouco o contempla, como será visto adiante.

Em março de 2014, a Prefeitura deu início às ações envolvidas no processo de revisão do Plano Diretor Municipal, através da sua Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável (SEMMADUS). A revisão do Plano Diretor é uma obrigatoriedade aos municípios com população superior a vinte mil habitantes, e deve ser realizada pelo menos a cada dez anos.

O processo de revisão se iniciou com um Seminário apresentando o projeto de revisão. Segundo o seminário, a revisão, *“com a participação popular e de diversos órgãos ambientais, buscará estimular as discussões sobre as bacias hidrográficas, tendo ainda como pauta o mapeamento territorial das áreas consideradas de risco através da cartografia geotécnica de aptidão urbana”*, conforme matéria oficial da época, *“Lançamento da Revisão do Plano Diretor terá seminário em Nova Friburgo”*, publicada em 13 de março, através do site da prefeitura (Nova Friburgo, 2014).

Segundo o site do Plano Diretor de Nova Friburgo, a revisão é importante, entre outros aspectos,

*“devido a Lei 11.977/2009 (Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas) e a Lei 12.608/2012 (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil), que alteram artigos do Estatuto das Cidades (Lei 10.257/01). Além do Decreto Municipal 31/2014, de 20/02/2014 (Dispõe sobre a Revisão do Plano Diretor de Nova Friburgo)”* (Nova Friburgo, 2014).

Para assegurar o objetivo da *“garantia da gestão democrática e participativa”* da revisão, conforme o Plano Básico de Ação para a Revisão do Plano Diretor de Nova Friburgo

orienta, a revisão contaria com reuniões comunitárias nos oito distritos do município, contemplando algumas localidades (como é o caso do Córrego D'Antas).

No seu artigo oitavo, o Plano de Ação determina:

*“§ 1º Toda comunidade integrante do município está convidada a participar das reuniões propostas, preferencialmente às inerentes ao seu distrito.*

*§ 2º As Reuniões Comunitárias terão caráter de audiência pública.*

*Art. 9º A sociedade civil organizada participará das reuniões através de seus colegiados, instituições de ensino, conselhos representativos, sindicatos, entre outros.*

*Art. 10º Após análise do material recolhido nas reuniões realizadas, com a comunidade e a sociedade civil organizada, a equipe de trabalho básica da RPDNF promoverá reuniões técnicas com entidades relacionadas aos temas discutidos”* (Nova Friburgo, 2014).

Ainda segundo o plano de ação, a revisão teria uma comissão de acompanhamento, composta por quinze membros, com titulares e suplentes, sendo a listagem de titulares divulgada conforme a tabela seguinte:

**Tabela 2.1: Membros titulares da comissão de acompanhamento da revisão do plano diretor (2014)**

| REPRESENTANTES                                    | Nº DE VAGAS | TITULARES  | CONTATOS   |
|---|-------------|--|--|
| Associações de Moradores                          | 05 vagas    | 1-Córrego D'Antas<br>2-Jardim Califórnia<br>3-Ponte da Saudade<br>4-Amparo<br>5-Nova Suiça | 1-Sandro Schottz ou Edmo<br>2-Edson Pinheiro<br>3-José Roberto Pacheco<br>4-Valtair Lúcio Mayer<br>5-Maria Helena Castilho |
| Associação de Agricultores Familiares             | 02 vagas    | 1- Conquista<br>2- Cardinot  | 1- Calisto de M. Pacheco<br>2- José Carlos Cardinot  |
| Entidades empresariais                            | 02 vagas    | 1- ACIANF<br>2- FIRJAN   | 1- Edna Emi<br>2- Carlos Marxio Paredes Pinheiro   |
| Conselhos e Sindicatos de Trabalhadores           | 02 vagas    | 1- CRECI<br>2- Sind. Vigilantes  | 1- Maurício da Silva Porto<br>2- Sílvio Poeta  |
| Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa | 02 vagas    | 1- OAB/NF<br>2- UCAM   | 1- Alexandre Valença<br>2- Eduardo D'Vries/ Virgínia V. Boas Sá Rego   |
| ONG's e Entidades Assistenciais                   | 02 vagas    | 1- Ysun Okê<br>2- APAE   | 1- Ruy Thomaz<br>2- Maria das Dores  |

**Fonte: Revisão do Plano diretor (PMNF)<sup>47</sup>**

Na reunião do grupo gestor de 19/03/2014, Sandro deu a notícia sobre a revisão do plano aos moradores. Neste mesmo dia, o presidente apresentou ao grupo o pesquisador de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Anderson Sato (hoje professor da Universidade Federal Fluminense - UFF). Ele então explanou sobre o intuito de implementar um projeto de mapeamento de áreas de risco do bairro, e que gostaria do apoio da comunidade.

Não havia notado muito entusiasmo nos moradores logo no início com a questão do mapeamento das áreas de risco, e, como Sandro mesmo havia inicialmente afirmado, as pessoas estavam cansadas de serem classificadas como moradores de área de risco, pois como apresentado em outras partes deste trabalho, a área de risco não envolvia só o risco como algo negativo, mas carregava outras consequências negativas, como desapropriação, mudança, luta por indenização etc.

<sup>47</sup> Esta tabela pode ser visualizada, além da que abrange os membros suplentes, no site da Revisão do Plano Diretor de Nova Friburgo, disponível em <<http://www.planodiretornf2014.org/>> Acessado em 10/02/2015.

Ao longo da explicação, Sato e Sandro foram apresentando as vantagens desse mapeamento no bairro e o pesquisador informou que para fazer esse mapeamento específico, todo o bairro seria analisado e que seria útil para o apontamento de soluções necessárias, para a resolução de problemas, e para muitas ocasiões, como a revisão do Plano Diretor. Os membros do grupo gestor logo apresentaram interesse e apoio ao projeto.

Sandro então começou a fazer críticas ao projeto do INEA, “Parque Fluvial”, em sua única visão, ambiental, sem levar em conta a questão social do bairro. Assim como esse projeto, o bairro também não é visto na parte social no próprio Plano Diretor, visto apenas como Zona de Expansão Orientada, e não como área residencial. Disse ainda que essas questões tinham que ser revistas.

Roberta também criticou o Plano Diretor e enquanto o presidente falava sobre a Zona de expansão orientada do plano, Roberta complementou: *“isso é política pura, né?”*, demonstrando uma lógica da “política pura” como algo afastado dos interesses sociais.

Sandro então falou sobre a necessidade de mobilização para mudar o Plano Diretor, independente de quem viesse para a direção da associação<sup>48</sup>, pois havia muitas demandas a serem colocadas na revisão do plano, citando como exemplo a RJ, via que passa pelo bairro e que não era levada em conta com seus trechos diferenciados, passando por perímetros urbanos, mas somente como via da expansão industrial, ao que Roberta comentou: *“eles estão passando por cima da gente, só para chegar ao Parque Industrial em Conquista”*. Ainda perguntou: *“E as vendas, quitandas, a fábrica de mortadela, que funcionavam com alvará?”*, referindo-se a estabelecimentos que não estavam funcionando, alguns por desapropriação por conta do projeto do “Parque Fluvial”.

Então Sandro e outros moradores sugeriram e se organizaram para terem um representante para o Conselho do Meio Ambiente de Nova Friburgo, um para o Comitê de Bacias e um para a revisão do Plano Diretor, na gestão da associação (como dias mais tarde divulgado pelo presidente da associação, conforme a tabela acima). Sandro disse que a luta para o reconhecimento do Córrego D’Antas como uma microbacia podia *“ser uma estratégia para o bairro”*, ao que complementou Sato, discorrendo sobre a importância do Plano Diretor como uma grande oportunidade para o reconhecimento do bairro.

Nas reuniões do grupo gestor seguintes, já estavam sendo discutidos os preparativos e o próprio processo de mapeamento do bairro que Sandro e Sato estavam executando. Na reunião do dia 06/05/2014, lembro que Sandro começou a apresentar os primeiros detalhes do

---

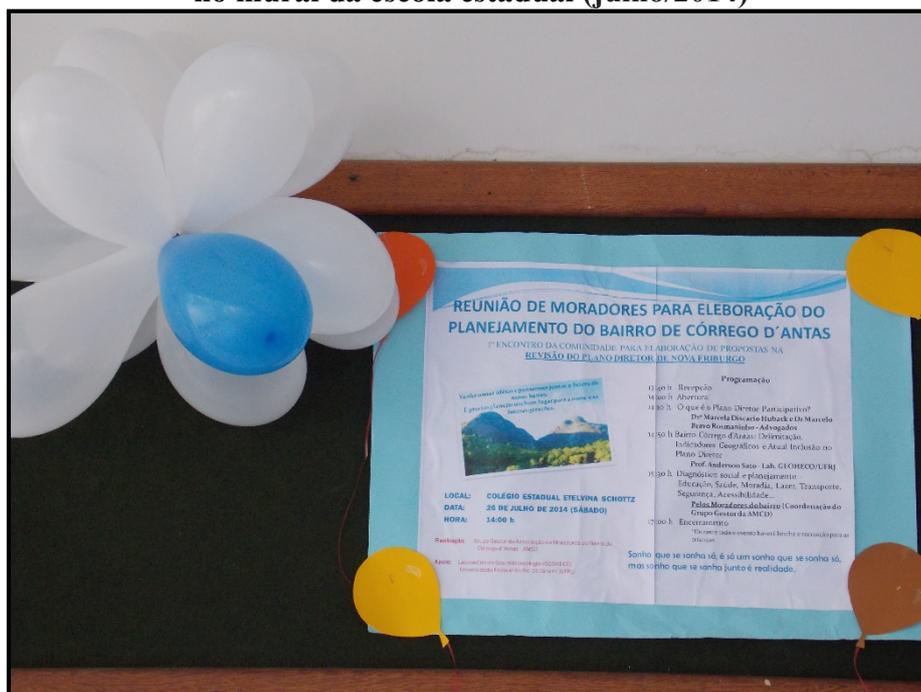
<sup>48</sup> Conforme explicitado na introdução deste trabalho, a associação estava em período de transição, havendo um pouco depois dessa reunião, o período de inscrição de chapas para as eleições da associação.

mapeamento e delimitação do bairro e um morador presente na reunião, seu Jorge, começou a apresentar detalhes da história do bairro. Seu Jorge mora há bastante tempo no Córrego D'Antas, é da localidade de Venda das Pedras, e contou que o bairro pertencia a uma fazenda, a “Fazenda Nacional do Córrego D'Antas”, do Ministério da Agricultura, e que ele até tinha um mapa antigo do Ministério. Sandro então pediu a companhia de seu Jorge para quando fossem mapear e delimitar a localidade de Venda das Pedras.

Então, ao começarem a discutir sobre as partes que pertenciam ou não ao Córrego D'Antas, onde “termina” e ‘começa” o bairro, alguns moradores, como Roberta, criticaram a falta de conexão entre as informações dos Correios e da Prefeitura, pois algumas contas e correspondências em algumas localidades do bairro vinham como o nome de outro bairro, o “Campo do Coelho”. Sandro então concordou com os moradores e disse: *“o Córrego D'Antas é onde as pessoas entendem que é”*.

Em 26/07/2014, na Escola Estadual Etelvina Schotz, no Córrego D'antas, ocorreu a reunião de planejamento do bairro para a revisão do Plano Diretor, o seminário dos próprios moradores, organizado pela AMCD, Sato e comunidade. A ideia surgiu a partir das reuniões do grupo gestor da associação, com o intuito dos moradores elaborarem suas reclamações e sugestões, adiantando-se à reunião comunitária proposta pela prefeitura, quando então entregariam todas as propostas pontuadas e discutidas pelos moradores. E assim o fizeram.

**Foto 2.8: Cartaz da Reunião dos moradores no mural da escola estadual (julho/2014)**



Fonte: Arquivo pessoal

O encontro foi elaborado nas reuniões do grupo gestor (já com mais participantes, como Solaine, Antônio, Vitória e Isabela) e contou com o apoio de muitos moradores, de membros da UPC do Córrego D'Antas, do projeto “Mãos à Obra”, do Laboratório de Geo-Hidroecologia (GEOHECO) da UFRJ, do NUPDEC, o Núcleo de Defesa Civil Comunitário, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e do IBASE, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

Foi um trabalho em conjunto durante todo o evento, antes e depois dele, a começar pela arrumação do pátio da escola, que carinhosamente teve cartazes com frases coladas em suas paredes, tais como *“a alegria compartilhada é uma alegria dobrada”*, *“enquanto houver vontade de lutar, haverá esperança de vencer”* e a *“beleza não elimina a tragédia, mas a torna suportável”*. Ajudei na arrumação do local e percebi como aquela interação foi importante para conhecer e me aproximar de mais moradores, além dos membros do grupo gestor, a quem estava habituada a encontrar.

Além da arrumação de cartazes e bolas enfeitando o pátio, a preparação contou com a arrumação das cadeiras e bancos, da montagem do som, da acomodação das salas onde ocorreram as mesas temáticas e a sala de recreação das crianças, onde alguns jovens ficaram com atividades e materiais pedagógicos divertindo as crianças, para que seus pais pudessem participar da reunião atentos.

Durante a reunião, os participantes puderam contar com café - servido por uma empresa produtora de café da região, que gentilmente cedeu sua máquina e demais objetos para servi-lo durante todo o evento – além de biscoitos, sucos e pipoca.

**Foto 2.9: Moradores durante a reunião<sup>49</sup> (julho/2014)**



**Fonte: Arquivo pessoal**

O encontro contou com mais de cinquenta pessoas, tendo primeiramente uma palestra inicial de uma advogada colaboradora sobre o Plano Diretor, que apresentou e contextualizou o Plano dentro das exigências legais. Lembro que nesse momento alguns moradores já se entusiasmaram a fazer comentários e críticas ligadas ao plano, o que tinha sido planejado para o terceiro momento do encontro.

Depois da palestra, o encontro contou com a apresentação do pesquisador e professor Sato sobre o resultado do projeto de mapeamento e delimitação do bairro. Durante a exposição, muitos moradores fizeram comentários, reconheciam as localidades apresentadas, comentavam sobre os moradores que moravam ou se mudaram delas, mostrando bastante interação e ânimo, ao tratarem de assuntos sobre as pessoas e lugares conhecidos.

---

<sup>49</sup> Sandro e Aline aparecem em primeiro plano na foto.

**Foto 2.10: Palestra da advogada (julho/2014)<sup>50</sup>**



**Fonte: Arquivo pessoal**

No terceiro momento da reunião, os moradores puderam relatar problemas e contribuir com sugestões a partir de mesas temáticas nas salas da escola, dispostas nos seguintes tópicos: “Educação”; “Lazer, cultura e esporte”; “Saúde, saneamento básico e meio ambiente”; “Moradia, ocupação e ordem urbana”; “Transporte e acessibilidade”; e “Segurança”. Cada morador participou de pelo menos duas mesas, da sua escolha, tendo um período específico para ali interagir, até que, depois de um tempo cronometrado e sinalizado, passasse para outra mesa.

Eu, junto a outros moradores, fiquei na mediação da mesa sobre Saneamento e Saúde, o que me deixou muito satisfeita. Conversei com muitos moradores, que deram sugestões e reclamações bem próximas e recorrentes, como nas questões dos bueiros entupidos desde a tragédia; da sujeira, de entulhos, de lama seca, pedras e restos de objetos, ainda depositados em alguns locais dos bairros - o que vinha atraindo muitas pragas como baratas e ratos; da falta de um posto de saúde e farmácia no bairro, entre outros.

<sup>50</sup> À direita da imagem: cartaz colado por moradoras para o evento com os dizeres “enquanto houver vontade de lutar haverá esperança de vencer”.

**Fotos 2.11: Dinâmica nas mesas temáticas (julho/2014)<sup>51</sup>**



**Fonte: Arquivo pessoal**

O encontro ainda contou com música ao vivo exibida por Sandro, seu filho e Vitória. Foi interessante perceber como o evento mostrou a participação e interesse pelo bairro de muitos moradores, e como foi importante para os membros da associação proporcionarem esse momento de troca de saberes locais, experiências e até insatisfações entre os moradores.

Sem dúvida, esse encontro configurou exemplos de valorização dos vínculos de proximidade nas estratégias de luta por reconhecimento do bairro. As junções foram estimuladas pelos membros da Associação e dos colaboradores da reunião, ao apresentarem oportunidades para os moradores exporem seu conhecimento sobre o bairro, trocarem experiências e memórias, além de pontuarem sugestões e contribuições relacionadas às particularidades e vivências de cada morador.

Além dos vínculos de proximidade valorizados, o próprio ordenamento sobre o bairro (Plano Diretor) foi apresentado e criticado em muitos pontos, sendo a reunião configurada em uma situação de prova “*de controvérsia*” (CEFAI, 2011:94) e preparação para o embate que se estabeleceria na reunião com os representantes da prefeitura. Ao analisarem e trazerem propostas efetivas de modificação do Plano, os moradores também apresentaram uma estratégia de publicização, pois se apropriaram dos termos técnicos e legais, de forma a

<sup>51</sup> Moradores e pesquisadores da UFRJ participando do encontro.

utilizarem-nos na arena pública como estratégia de convencimento e argumentação, como poderá ser visto adiante.

Após o encontro, Sandro, Sato e outros moradores elaboraram um material, a partir dos relatos e apontamentos dos moradores - anotados e registrados pelos mediadores de cada mesa temática. O documento contemplou os aspectos negativos e as sugestões apresentadas pelos moradores dentro de cada tópico das mesas. Durante a reunião sugerida pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável de Friburgo (SEMMADUS), no bairro, o material foi entregue para consulta da comissão de revisão do Plano Diretor.

**Foto 2.12: Música ao vivo antes de iniciar a reunião (julho/2014)<sup>52</sup>**



**Fonte: Arquivo pessoal**

Finalmente, em 19/08/2014, aconteceu a primeira reunião comunitária da prefeitura para a revisão do Plano Diretor. Estiveram presentes os moradores, membros do grupo gestor e da AMCD (Sandro e Edmo também representando as associações como membros titulares da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor), além de representantes da prefeitura, como o secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, Ivison Macedo, a arquiteta Flavia Monteiro e o geógrafo Pedro Higgins, ambos também da secretaria.

---

<sup>52</sup> Ao fundo na imagem, Sandro, Ariel e Vitória.

Neste primeiro momento houve uma explanação da reunião, do plano e de sua revisão por parte do secretário e da arquiteta, seguidos da apresentação do geógrafo sobre questões geológicas e físicas do território do município.

Muitos moradores participaram depois das apresentações – como Roberta e Edmo - na identificação dos problemas do bairro, apresentando as demandas e fazendo críticas, de modo que a primeira reunião foi muito participativa. No entanto, a segunda reunião, do dia 23/08/2014, foi mais significativa no que concerne à participação dos moradores, pois foi nesta que o documento elaborado após a reunião de planejamento dos moradores, com a lista de problemas e sugestões apontados, foi discutido e entregue para os representantes da SEMMADUS.

O Secretário da SEMMADUS abriu a reunião, agradecendo a presença de todos e fazendo comentários a respeito da importância do planejamento urbano. Em seguida, a arquiteta apresentou vídeos sobre planejamento urbano, contendo modelos e experiências de países europeus – como um dos vídeos apresentados, que contava a história de sucesso de uma cidade europeia que havia sido planejada de tal modo que existiam muitos parques no seu entorno. Após a exibição, Flávia passou a palavra para o geógrafo, que abordou questões referentes à geolocalização de Nova Friburgo, como seu relevo, caracterização de áreas de risco e ocupação.

Após as falas dos representantes da secretaria, foi cedida a palavra a Sandro, depois de ter consultado os representantes sobre a possibilidade de ele representar o apontamento geral de problemas e soluções apontados pelos moradores.

O presidente da AMCD iniciou sua fala agradecendo o espaço cedido e reconhecendo que sua explanação não fazia parte da metodologia da secretaria para aquele encontro. Sandro então falou a respeito do material, que havia sido elaborado a partir dos relatos colhidos da comunidade na reunião de 15/08/2014, que contou com a presença de mais de cinquenta moradores. O material foi manipulado então para ser apresentado como um documento que foi depois homologado pela associação e comunidade, em assembleia do dia 15/08. Ele então solicitou que o material fosse encaminhado junto ao restante das propostas colhidas na reunião do dia para a revisão.

Sandro seguiu sua explanação sobre a proximidade que a metodologia da reunião da associação teve com a metodologia do trabalho da secretaria, na divisão do documento com a identificação dos problemas do bairro e as sugestões propostas. Explicou ainda um pouco sobre o Plano Diretor e a existência de diferenças entre o mesmo e a proposta de elaboração

do documento. Sandro disse que o Plano era mais voltado para as questões de ocupação, mas era essencial fazer um levantamento das questões sociais para direcionar essa ação:

*“As questões sociais que nós levantamos no Seminário, nós sabemos que elas não são contempladas diretamente lá no Plano Diretor, para quem conhece, e não conhece... O Plano diretor não vai falar assim, que precisa ser asfaltada a rua, que precisa fazer um posto de saúde ali naquele terreno... Ele não aborda isso, não é, mas é importante ter essa visão geral das demandas sociais porque isso vai direcionar o trabalho de ocupação do território”.*

Acrescentou que ele e alguns moradores e pesquisadores fizeram o mapeamento do bairro e um estudo do Plano Diretor – e como o bairro está inserido nesse plano -, ambas as atividades importantes para a elaboração do documento, permitindo *“um novo olhar sobre o Córrego D’Antas”*.

É interessante perceber que os membros da AMCD, apesar de estimularem os vínculos de proximidade a partir da reunião mobilizada na comunidade, para produzirem o documento, também não deixaram de lado os processos de publicização, ao se aproximarem da metodologia e terminologia das reuniões comunitárias da SEMMADUS.

Alguns membros da associação fizeram um estudo detalhado do Plano Diretor, como Sandro afirmou nesta reunião, e o próprio apresentou as manifestações dos moradores no documento produzido para a SEMMADUS a partir da linguagem da secretaria e do Plano Diretor.

Sandro então iniciou a exposição do documento propriamente, antes apresentando a equipe que elaborou o estudo: grupo gestor da AMCD e equipe do GEOHECO-UFRJ, em parceria com o Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil de Córrego D’Antas e membros da equipe da Unidade de Proteção do Córrego D’Antas.

Em seguida, o presidente da associação detalhou os eixos temáticos divididos no documento, a saber: saúde/saneamento básico; transporte; acessibilidade; educação; lazer/cultura e esporte; segurança; meio ambiente; moradia/ocupação; e a questão Inea, sendo este último tema, segundo Sandro, *“um caso à parte, por conta dos projetos que o Inea elaborou para o bairro. A gente ainda não viu acontecer, mas eles existem, projetos que a gente está nesses três anos e meio aguardando para que aconteçam”*.

Após críticas direcionadas ao INEA, Sandro continuou sua fala direcionando-a às críticas ao Plano Diretor, de forma organizada e elaborada. Começou antes apresentando a

delimitação do Córrego D'Antas a partir do mapeamento do bairro, e como ele é apresentado no Plano Diretor.

O Córrego D'Antas está em uma bacia hidrográfica, de mesmo nome, Bacia do Córrego D'Antas, juntamente com outros bairros. Sua área delimitada é de 17.8 km. O mapeamento e delimitação, segundo Sandro, foram baseados em três critérios: história (com mapas e documentos antigos), identidade (a partir da “*percepção das pessoas*”) e geomorfologia, contemplando as localidades de Vale dos Pássaros, Ponte Preta, Ponte Branca, Vale Dourado, Venda das Pedras, Dois Esquilos, Aterro Sanitário, Guaraná, Córrego D'Antas, Polletti, Sapolândia e Venda do Alto. O bairro compreende um terço da Bacia do Córrego D'Antas.

Sandro explicou o porquê de apresentar a bacia e o bairro. O bairro é homônimo ao rio, e por isso o plano cita o Córrego D'Antas, mas muitas vezes não contando com o bairro. Como explica o documento elaborado pelos moradores, o bairro do Córrego D'Antas acaba sendo “indiretamente” citado no plano, pois o mesmo refere-se à Bacia ou à RJ130, quando cita o nome do bairro. E “*pouco ou quase nada se lê a respeito do bairro*”. Essa questão, sem dúvida motivou o trabalho de elaboração de propostas para revisão do Plano Diretor, conforme Sandro destacou.

Outra motivação apresentada diz respeito à “*realidade explicitada na tragédia de 2011, que revelou a necessidade urgente de controle da expansão e adensamento demográfico em diversas áreas do bairro*” (AMCD, 2014), mostrando mais uma vez o acionamento da tragédia pelos moradores.

Além disso, segundo Sandro, não se vê no plano nada referente à requalificação urbana, apenas vendo o bairro como zona de expansão empresarial. E então leu a justificativa para a elaboração do documento:

*“Esta constatação motivou a elaboração de propostas para a Revisão do Plano Diretor Participativo, a fim de que o núcleo do bairro seja definitivamente reconhecido como uma zona urbana consolidada e área mista que, em decorrência dessa condição, necessita de investimento, infraestrutura e aparelhos sociais para seus moradores e trabalhadores”* (AMCD, 2014).

Córrego D'Antas é visto no Plano Diretor, na sua maior parte como Zona de Expansão Orientada (ZOE) para empreendimentos e investimentos, conforme o artigo 83 da sessão III do plano:

*“Art. 83. As Zonas de Expansão Orientada – ZEO compreendem toda a extensão da bacia do ribeirão São José e parte da bacia do córrego D’antas, caracterizadas por áreas vazias passíveis de ocupação urbana, desde que seja garantido o provimento de infra-estrutura adequada” (Nova Friburgo, 2007).*

Sandro apresenta ainda, segundo o Plano, que a região do bairro é exibida como área de interesse logístico (artigo 46, alínea III), para estimular a implantação de equipamentos de logística nas proximidades da RJ130, e que tem previstos ali empreendimentos de “grau de impacto IV”, que seria, segundo o artigo 115, destinada para *“uso não residencial ou empreendimentos de grande porte totalmente incompatíveis com o uso residencial”* (2007, grifo meu). Sandro também enfatiza a parte da incompatibilidade com o uso residencial, para a área que margeia a RJ130, e que compreende em grande parte o Córrego D’Antas.

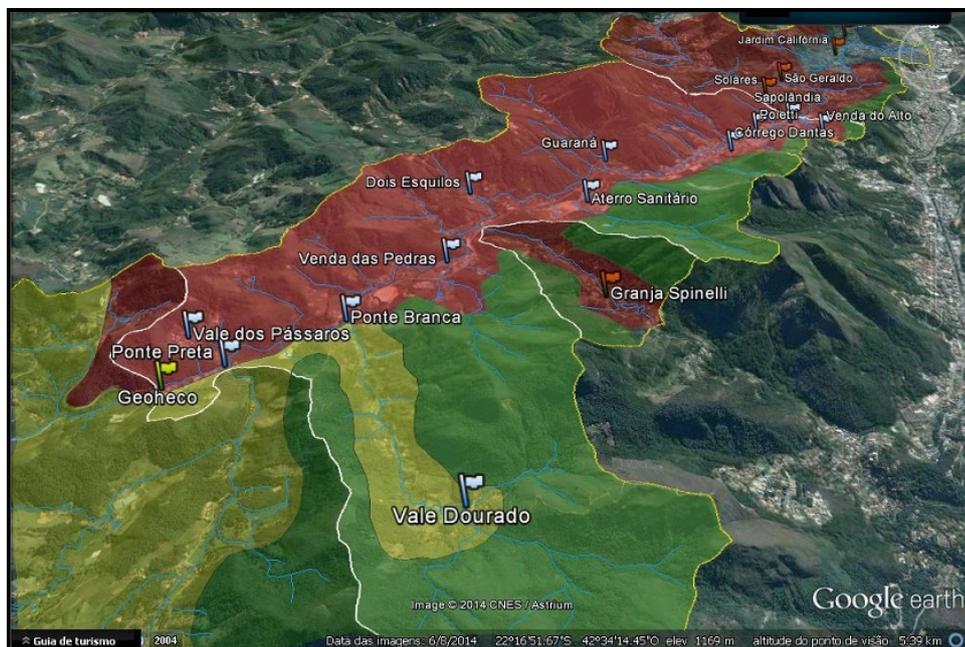
Sandro disse que isso está previsto porque o bairro está em um trecho estratégico, perpassando a RJ, está próximo do Centro. E que isso não seria problema, mas teria que ter um controle maior sobre essas questões.

Depois da fala de uma moradora criticando e questionando o porquê disso, Sandro respondeu que alguns creditam isso ao projeto do Parque Industrial do bairro Conquista que está sendo implementado e o Córrego D’Antas é caminho para lá, ficando entre o Centro e esse parque.

Sandro mostrou então o mapa elaborado a partir do Plano Diretor, compreendendo o Córrego D’Antas com uma grande área vermelha, representando a área de expansão orientada (ZEO), uma verde, representando a zona de especial interesse ambiental (ZEIA) e uma amarela, a zona de transição (ZT). A maior parte do bairro está no plano manchado de vermelho.

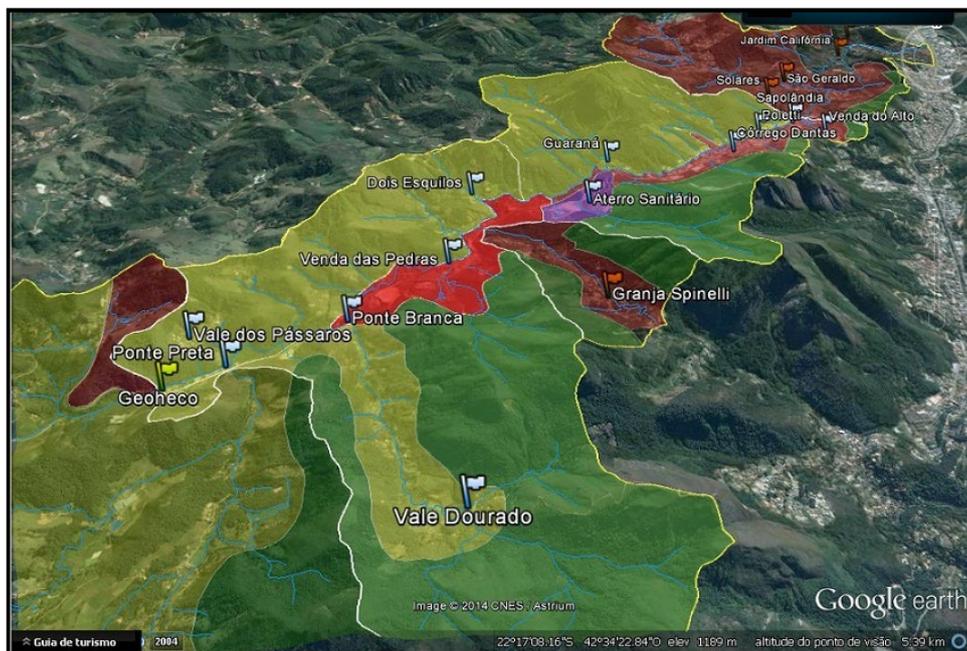
A proposta para ser implementada a partir da Revisão do Plano Diretor é que se diminua consideravelmente a área de ZEO no bairro, sendo a maior parte dele compreendida de ZT.

**Mapa 2.1: região que compreende a área do Córrego D'Antas e como é enquadrada no atual Plano Diretor (agosto/2014)**



Fonte: AMCD

**Mapa 2.2: área que compreende o Córrego D'Antas e como deve ser compreendido a partir da Revisão do Plano, segundo os moradores (agosto/2014)**



Fonte: AMCD

Como podemos visualizar a partir dos mapas apresentados por Sandro, a proposta para o bairro é ter mais ZT (amarelo) e considerável diminuição das ZEO (vermelho). As áreas de ZEIA (verde) continuam, mas os moradores sugeriram que a área do Aterro Sanitário passe a compreender uma ZEIRA (zona de especial interesse e recuperação ambiental), na parte de cor roxa, por conta da recuperação necessária das áreas poluídas e contaminadas pelo Aterro, já sugerindo também o documento comunitário que o Aterro seja transferido para outra localidade.

Sandro então disse que o bairro é uma área mista e que isso tem que ser levado em conta, mas muito bem elaborado e consolidado. Citou também a tragédia para mostrar a importância dessa organização e entendimento a respeito do bairro.

Sandro, para enlaçar essa necessidade de consolidação do bairro como um bairro misto e de elaboração de uma nova visão do bairro, elenca a proposta do bairro existir enquanto uma ZUC (Zona Urbana Controlada). A proposta se insere no “cuidado”, tratamento necessário para o bairro, pois as ZUC’s no Plano têm tratamento específico de cada região, que não compreende o Córrego D’Antas. Segundo o documento de proposta de ZUC:

*“São objetivos da ZUC de Córrego d’Antas:*

*I - estruturar o centro urbano de Córrego d’Antas para a implantação de atividades de comércio e serviços adequadas às necessidades da população;*

*II – conter o adensamento urbano no núcleo do bairro;*

*III - absorver novas densidades populacionais nas áreas com potencial de adensamento, em direção à localidade de Ponte Preta, condicionadas ao provimento de infra-estrutura.*

*IV - organizar a prestação de serviços urbanos e sociais;*

*V - qualificar a infra-estrutura urbana e garantir espaços públicos adequados à mobilidade e ao lazer da população” (AMCD, 2014).*

Sandro então finalizou sua apresentação questionando a fala de um gestor em um dos vídeos apresentados, onde o mesmo diz que o concreto deve ser cada vez mais retirado, para se colocar grama para as pessoas sentarem. Sandro diz que a ideia é muito boa, mas deve ser pensada a partir de um pensamento mais crítico em relação ao que é desenvolvimento:

*“Eu acho fantástico isso, só que eu acho que a gente tem que antes tentar mudar a mentalidade, não é... O que a gente pensa sobre desenvolvimento. É só desenvolvimento econômico? É só a gente crescer e crescer e ir plantando e colocando indústrias e logística e colocando isso tudo sem olhar para a questão social? A gente sabe que isso não funciona”.*

Ao questionar a ideia de desenvolvimento, Sandro coloca em cheque o desenvolvimento que é voltado para o bairro e, fazendo referência ao projeto Parque Fluvial do INEA, disse:

*“E aí a gente viu isso aqui acontecer, tem uma proposta de retirar o concreto e colocar grama para a gente sentar. Só que qual é o concreto? É o concreto das casas das pessoas. Será que vão retirar o concreto de uma indústria que está aqui? (...) Retirar a casa do cidadão é fácil”.*

A fala de Sandro foi seguida de comentários ao encontro de sua crítica.

A partir desta apresentação, fica perceptível como essas falas e o conhecimento de muitos moradores a respeito do Plano Diretor confirmaram o pensamento de muitos e afirmaram o de outros sobre o interesse econômico do bairro em detrimento do social. E isso para os moradores parte, mais do que de empresários, do Poder Público.

Depois a reunião seguiu para as falas da arquiteta e subsecretária, em um momento onde as mesmas foram lendo em voz alta os problemas e propostas de melhorias no documento entregue por Sandro e enquadrando cada um deles nos eixos temáticos propostos pela equipe da revisão do Plano. Segundo o Regulamento e Plano Básico de Ação para a Revisão do Plano Diretor:

*“Art. 7º Os eixos temáticos básicos para análise são:  
I – Eixo 1: Zoneamento, Matriz Espacial, Ordenamento de Uso e Ocupação do Solo;  
II – Eixo 2: Mobilidade Urbana e Rural, Acessibilidade e Bacias de Emprego;  
III – Eixo 3: Infraestrutura Urbana nos Bairros, Planejamento e Gestão Urbanística;  
IV – Eixo 4: Regularização Fundiária, Habitação de Interesse Social e Função Solidária de Grandes Empreendimentos;  
V – Eixo 5: Áreas Verdes, de Lazer e Equipamentos Comunitários no Contexto Urbano e Rural;  
VI – Eixo 6: Patrimônio Cultural e Turístico;  
VII – Eixo 7: Licenciamento e Patrimônio Ambiental” (Nova Friburgo, 2012).*

As delimitações e falas das representantes da prefeitura foram assistidas pela comunidade, que em vários momentos apresentaram sugestões e críticas, com diálogos mais incisivos, conflitos e tentativas de resoluções, conforme apresentarei em uma parte do próximo capítulo, o qual se deterá em aspectos conflitivos de alguns episódios.

Neste capítulo, foi possível desenvolver os agenciamentos relacionados principalmente às estratégias ligadas aos vínculos de proximidade e aos processos de publicização. É visível que essas táticas, em muitos momentos estão interligadas. Nas situações relacionadas às indenizações, por exemplo, os moradores, apesar de acionarem a Constituição e argumentos jurídicos para defenderem seus direitos, apresentam uma interpretação particular, que não é, certamente, a do governo estadual. Este, por sua vez, a partir do representante social, usa uma argumentação direcionada às possibilidades e dificuldades que o Estado enfrenta, numa expectativa de compreensão dos moradores. Essas situações corroboram com a ideia de que o direito também funciona “*à luz do saber local*” (GEERTZ, 1997:249).

Portanto, foi possível perceber como as experiências, as proximidades e os saberes locais dos moradores estão interligados aos aspectos que poderiam (mas não são) ser tomados como distantes ou impostos, como os ordenamentos jurídicos e a linguagem técnica.

A apresentação do próximo capítulo focará na tentativa de conciliação das ações da AMCD na abordagem dos vínculos de proximidade e processos de publicização, além dos conflitos envolvidos entre a associação e moradores de um lado, e o poder público do outro, ou entre ideias acerca da instituição do bairro.

### **Capítulo III: “Hoje só se vê política, política, política, onde estão nossos direitos?”**

Neste capítulo são apresentados conflitos expostos em determinados momentos observados e analisados no processo de reconstrução do bairro. Como afirma Mary Douglas, “*escrever sobre cooperação e solidariedade significa escrever, ao mesmo tempo, sobre rejeição e desconfiança*” (1998:10).

Quando se trata de interesses tão heterogêneos e que são, simultaneamente, individuais e coletivos, não há como não notar os conflitos, os quais constituem o processo tanto quanto os momentos de cooperação. Como afirma Turner, são os conflitos que apresentam de forma acentuada “*aspectos fundamentais da sociedade, encobertos pelos costumes e hábitos do trato diário*” (2008:31).

Ora são apresentados conflitos relacionados a interesses e visões dos atores, como os moradores, prefeitura, governo do estado e INEA; ora relacionados a visões diferenciadas dos residentes sobre a associação de moradores e ligados a situações e problemas do bairro.

Além da apresentação direcionada a interesses e visões distintos, em alguns momentos o conflito está ligado às estratégias adotadas, a partir das opiniões dos que não participam como diretores ou membros do grupo gestor da AMCD, sobre as ações dessa instituição. O mutirão da ponte é um caso apresentado que evidencia um dilema que as associações podem viver em relação à adoção de estratégias, em alguns momentos, a partir das escolhas adotadas por seus membros.

Alguns casos serão aqui descritos, para fins de apresentação desses conflitos e a partir desta será possível apanhar algumas construções de pensamento e categorias sobre participação, política, associação de moradores e poder público, criadas e reformuladas constantemente no bairro.

#### **3.1 - Dramas Sociais:**

Evidentemente, o capítulo anterior também apresentou conflitos e seus dramas, apesar do foco ter sido dado às estratégias adotadas nesse entremeio. As questões das indenizações e o Plano Diretor (como temáticas envolvendo os conflitos e a arena), por exemplo, podem ser citadas como unidades presentes no processo de reconstrução do bairro, configurada como

“drama social” (TURNER, 2008). É importante lançar mão desse conceito ao iniciar a discussão sobre confrontos.

Para Victor Turner, os dramas sociais são unidades processuais “*isoláveis e passíveis de uma descrição pormenorizada*” (Ibidem:28), que surgem em situações de conflito, ou seja, “*quando os interesses e atitudes de grupos e indivíduos encontravam-se em óbvia oposição*” (Ibidem:28).

Essa unidade de processo desarmônico, segundo o autor, tem quatro fases. A primeira é a de “*ruptura de relações formais*” (Ibidem:33), quando há um rompimento entre as partes ou uma delas descumpre alguma norma crucial para suas relações. No caso das indenizações, muitos moradores viram um descumprimento das normas constitucionais por parte do Estado por não terem conseguido escolher o devido ressarcimento, ou por não terem parte na negociação ou por terem se sentidos coagidos a aceitar determinada “opção”.

Para as instituições públicas, como a prefeitura, a Defesa Civil e o governo do estado, alguns moradores, ao se recusarem em aceitar um tipo de indenização ou em sair de casas consideradas em áreas de risco estavam descumprindo uma ordem essencialmente necessária para as relações entre estes diversos atores envolvidos.

A segunda fase dos dramas sociais se configura numa “crise crescente” (Ibidem:33), quando o conflito começa a tomar proporções mais evidenciadas. Pode-se pensar no exemplo aqui estabelecido nessa fase, quando a questão da indenização começa a ser tomada como problema público, a ser discutida em espaços como o da associação de moradores e acionado pelos moradores de maneiras específicas.

Na terceira fase, a “ação corretiva”, os conselhos, mediações, arbitragens informais, mecanismos legais e jurídicos formais (Ibidem:34-35) são operacionalizados, como no presente caso, a partir de processos de publicização e acionamentos de normas legais (como a constituição e seus princípios) e da Justiça por parte da associação.

A quarta e última fase, a de “reintegração” do grupo ou o reconhecimento e legitimação do cisma irreparável entre as partes, apresenta uma suposta finalização, que, no caso das indenizações, permite a visualização de muitos moradores, como Zé Carlos, optando de alguma maneira por esse término, seja através da aceitação da troca das casas pelos apartamentos, a partir do último decreto, seja pela continuidade em sua residência e a espera de uma mudança futura das normas.

O que interessa nesta parte do trabalho é a análise processual especificamente desses dramas – com algumas de suas partes aqui descritas - e no que os atores envolvidos se

ancoram para sustentar seus interesses, por quais motivos dele desistem ou persistem, e quais as visões de mundo e categorias estão permeadas nos mesmos.

### 3.2 - Mutirão da Ponte e outras Situações:

O caso do mutirão da ponte, assim como outras situações ocorridas durante meu trabalho de campo, será aqui exposto a fim de evidenciar visões diferenciadas que alguns moradores têm sobre a associação e o “trabalho” feito a partir dela, pela direção e colaboradores mais próximos, como aqueles que participam do grupo gestor. No entanto, é interessante contextualizar antes posições e percepções apresentadas anteriormente ao mutirão.

De uma maneira geral, entre os que participam do grupo gestor e/ou diretoria da associação, com os quais tive contato e pude conversar sobre a associação (todos apresentados neste trabalho), as ideias e opiniões sobre a associação vão ao encontro de uma presença necessária e positiva no bairro – o que contribui para explicar sua participação na AMCD.

Edmo, por exemplo, em entrevista, apresentou a associação como uma maneira de contribuir na organização das pessoas, assim como Sandro, quando afirmou que nos dias subsequentes às chuvas de 2011 pensou em ajudar a organizar a comunidade num primeiro momento, para assim conseguir auxílio do poder público.

Já entre os que não estão na diretoria nem no grupo gestor, mas participam ou participaram de eventos ligados à associação, quando pude conversar com alguns, as opiniões variaram entre a associação como uma instituição positiva e necessária no bairro, mas com dificuldades em realizar conquistas, ou como um órgão sem apoio externo ou ainda preso numa esfera utópica.

Para D. Dilma (também em entrevista), os moradores que participam da AMCD *“lutaram, lutaram, lutaram, e estão lutando”*. Ela, apesar de não ser membro da diretoria nem do grupo gestor, frequenta as assembleias e reuniões, acompanha a associação e seus trabalhos no bairro desde o início da tragédia. No entanto, para ela, existe um empecilho: *“Eles estão fazendo, estão tentando, mas a força deles é menos que a do governo, eu vou falar para você, é menos que a de um prefeito, é menos”*.

Essa fala de D. Dilma dá pistas de como a associação pode ser vista para alguns moradores. Ela entende que a associação está lutando, mas não consegue muitos objetivos (visto que ela também afirmava em entrevista, constantemente, que ainda havia muitos problemas no bairro) porque é mais ‘fraca’, tem menos força do que um governo municipal.

Ao entender que a associação luta pelos objetivos do bairro, mas não consegue todos por conta de uma inferioridade em relação à prefeitura é porque, primeiro, para ela a associação está no bairro para tentar trazer melhorias para ele, e, segundo, a partir dessa visão, é possível compreender porque muitos moradores procuraram a associação logo após as chuvas.

Não é só D. Dilma que reconhece destarte o papel da associação no bairro. Vitória, também em entrevista, disse que a participação das pessoas nas reuniões e assembleias da associação vem diminuindo porque *“a coisa vai enfraquecendo. Conforme o tempo vai passando as pessoas vão retomando as suas vidas”*. Pois, *“o poder público não atuando no bairro, as pessoas vão desanimando, o movimento vai enfraquecendo”*. A associação e a participação das pessoas, a partir desta visão, são para mobilizar o poder público a agir para a comunidade, levando melhorias para o bairro.

Se D. Dilma considera que associação não consegue seus objetivos de forma mais efetiva porque não tem a “força” de um governo municipal, é porque considera que o governo não tem o mesmo interesse em trazer melhorias para o bairro, ou pelo menos não anda atendendo este objetivo dos moradores. Entende-se que as forças são contrárias, como vetores de sentidos opostos. E já que a força dos governos é maior, a associação não consegue prosseguir no seu sentido, na forma esperada pelos moradores.

É como se o poder público não estivesse a princípio presente para agir em prol da melhoria e resolução dos problemas do bairro, da cidade. Já a associação estaria no bairro também para pressionar os governos, e fazer uma ponte nos diálogos e negociações. Em entrevista, a moradora Solaine apontou uma função importante que a associação teve logo após a tragédia: *“a associação promoveu diálogos e encontros entre o povo e o poder público”*.

No entanto, outros pensam que os moradores que participam via associação de moradores, apesar de terem esse objetivo em prol das melhorias do bairro, não possuem as reais condições para consegui-lo e, ainda, podem não estar a par disso.

Em uma tarde de julho no Córrego D’Antas, antes de uma reunião do grupo gestor (02/07/2014), quando tirava fotos de algumas ruas e cenários do bairro, ao fotografar o rio, um senhor iniciou uma conversa comigo, indicando as partes que deveria registrar, pois ele era morador antigo no bairro, sabia os melhores lugares, com margens do rio com pedras, a marca onde o rio passava antes da tragédia e onde o leito alargara.

Então agradei ao senhor e mais que depressa ele perguntou sobre a finalidade das fotografias. Então me apresentei (ele também disse seu nome<sup>53</sup>) expliquei sobre a pesquisa de uma maneira geral, que estava observando o bairro, os moradores, a tragédia e a associação. Ao falar sobre esta última, o morador me interrompeu dizendo que “*esse negócio de associação é complicado*”. Perguntei por que ele achava isso.

Então ele me mostrou a loja onde funcionava a sua padaria, disse que não tinha como reabri-la, pois estava muito perto do rio. Contou que muitas pessoas já haviam deixado o bairro, que estava muito complicado de investir ali; disse que os empresários e a prefeitura não aplicavam mais recursos naquela região, ficando abandonados durante muito tempo. Mencionou que ele mesmo estava ali só resolvendo umas coisas, pois sua mãe ainda morava no bairro, mas sua família já havia saído e se mudado para outra cidade na Região dos Lagos.

Então contou que a associação até estava brigando pela reconstrução do bairro, mas que era muito difícil de conseguir. E, justificando sua afirmação, me disse uma frase na qual me fez pensar o dia todo: “*Menina, eu não quero viver de sonhos, quero viver de realidade*”. Para o morador, era certo que não havia interesse do poder público em investimentos na região, e ele, reconhecendo isso, não iria investir mais ali.

Pouco tempo depois, começou a dizer que estava tarde e tinha que ir embora, quando expliquei que estava entrevistando alguns moradores para a pesquisa e gostaria de entrevistá-lo, o senhor disse que poderia, então perguntei o dia que era melhor para ele, notei que ele ficou um tanto incomodado, e foi embora dizendo que estava sempre no bairro, apontou para trás da fábrica de mortadela, dizendo que sua mãe morava por ali e que nos encontraríamos depois.

Depois do que disse, percebi que a fala desse senhor indica também uma visão sobre a associação e o governo local com interesses diversos. Para ele, não há mais como investir na região, a própria prefeitura não vê essa possibilidade. Já a associação luta para que isso ocorra, o que para o senhor, é um “sonho”.

Edmo, em entrevista, disse que depois da tragédia e de ter entrado na AMCD, além da necessidade de união, seu maior aprendizado foi: “*a lição é que você não pode criticar uma coisa que você não conhece*”, lembrando que quando não participava da associação também a criticava.

---

<sup>53</sup> Como explicado na introdução desta dissertação, optei em não apresentar o nome deste senhor no trabalho por não ter seu consentimento.

Para os moradores membros da associação, é compreensível que muitos não vejam possibilidades reais de conquistas para o bairro a partir do trabalho da associação de moradores ou até a critiquem. Para vários deles isso está ligado à falta de conhecimento do que os membros da associação fazem, dos trâmites e das dificuldades que enfrentam, as quais são ligadas à burocracia, verbas, prazos, falta de comunicação e retorno dos governos, entre outros. Além disso, para alguns, essas críticas estão ligadas também a interesses coletivos.

Aline, também em entrevista, disse que *“nem todo mundo pensa na coletividade”* ou *“nem todo mundo do bairro pensa assim”*, para diferenciar os moradores que participam de alguma maneira das questões do bairro e os que não participam. E completou que o morador que não participa, muitas vezes é o que mais espera da associação: *“aquele que não quer ir, que está acomodado na sua cadeira em casa, ele te cobra, ele quer resultados, mas ele não levanta da cadeira”*.

Essa cobrança do morador “acomodado”, inclusive atrapalhou e desanimou alguns moradores que participavam, segundo Aline. Para ela, muitos desanimaram e ficaram decepcionados, *“de você lutar, lutar”* e ser cobrado.

Sandro, em entrevista, disse que o morador que não participa é alguém que está no seu direito também de não se envolver e continuar vivendo a tragédia e os problemas do bairro. Logo após as chuvas, o número de moradores participando era muito maior. Para ele, a participação diminuiu em quantitativo e pode vir a diminuir mais. *“A tendência é haver uma acomodação”*.

Sandro ainda afirmou:

*“as pessoas querem voltar àquele momento de antes da tragédia, sabe? Ah não quero mais viver a tragédia. Eu mesmo já tive esse desejo, sabe, de voltar para aquela vida anterior à tragédia... quer dizer, não sei bem se é desejo, acho que é mais um momento de angústia, de cansaço do que eu pensar nisso, não é. Não penso nisso, é uma coisa que me vem à cabeça”*.

Sandro ainda afirmou que além dessa angústia e cansaço que as pessoas têm, cada um tem um nível de urgência. Somado a isso, a *“cultura capitalista, do individualismo”* na qual estamos inseridos também repercute no comprometimento “idealista”, que *“não é de todo mundo”*. Para o presidente da associação, muitos preferem se preocupar com questões mais próprias, como televisão, o jogo, o churrasco, o quintal protegido. Isso para ele é uma *“questão cultural”* e *“de valores”*, e não é uma tragédia que vai mudar completamente isso, apesar de ter percebido um início para essa mudança.

Em todo caso, Sandro disse que ele e alguns moradores não se veem vivendo como antes da tragédia: *“eu não me vejo, para mim não tem retorno. Eu acho que eu posso buscar outros caminhos, mas retornar não tem como. E eu acho que algumas pessoas também se veem nisso”*.

Outros moradores já pensam que a associação tem dificuldade de conquistar seus objetivos, não pelo idealismo, mas por uma proximidade das esferas políticas e de governo. Essa visão pode, inclusive, trazer distanciamentos. Tive conhecimento de opiniões nesse sentido em uma reunião do grupo gestor (02/07/2014), quando moradores que ainda não conhecia, Renato e Dineia, filhos de D. Dilma, tomaram parte na reunião e trouxeram notícias sobre um mutirão que os moradores queriam fazer.

O Córrego D’Antas, como se sabe, teve pontes destruídas e avariadas. Uma dessas pontes, a ponte da Travessa Julio Shottz, foi destruída pela própria prefeitura durante investidas para limpeza no bairro, nos dias subsequentes às chuvas, como afirmam vários moradores, assim como ouvi de uma moradora na Assembleia do dia 30/05/2014, interrompendo um vereador presente que dizia sobre a ponte que havia “caído”: *“Aqui, ó, quem derrubou foi a prefeitura, com sua máquina, depois da tragédia”*.

A ponte era essencial para muitos moradores, visto que por ela passava o ônibus que ligava essa parte do bairro ao asfalto, buscando moradores que ali residiam e que depois de sua derrubada tiveram que andar até a estrada (“RJ”) para pegar o ônibus (numa distância de mais de trezentos metros para alguns, que tinham que contornar o bairro até a outra ponte a fim de subir para o asfalto).

Sandro, nessa mesma reunião, lembrou que em 2011, havia sido aprovado um projeto para construção de várias pontes da cidade. Para o Córrego D’Antas, foi aprovado um projeto para a ponte do Polleti, e não para a ponte principal, da Travessa.

Então os moradores se pronunciaram contra a não inclusão dessa ponte. O prefeito, na época, ofereceu madeira para construírem uma. Os moradores, na sua maioria, em assembleia, recusaram a aceitar a madeira e preferiram “lutar” por uma de concreto, como era a antiga. Edem também recordou que alguns moradores, na época, acusaram a associação por terem se recusado a aceitar o material doado pela prefeitura, responsabilizando-a pela falta de ponte.

Quando o vereador presidente da Câmara entrou no lugar do Prefeito (ainda em 2011, devido aos escândalos de desvio de verbas da prefeitura), fez uma ponte de madeira, provisória, no local, que se mantinha até a dada reunião em 2014. Nessa ponte, pequena para veículos grandes, não passavam os ônibus, ficando os moradores desse lado do bairro, até 2014 sem o transporte público na área.

Os irmãos então começaram a relatar a ideia de um mutirão, surgida entre os moradores, para construir uma ponte maior, no local onde está a provisória. Eles já estavam cansados de esperar que o poder público tomasse alguma iniciativa. Renato, Dineia e vizinhos começaram então a percorrer o bairro, conversando com os residentes que, em maioria, apoiaram a iniciativa. Então pensaram em ir até a associação para informar e buscar apoio.

Renato confessou, contudo, que alguns moradores com os quais conversaram, sustentavam apoio caso a associação não estivesse participando do mutirão, pois, se a mesma entrasse, acabaria “empatando” o trabalho. Ele disse que preferiu mostrar o que estava acontecendo e buscar o apoio da associação, até para saber se já não tinha algum projeto da prefeitura ou INEA para acontecer ali.

Então se iniciou uma discussão na reunião entre os membros do grupo gestor para saber que tipo de apoio a associação poderia oferecer, considerando a opinião de alguns moradores em relação a sua participação, e considerando a responsabilidade que teria essa instituição frente a uma ponte construída sem autorização, pois a associação responderia como pessoa jurídica.

Em todo o caso, Sandro e outros concordaram em apoiar, visto que a associação apoia iniciativas dos moradores, mas que antes, conforme sugestão de Edmo e Edem, procuraria ver se não havia nada já sendo encaminhado pela prefeitura ou pelo INEA para a construção de outra ponte, de modo que não comprassem material “à toa”. Além disso, sendo levado à frente o mutirão, a participação da associação de maneira mais jurídica e burocrática seria levada para a apreciação em assembleia. Renato respondeu em relação à dúvida de ter algum projeto do INEA sendo colocado em prática: “*O INEA nunca ajudou a gente*”.

Se mostrou evidente, depois de um esclarecimento dos eventos (desde 2011) relacionados à ideia de mutirão, que os moradores que não gostariam de ver a associação apoiando o projeto de construção da nova ponte lembravam-se do episódio de 2011, quando em assembleia, os moradores não aceitaram a madeira doada pela prefeitura, e ao invés disso, optaram em mobilizar o bairro para pedirem à prefeitura que fizesse uma ponte como a antiga, para o ônibus passar.

Os dirigentes da associação entendem que os trâmites ditos democráticos e burocráticos podem distanciar alguns moradores, que veem esses processos como algo demorado e um dificultador para as resoluções de problemas que querem e precisam que sejam resolvidos em curto espaço de tempo.

A associação, com suas estratégias de publicização, pode, por vezes, se mostrar mais próxima e íntima dos órgãos públicos e da sua burocracia do que gostaria de ver um morador

num momento de drama e pressa. Por isso Cefai demonstra que em muitos momentos as associações mesclam ações pautadas na publicização e nos vínculos de proximidade, de acordo com as demandas e visões sobre ela própria (2011:84).

Nos dias subsequentes, a associação começou cada vez mais a demonstrar apoio. Os moradores se reuniram para fazer medições da ponte e do leito do rio, para dialogarem sobre os materiais e a forma com a qual construiriam a ponte.

Além da reunião na ponte, foram planejados e encaminhados: a confecção de ofícios para apresentarem aos moradores e comerciantes da região para arrecadar verba, os orçamentos propostos (Renato e Vitória ficaram encarregados disto), além de toda organização pelos moradores que ficariam à frente da construção, como Edmo e outros, somando a essas ações as colaborações durante o mutirão, como a preparação do lanche para os envolvidos, dentre outras atividades.

**Foto 3.1: Reunião dos moradores na ponte sobre o mutirão (julho/2014)<sup>54</sup>.**



**Fonte: Arquivo pessoal**

Na reunião do dia 07/07/2014, Sandro levantou a possibilidade de o mutirão não chegar a acontecer, pois todos deveriam pensar na probabilidade da obra vir a ser embargada pelos órgãos públicos, ao que Edem concordou e complementou dizendo que poderia não ser interessante para a associação manter o apoio, sob pena de parecer imprudente construir algo sem autorização.

Renato discordou, dizendo que a ponte era necessidade de todos do bairro, não teria com embargarem pensando nesse imperativo. Para ele, a população já estava cansada, e de uma forma ou de outra isso iria acontecer. Disse ainda que amava o bairro, queria morrer ali e tinha que ser feito o que fosse para melhorá-lo.

Renato então disse duas frases que me despertaram muito a atenção: *“Se a gente não fizer o que queremos aqui, o Córrego D’Antas não vai ser nada”* e *“se a gente for fazer tudo*

---

<sup>54</sup> Conforme pode ser vista na foto, a ponte na imagem é a improvisada, construída pela prefeitura ainda em 2011. Pelo seu tamanho é possível ver que nela passam apenas transeuntes, bicicletas e motos, sem passagem de carros, caminhões e ônibus. Foi interessante perceber neste dia que a divisão na organização da reunião ali, além das tarefas e opiniões, se pautou no gênero. As mulheres ficaram de um lado, conversando sobre o que poderiam fazer como preparativos para o mutirão, enquanto os homens, do outro lado, conversaram sobre os materiais para a ponte, a largura dela, dentre outros assuntos mais técnicos. Nenhum grupo tomou parte nos assuntos do outro. Optei em ficar junto às mulheres na maior parte da reunião.

*na lei, a gente não vai fazer nada*”, confirmando o caráter negativo que as leis e a burocracia podem apresentar para alguns moradores em situações críticas.

Os presentes na reunião do grupo gestor terminaram a contenda entrando em concordância de que a construção poderia servir como *“um fato político”* (Sandro), que chegando ou não às vias de fato, poderia chamar a atenção da prefeitura para o que ela já deveria ter feito.

As ações para conseguirem doações de material, antes que comprassem, juntamente com a arrecadação de verba continuaram, mas o mutirão acabou não acontecendo, pois, no início de outubro, o bairro passou por uma série de obras, contando com a construção de uma nova ponte da Travessa Julio Schottz, em concreto, realizada pela SEOBRAS - Secretaria de Estado de Obras/ RJ.

**Foto 3.2: A nova ponte da Travessa Julio Schottz sobre o Rio Córrego d’Antas**



**Fonte: site da Associação de Moradores do Córrego D’Antas<sup>55</sup>**

Além da construção da ponte, o bairro passou por uma série de pequenas obras e reparos, a partir de um projeto da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, denominado “Operação Primavera”. No primeiro dia, o prefeito foi ao bairro acompanhado de secretários e funcionários das secretarias municipais de Obras, Serviços Públicos e Defesa Civil, munidos

---

<sup>55</sup> Disponível em <http://corregodantas.org/> (acessado em 12/02/2015). Note que a ponte de madeira foi mantida, construída pelos moradores, ao lado direito da foto.

de ferramentas e maquinários para realizar os trabalhos. Foi entregue ao prefeito, por um membro da associação, uma lista de serviços demandados pela comunidade, detalhando os problemas e demandas das principais ruas do bairro. Os serviços necessários eram asfaltamento em determinados trechos da rua, reparos em calçamentos e bueiros, podas de árvores, reparo de corrimões, colocação de semáforos, dentre outros<sup>56</sup>.

A equipe da prefeitura ficou durante dias no bairro fazendo os trabalhos, e quase que diariamente sob a supervisão e intervenção de muitos moradores, como Edmo e Antônio.

A “Operação Primavera”, projeto previsto para várias localidades do município, começou no Córrego D’Antas, sendo o primeiro bairro contemplado. O fato foi visto como positivo pelos moradores nas reuniões seguintes, que se sentiram também responsáveis pelas melhorias implementadas no bairro. O planejamento e divulgação do mutirão da ponte, para muitos, também contribuiu como pressão para que a obra fosse realizada.

Sobre as obras realizadas, consta no *site* da Associação:

*“Devemos reconhecer que estas tarefas sejam o cumprimento da obrigação que cabe ao poder executivo do Estado e Município, as quais chegaram de forma demasiadamente tardia. Mas não nos furtamos em manifestar GRATIDÃO aos atuais mandatários por finalmente estarem realizando as tão esperadas obras. Estendemos nosso reconhecimento àqueles que, de alguma maneira, intervieram junto aos gestores do poder executivo a fim de chamar atenção para as carências de nosso bairro: vereadores, pastor, profissionais da mídia, membros do Ministério Público, pessoas comuns e os que subscreveram o “abaixo-assinado”. Nomearemos todos aqui, respeitosamente, pelo termo “cidadãos”, pois, sabendo da importância de cada ação, buscamos evitar a personificação de tão grandiosas conquistas, consequência do trabalho coletivo” (AMCD, 2014).*

A partir destes casos, foi possível perceber conflitos existentes que apresentam algumas visões dos moradores a respeito da burocracia, das leis e do poder público.

A partir das visões diferenciadas sobre a Associação de moradores e das experiências particulares vivenciadas a partir desta instituição, é possível pensá-la nos termos das “organizações compósitas”, de Cefaï.

Para o autor, a associação de moradores é assim chamada porque:

---

<sup>56</sup> A lista completa pode ser visualizada em “Demandas de Serviços Públicos do Bairro”, no site da associação, disponível em <<http://corregodantas.org/>> Acessado em 12/02/2015.

*“se consolida reunindo diversos contextos de experiência e de atividade, pontos de perspectiva e estratos de competências que ela coloca em sinergia. Ela se constitui por meio da troca de conhecimentos e de informações, na formulação de denúncias e de reivindicações coletivas; por intermédio da co-produção de um projeto coletivo, ao mesmo tempo tecnicamente viável e válido do ponto de vista normativo; e, ainda, por meio das atividades de circulação das notícias relativas ao andamento dos casos sob deliberação”* (CEFAI, 2011:96).

Pode-se afirmar que a Associação de Moradores do Córrego D’Antas é um exemplo de organização compósita, na medida em que abrigou diversas experiências dos seus atores em variadas ocasiões. Os atores, por sua vez, a manejaram para diferentes objetivos e fins, a partir das suas perspectivas e ações.

As associações são arenas de trocas e conflitos, e se inscrevem em outras arenas também, sendo organizadas de maneiras mais dinâmicas e complexas do que se pensa. Perseguem diversas finalidades (algumas não compatíveis entre si) e se confrontam a diversos dilemas e até mesmo contradições (CEFAI, 2011:35). Elas não se encontram isoladas (Ibidem:40), participando de agrupamentos e redes ligados aos vários meios e fins acionados por elas.

É importante, no entanto, demonstrar o cuidado em evitar discursos reificantes sobre conceitos como comunidade, sociedade civil, cidadania e associações para explicar participações e relações. A presente análise se dá em conjunto com as ações dos atores no processo descrito e os outros fatores anteriores à entrada dos mesmos na associação e nas arenas. Como afirma Mary Douglas (1998), as instituições não podem ser pensadas como indivíduos ou como tendo pensamentos próprios.

### **3.3 - Novamente o Plano Diretor - “não queremos uma cidade maior, mas sim uma cidade melhor!”:**

Conforme apresentado no segundo capítulo deste trabalho, a segunda reunião da Revisão do Plano Diretor contou com a participação efetiva dos moradores do Córrego D’Antas, representados pela sua associação.

Nesta sessão, serão tratados os conflitos presentes nas divergências dos moradores quanto ao que é apresentado para a região no atual Plano Diretor e aquilo que eles consideram como sendo necessidades reais do bairro e dos seus moradores que devem ser implementadas na Revisão do Plano Diretor.

O próprio Plano constitui uma situação de prova “*de controversia*”, ao ser analisado dessa maneira pelos moradores. E a reunião elaborada pelos representantes da prefeitura, a partir dos conflitos relatados a seguir, pode ser tomada como a arena pública, onde foram debatidos os interesses divergentes e aconteceram o drama e os embates.

Também serão levadas em consideração as visões negativas que alguns moradores foram construindo ao longo do processo de reconstrução do bairro na tragédia (e até mesmo antes dela) sobre política, burocracia e alguns órgãos, e como essas percepções foram expostas na reunião.

Primeiramente é interessante apresentar as incoerências que os moradores que estudaram o plano observaram e que Sandro apresentou durante sua fala no início da reunião.

Começo a tratar do primeiro ponto de divergência a partir da situação do aterro sanitário, um empreendimento já antigo no bairro, mas que veio causando problemas para as famílias que residem próximas a ele, além de poder levar a impactos ambientais que prejudiquem ainda mais a região.

Em meio ao campo, como já explicitado anteriormente, alguns moradores em reunião do grupo gestor contaram sobre a situação do aterro sanitário, e que gostariam do apoio da associação para buscar estratégias (como a publicização, ao estudarem as leis e normas ambientais e sobre aterros), de modo que instrumentalizassem suas constatações para denunciarem ao Ministério Público.

Como havia me apresentado e dito que estava fazendo pesquisas e fotos pelo bairro, me convidaram a ir fotografar o aterro para aumentar o material para as denúncias.

Pude constatar pessoalmente os problemas relatados: uma parte do aterro estava se aproximando consideravelmente da área residencial, onde há algumas casas<sup>57</sup>; além de ser uma área residencial, está próximo de um local onde caíram barreiras que destruíram casas e mataram pessoas (conforme divulgado por uma moradora); a área para onde o aterro está expandindo tem uma nascente, de onde sai, segundo os moradores, de um cano de uma pologada, água em abundância; contando, ainda, com o forte mau cheiro e moscas que ainda estavam presentes no local. Portanto, a poluição também é um fator a ser considerado.

---

<sup>57</sup> A área que compreende o aterro pode ser visualizada no Google Maps, disponível em <<https://www.google.com.br/maps/dir/-22.2646125,-42.5665502/Corrego+D'antas,+Nova+Friburgo+-+RJ/@-22.2646916,-42.5634954,631m/data=!3m1!1e3!4m9!4m8!1m0!1m5!1m1!1s0x978aab96c4a01d:0x147285994b66d674!2m2!1d-42.5470339!2d-22.2548927!3e0>> Acessado em 12/02/2015.

Segundo a resolução do CONAMA<sup>58</sup>, de nº 404, de 11 de novembro de 2008, que estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte (com menos de vinte toneladas de lixo por dia):

*“Art. 4º No licenciamento ambiental dos aterros sanitários de pequeno porte contemplados nesta Resolução deverão ser exigidas, no mínimo, as seguintes condições, critérios e diretrizes:*

*I - vias de acesso ao local com boas condições de tráfego ao longo de todo o ano, mesmo no período de chuvas intensas;*

*II - respeito às distâncias mínimas estabelecidas na legislação ambiental e normas técnicas;*

*III - respeito às distâncias mínimas estabelecidas na legislação ambiental relativas a áreas de preservação permanente, Unidades de Conservação, ecossistemas frágeis e recursos hídricos subterrâneos e superficiais;*

*IV - uso de áreas com características hidrogeológicas, geográficas e geotécnicas adequadas ao uso pretendido, comprovadas por meio de estudos específicos;*

*V - uso de áreas que atendam a legislação municipal de Uso e Ocupação do Solo, desde que atendido o disposto no art. 5º e 10 da Resolução CONAMA nº 237[1], de 19 de dezembro de 1997, com preferência daquelas antropizadas e com potencial mínimo de incorporação à zona urbana da sede, distritos ou povoados e de baixa valorização imobiliária;*

*VII – impossibilidade de utilização de áreas consideradas de risco, como as suscetíveis a erosões, salvo após a realização de intervenções técnicas capazes de garantir a estabilidade do terreno” (CONAMA, 2008).*

É evidente, a partir desta resolução, que na área onde caíram barreiras com as chuvas não deveria ter um aterro perto, assim como nas áreas residenciais tão próximas.

O ano de 2014 foi o ano limite para o fim dos lixões, que teriam que se adequar às novas normas relacionadas aos aterros sanitários (que, a partir de 2014, servem apenas para resíduos que não recicláveis) e à destinação dos lixos e sua reciclagem, como é o caso da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - Lei nº 12.305/10.

Ainda, segundo essa legislação, *“Art. 47. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos”* (Ministério do Meio Ambiente, 2010), o que demonstra o caráter problemático do aterro se encontrar em cima de uma área de nascente.

---

<sup>58</sup> Conselho Nacional do Meio Ambiente.

**Foto 3.3: Área do aterro sanitário em expansão (junho/2014)**



**Fonte: Arquivo pessoal.**

Durante a reunião da Revisão do Plano Diretor, ainda na fala inicial de Sandro, a situação do aterro sanitário foi levantada para apresentar a seguinte demanda elaborada pelos moradores como alternativa ao atual plano: *“Demarcação da área do aterro sanitário como Zona de Especial Interesse de Recuperação Ambiental – ZEIRA. Promover a recuperação desta área e a transferência do aterro para outra localidade”*.

O interesse é que a região seja levada em conta como uma ZEIRA, já que esta zona compreende, segundo o plano:

*“Art. 68. As Zonas de Especial Interesse de Recuperação Ambiental – ZEIRA - são áreas públicas ou privadas, ocupadas ou utilizadas de maneira irregular e em situação de degradação, que geram riscos ou comprometem a sobrevivência da população e que devem sofrer intervenções destinadas, preferencialmente, à recuperação ambiental e ao lazer da população”* (Nova Friburgo, 2007).

Sandro lembrou da fala do secretário da SEMMADUS, na reunião anterior, sobre a preocupação da gestão em aumentar o tempo útil da lixeira diminuindo os resíduos, indo de encontro com a preocupação dos moradores. O presidente da associação então apontou para as denúncias graves de irregularidades existentes sobre o empreendimento, apesar dos

documentos aprovando a sua presença no bairro. Relatou as condições já apontadas e confirmou a denúncia já feita então pela comunidade<sup>59</sup>.

Então, o presidente partiu para as seguintes indagações sobre o aterro: *“Se é uma área de expansão e é uma área mista, então é incompatível, é outra contradição: como é que você vai propor a expansão demográfica para a vizinhança de um aterro sanitário?”*, demonstrando as incompatibilidades e incoerências entre o Plano Diretor e a real situação do bairro. A proposta dos moradores, portanto, foi que o Aterro saísse da localidade, até o fim do seu contrato (que era em 2008, podendo ser estendido até 2018).

Outra exigência, já relatada no capítulo anterior, é que o bairro seja tratado como uma ZUC, Zona Urbana Controlada, o que não vinha acontecendo, mas não somente no Córrego D’Antas, pois era uma constatação de muitos moradores, que a cidade, apesar do seu Plano Diretor, não tinha um planejamento consistente.

Sandro afirmou ainda que esse entendimento acabou repercutindo nas exigências do que os moradores querem e visualizam de desenvolvimento no seu bairro, na sua cidade. Segundo o mesmo: *“E essa questão de que desenvolvimento nós queremos, não é, eu acho que ela se reflete muito bem numa frase que surgiu na nossa assembleia: não queremos uma cidade maior, mas sim uma cidade melhor!”*. A frase ainda remete ao conceito de sustentabilidade.

Depois da fala inicial do presidente, a arquiteta e a subsecretária começaram a reler todas as demandas e sugestões elaboradas pelos moradores e, uma a uma, iam encaixando nos eixos temáticos.

Ao ler alguns problemas, as mesmas iam, em alguns momentos, argumentando os limites do papel da prefeitura e iam apontando as atribuições de outros órgãos e instituições.

Frases como *“essa sugestão é de esfera superior à nossa, técnica aqui...”* foram muito ouvidas pelos moradores durante a reunião, ou respostas evasivas sobre a resolução de problemas que não competiam à equipe da Revisão do Plano Diretor.

Uma moradora, ao relatar problemas que vinham acontecendo desde as chuvas de 2011, foi interrompida pela subsecretária, que disse: *“ô gente, olha só, vamos partir para a parte prática da nossa reunião?”*. Notei que os moradores estavam bem-dispostos para falarem sobre os problemas e que isso foi de encontro ao planejamento da secretaria em relação à proposta e metodologia da reunião. Os interesses em relação à reunião divergiam

---

<sup>59</sup> Até a minha saída do campo, não havia novidades sobre as denúncias (feitas pelos moradores no Ministério Público), tendo alguma ação ou encaminhamento que partissem das mesmas.

muito, e cada pergunta ou crítica de algum morador era logo rebatida com um encaminhamento ou justificativa, de modo que não fossem aprofundadas e não se desse continuidade.

A comunidade fez alguns questionamentos relacionados ao saneamento, à saúde, aos problemas ocasionados com a tragédia, etc. A arquiteta, após algumas falas, respondeu: *“a gente está tentando olhar para a frente e melhorar daqui para a frente. Esse é o nosso compromisso, a gente realmente acredita nisso”*.

Ao ler a exigência de descarte do Projeto do INEA, o “Parque Fluvial”, que vem inviabilizando muitas melhoras para o bairro (conforme apresentado adiante neste capítulo), a arquiteta disse que é uma questão que não competia à esfera da Secretaria, mas que encaminharia a questão para os órgãos superiores, assim como a do aterro sanitário e de sua fiscalização, esta última, inclusive, considerada *“demanda imediata”*.

A questão do projeto do INEA se mostrou mais complexa até por uma questão de comunicação. A arquiteta, então, admitiu: *“o estado está acima do município, nas questões ambientais, nesse ponto, e a gente tem que conversar mais com eles, como o Secretário falou, trazer mais o INEA para perto da prefeitura, para agente envolver mais a comunidade nessas questões”*. Ela prometeu, ainda, um *“ajustamento de competências entre prefeitura e INEA”*, ao ler a exigência dos moradores que a prefeitura assumisse a gerência do bairro, que segundo os mesmos, pertencia, até então, ao INEA.

Uma questão também debatida durante a reunião, apesar de não ser pauta específica do plano, foi a das indenizações. Uma moradora, D. Maria, pediu a palavra e falou sobre a questão da moradia, referindo-se aos apartamentos populares construídos do outro lado da cidade, para onde alguns moradores do Córrego D’Antas foram, chamando o complexo habitacional de *“engaiolamento”*. Para a moradora, mandaram todo mundo para lá e, no entanto, já não havia estrutura lá, a água já estava escassa... Que aquele ditado era importante: *“cada macaco no seu galho”*, sugerindo que o governo deveria ter construído moradias em cada bairro. A senhora ainda apontou para a situação do seu João, que estava do seu lado, com a casa ainda interditada. Finalizou dizendo que *“tem muita coisa errada, mas eu não vou falar tudo porque tem muita coisa”*.

A arquiteta respondeu dizendo que é uma demanda de todos os bairros que a equipe vem visitando, e que a sugestão da senhora entraria na questão de *“habitação adequada às necessidades humanas”*.

Sobre a exigência de resolução da cobrança de taxa de IPTU e outras taxas sobre áreas onde as casas já haviam sido interditadas, que vinha ocorrendo no bairro, a subsecretária

explicou que as pessoas teriam que pedir a “*baixa do IPTU*”, mas para os casos da casa demolida.

Segundo a mesma, “*normalmente é autorizado. Mas tem casos, eu já vi, em muitas localidades, muita discussão, porque o terreno continua existindo. E quem comprou o terreno? Quem desapropriou o terreno? Normalmente o INEA, pelo menos nas várias conversas que eu já tive, ele só se posiciona quanto ao imóvel-construção, e não ao terreno*”. Disse então para a arquiteta: “*isso é umas das coisas que a gente tem que pontuar*”, afirmando que é uma demanda de pessoas de muitos lugares.

A subsecretária, ainda, disse que se o terreno não podia ser utilizado, que tinha então que ser desapropriado como um todo, não podia apenas parte dele, sendo incoerente, e que a equipe da secretaria iria analisar a situação, e posteriormente apresentar uma solução para a comunidade.

Roberta então pediu a palavra. Relatou um pouco sobre a situação do antigo decreto sobre as indenizações, que não mais vigorava, e que no momento as pessoas que tinham um imóvel para ser demolido ou desapropriado só poderiam trocá-lo por uma unidade habitacional.

Segundo a lógica da moradora, “*se você faz essa troca, eles não estão indenizando ninguém. Em muitos casos essa troca é de valor muito inferior ao que a pessoa tinha*”. Então indagou a gestora sobre a preocupação dela em relação à “*baixa*” das taxas cobradas: “*se eles não estão nem se prendendo a essa questão, de dar à pessoa uma condição que ela tinha, como vocês vão conseguir que eles indenizem o terreno?*”

A subsecretária, num tom incomodado, respondeu: “*vamos pensar em planejamento? Então isso tem que ser proposto no nosso Plano Diretor*”. Então propôs que o planejamento no Córrego D’Antas fosse feito como no outro bairro, em Riograndina, onde os moradores exigiram que a indenização fosse feita no valor real do imóvel. Roberta então, novamente, falou sobre o decreto estadual, o qual, segundo a moradora, não apresentava indenização, somente essa troca. A gestora disse que não existia naquele momento, mas que estavam ali pensando em planejamento, no futuro.

Durante aquela reunião, assim como muitos moradores, percebi uma contradição do poder público naquela ocasião: se em alguns momentos antes, as representantes da prefeitura haviam afirmado que o governo estadual era quem possuía competência sobre as questões da indenização, o qual estava “*acima do município*”, como propunham para os moradores que exigissem no plano diretor mudanças em relação às indenizações?

**Foto 3.4: Roberta dialogando com a fala da gestora (Agosto/2014)**



**Fonte: Arquivo pessoal**

Roberta, depois, acrescentou, sobre o INEA: *“Na questão do INEA, sempre foi colocado o seguinte: se amanhã passar o Parque Fluvial, eles vão ter que indenizar o seu terreno. Esse parque fluvial, ele pode ser construído dentro de cinquenta anos. Esse “se” é muito tardio para quem necessita de moradia, para quem necessita continuar a vida, porque está todo mundo cansado”*.

Então a gestora continuou sugerindo que as pessoas fizessem uma proposta em relação a isso, para quando houvesse novamente um desastre, ou quando fosse necessária uma desapropriação, que fosse *“feito de forma integral e não parcial”*. A fala da gestora acabou por provocar o questionamento a respeito do conhecimento dos órgãos públicos e seus agentes sobre regras (como é o caso de um decreto estadual) que muitas vezes, devido as suas particularidades, pode passar por cima dos planejamentos da esfera municipal (como o Plano Diretor). A fala, ainda, se apresentou de forma muito distante dos trâmites burocráticos e de poder.

Depois da fala da subsecretária, a arquiteta ainda justificou o problema das cobranças e faltas de indenizações em relação ao Parque Fluvial, explicando que os engenheiros e equipe do governo estadual estavam com dificuldades para identificar os terrenos e os nomes dos proprietários, e que tinham até *“pedido ajuda da prefeitura”* para poderem fazer as indenizações.

Roberta, então, completou que eles estavam sendo “*jogados de um lado para o outro*”. A partir da fala da moradora e membro da associação, ficou evidente que alguns moradores ali não tinham confiança na fala de que os apontamentos e o planejamento para o futuro elaborado ali surtiriam efeitos práticos em algumas questões, como indenização, desapropriação e a questão INEA.

Logo após a fala da Roberta, Seu João pediu a palavra no microfone, concordando com a moradora. Começou a contar sobre sua situação. Ele tinha, até 2011, seis imóveis no bairro e, com a tragédia, havia perdido três casas. Desde 2011 até então, o morador vinha acompanhando o INEA, que “jogava” as reclamações dos moradores para o EMOP<sup>60</sup> e este, “jogava” de volta para o INEA.

**Foto 3.5: Seu João participando da reunião (Agosto/2014)**



**Fonte: Arquivo pessoal**

Segundo o morador, o tempo estava passando, já estavam em 2014, lembrando que estavam em ano de eleição. A idade dele “*está se acabando*”, já estava com 64 anos, e que havia feito tudo conforme o exigido, pois pagou, construiu, fez o “*pé de meia*”, legalizou, para na sua idade poder ficar mais tranquilo, mas o que via eram os direitos dele “*lá embaixo*”, a cada dia ele se aborrecendo mais. Segundo o morador, o INEA lhe ofereceu vinte mil ou um apartamento em troca das suas casas.

---

<sup>60</sup> Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro.

Ele construiu ali no bairro porque havia escolhido o local. *“Agora nós estamos em área de risco?”*. Entre lágrimas, João então disse que estava revoltado, que os moradores estavam se sentindo “jogados” de um lado para o outro. Ele tinha sido presidente da associação, quando tudo era mais difícil, mas conseguiram fazer muito pelo bairro. Então terminou sua fala aos prantos: *“Hoje só se vê política, política, política. Onde estão nossos direitos? Isso eu quero saber, onde estão nossos direitos?”*. A fala emocionada de seu João foi calorosamente aplaudida pelos presentes na reunião, que demonstraram com gestos e falas uma concordância com o morador.

Entendi o apontamento de João, sobre estarem em período de eleição, como uma sugestão de que aquela revisão e toda movimentação no bairro estariam sendo feitas também por conta disso, já mostrando uma desconfiança com o que é relacionado à “política”.

A fala do ex-presidente da associação sobre a “política” presente de forma recorrente na vida dos moradores, sugerida como algo negativo, seguida da pergunta sobre os direitos, sugere que na sua percepção a mesma limita os direitos dos moradores e, ainda, apresenta uma incredulidade nas instituições políticas oficiais e no partidarismo, pois os interesses da “política” não estão em consonância com os dos moradores.

Assim como Zé Carlos pergunta pelos direitos humanos, a partir do conflito envolvendo as indenizações<sup>61</sup>, João pergunta pelos direitos dos moradores, ao constatar um conflito entre essa política *hard*, impregnada nas suas vidas, e os interesses dos moradores. Fica evidente a visão do direito como algo representando os interesses particulares, mostrando a dimensão simbólica dos direitos, assim como da política.

Apresentando o que pode ser tomado como “política” a partir do movimento negro em Ilhéus, Silva (2004) apresenta a categoria política ora como um meio, uma atividade para se conseguir algo, ora como um lugar ou fim a ser alcançado.

No caso da fala do morador do Córrego D’Antas, a política está mais próxima de *“um meio para conseguir outras coisas: para uns ela pode trazer enriquecimento, emprego para amigos e familiares, prestígio junto a outros políticos mais influentes e outros ganhos pessoais”* (SILVA, 2004:424), já que da outra maneira – *“a política pode ser o modo de obter melhorias para uma comunidade ou para um grupo específico de pessoas (portadores de deficiências, estudantes, trabalhadores de uma tal categoria etc.)”* (Ibidem:424) – alguns moradores não viam acontecer no bairro.

---

<sup>61</sup> Desenvolvido no capítulo 2.

Essa consideração pode ser também atestada na fala do morador Hedem, quando, em uma reunião do grupo onde estavam presentes assessores de um vereador (27/02/2014), ele avisou: “*não basta só a gente ter vontade de fazer, tem os caminhos políticos que impedem, percebemos isso nesses três anos*”. A moradora Roberta, em reunião (19/03/2015), ao criticar a falta de consideração das questões residenciais e sociais no Plano Diretor, afirmou com tom de reprovação: “*é política pura, não é*”. Essas duas falas também vão ao encontro do sentido da política como algo voltado para interesses próprios, e não para os da comunidade.

Retomando o relato da reunião, logo após a fala de seu João, a subsecretária disse: “*o que esse senhor está passando, realmente, é um descaso mesmo*”. Afirmou que o que estava acontecendo depois de três anos, era um “absurdo” e um “desrespeito”, que ela gostaria de fazer um “desabafo” também, porque convivia com esses problemas desde 2011, acompanhando muitos casos, e que respeitava a escolha que seu João fez de ficar no seu bairro, pois ela também não gostaria de sair “*por nada*” de sua localidade.

Então, a gestora disse que o poder público, ela e as pessoas que o representavam tinham que “*olhar todas essas questões e rever todos os nossos conceitos, rever a questão burocrática*”, “*rever a questão do direito*”. Comprometeu-se ainda em pegar o nome do seu João, acompanhá-lo, dizendo: “*nós vamos começar uma batalha para tentar rever essa situação*”. Ao falar em “começar” uma ação para ajudar seu João, a subsecretária demonstrou desconhecimento da já antiga “luta” do morador no bairro para ter a indenização devida.

Ela ainda disse que não conseguia ver uma situação dessas e ficar quieta, que todos deveriam se mobilizar, fazer manifestações, se pronunciarem, pois só assim era possível “*mudar o Brasil*”.

A reunião descrita, como já apresentado, ocorreu em agosto de 2014. Quando fui entrevistar seu João, em dezembro do mesmo ano, ele havia lembrado do evento (inclusive perguntado se eu tinha ainda sua fala filmada) e do discurso da gestora. Disse que ninguém da equipe da Revisão do Plano Diretor ou da secretaria o tinha procurado até então para resolver algum problema seu.

A partir desses ocorridos e de outras falas durante o evento, percebi que alguns moradores esperavam um apontamento mais prático de soluções, pois o planejamento já havia sido feito na reunião com os próprios moradores um mês antes. O que buscavam eram soluções, ou então, respostas para seus anseios.

### 3.4 - Como Conseguir a “Revolta” de Moradores:

Esta parte pretende apresentar mais especificamente o olhar dos moradores sobre algumas ações do poder público, e nas suas feições mais evidentes no Córrego D’Antas, a saber, a Prefeitura Municipal e o INEA, por conta de seus projetos ou de problemas no bairro cuja resolução está nas atribuições dessas instituições.

Ao longo de todo campo, pude perceber que o maior alvo de críticas no bairro era o INEA. Até mesmo na descrita reunião do Plano Diretor, o instituto estadual foi contemplado como um tópico e um “*caso à parte*” dos problemas e demandas analisados.

Desde a tragédia em 2011, o INEA vinha intervindo no bairro, afetando a vida dos moradores, por exemplo, na interdição e demolição de casas. O projeto do “Parque Fluvial”, que passa pelo bairro, acabou causando problemas para os moradores e até mesmo impedindo algumas ações que a prefeitura poderia tomar.

O projeto foi iniciado ainda em 2011 e em julho do mesmo ano já tinha a área vistoriada e liberada para tal empreendimento, conforme divulgado no próprio *site* do governo estadual:

*“O secretário estadual do Ambiente, Carlos Minc, e a presidente do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), Marilene Ramos, vistoriam, nesta quarta-feira, a área do futuro parque fluvial do Córrego Dantas, em Nova Friburgo, uma das áreas mais atingidas pelas chuvas em janeiro deste ano. O córrego está sendo dragado com a utilização de equipamentos do programa Limpa Rio do Inea. (...) O parque fluvial, que vai ocupar parte dos 20 quilômetros de extensão do Córrego Dantas, terá áreas de lazer, mobiliário urbano, equipamentos para realização de atividades esportivas, além de dispositivos de controle de inundações, como bacias de retenção, pavimentos permeáveis e trincheiras de infiltração. As margens do rio também passarão por reflorestamento ou revegetação, com priorização do uso de espécies vegetais nativas da Mata Atlântica. O Inea vem trabalhando em Nova Friburgo desde janeiro, com deslocamento de equipamentos e pessoal para atuação emergencial no resgate de vítimas, desobstrução de vias e auxílio aos desabrigados. Os técnicos do instituto também fizeram a vistoria e dimensionamento de mais de 80 seções hidráulicas de pontes situadas na região urbana de Friburgo” (RIO DE JANEIRO, 2011)<sup>62</sup>.*

Devido ao projeto do “Parque Fluvial” e do Programa “Limpa Rio”, ligados ao instituto, novos critérios para a avaliação das condições de segurança das casas no Córrego D’Antas foram adotados. No entanto, conforme ação coletiva impetrada ainda pela gestão

<sup>62</sup> A notícia é da Subsecretaria de Comunicação Social do governo do Estado do Rio de Janeiro, disponível no endereço <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=539161>> Acessado em 20/02/2015.

anterior à de Sandro e Edmo, em 2011, estavam ocorrendo laudos contraditórios sobre a avaliação de um imóvel no bairro, de um lado liberado para limpeza e retorno dos moradores e de outro, pelo instituto, impedido de retorno e demarcado para demolição. Esse episódio, além de outros transtornos levantados pelos moradores, foram se somando aos casos de descontentamento dos mesmos com a presença do INEA no bairro.

Para Edmo, o instituto estadual e seus representantes *“impõem critérios, e a gente vê, é assim...”*, pois para ele não se poderia fazer nada já que a prefeitura não pode assumir as áreas que cabem ao projeto. Por esse motivo, ele e outros moradores viam o INEA no Córrego D’Antas assim: *“só veio para atrapalhar as coisas”*. E a visão sobre o governo municipal não ficava distante da de um órgão que não fazia o que devia pelo bairro: *“a prefeitura durante muito tempo entregou a administração para o INEA”*.

De 2011 até 2014, foram muitos os problemas envolvendo os leitos dos rios, como animais e pragas nos mesmos, ou em casas interditadas e ainda não demolidas, vegetação crescente, atraindo ainda mais animais e assoreamentos. Quando algum morador reclamava na prefeitura, a mesma respondia que não podia resolver por conta de estar em área de intervenção do INEA.

Além da questão das dificuldades de obras e limpezas a serem feitas na região dos leitos do córrego, as indenizações também estavam atreladas ao órgão, que, segundo os moradores, durante muito tempo também tomou a frente das retiradas das pessoas de suas casas, das negociações e imposições.

Vitória, em entrevista, reclamou da prefeitura, mas, segundo a moradora, a indignação maior das pessoas era com o INEA, por causa das *“indenizações injustas”*, da desapropriação, da *“pressão psicológica”* que o órgão fez.

Vitória ainda contou um caso sobre uma reunião da qual participou, sobre as indenizações no bairro, e que os representantes do instituto *“não receberam o povo muito bem, não”*. Contou ainda: *“inclusive teve uma mulher, infelizmente não me recordo do nome dela. Ela disse o seguinte: - vocês negociem agora porque quando o trator parar na porta da casa de vocês vai ficar mais difícil”*. A moradora ainda apresentou sua visão sobre a fala da gestora: *“isso é uma ameaça”*.

Até o final de 2014, a obra do parque ainda não havia sido iniciada, e os moradores não acreditavam que o projeto um dia sairia do papel, ou pelo menos que seria iniciado em breve. No jornal da cidade, a descrença é apresentada:

*“Apesar da placa afixada na entrada do bairro informando a existência de máquinas em operação, moradores afirmam que não há obra sendo feita na localidade. O único trabalho realizado até o momento, segundo a comunidade, foi a dragagem do córrego que dá nome ao bairro e a contenção de suas margens. ‘Fizeram uma obrinha aqui e mais nada. Estamos isolados e ninguém nos dá satisfação. Não temos água, ônibus, ponte e nem policiamento. Os assaltos aumentaram muito no comércio do bairro. As casas interditadas também foram todas roubadas’, desabafou Joel. A descrença no projeto do parque fluvial, anunciado há cerca de dois anos pelo governo do estado, é quase que geral entre os moradores do bairro. ‘Estão indenizando os proprietários das casas, mas não acredito que esse projeto saia do papel porque não foi feito praticamente nada até agora. Além disso, ano que vem tem eleições, deve haver troca de governo e isso vai complicar ainda mais’, dizem alguns moradores” (A VOZ DA SERRA, 04/10/2013).*

É interessante notar a partir da matéria de jornal que havia uma descrença a partir da falta de ação no bairro e também a partir do momento eleitoral, visto como um reforço dos problemas.

Além da sua não implementação efetiva, o projeto “Parque Fluvial”, com suas desapropriações e demolições, com um plano elaborado e predisposto a ser executado com pouca ou nenhuma participação (conforme as críticas de alguns sobre o CAO) dos moradores, não levou em conta, ou muito pouco, os aspectos sociais presentes no projeto e seu entorno. Como já apresentado, Sandro, em uma reunião do grupo gestor, afirmou que a prioridade do projeto era ambiental e que não tinha “*formulação social*”, não era também voltado aos moradores.

Soma-se a esses desgastes o não retorno preciso das informações que os moradores constantemente, e principalmente via associação de moradores, requisitavam ao órgão. Até mesmo o jornal não obteve resposta, como divulga na mesma matéria:

*A equipe de reportagem de A VOZ DA SERRA entrou em contato com a superintendência do INEA para saber detalhes das obras de recuperação previstas para o Córrego Dantas, como a do parque fluvial. Segundo a superintendência, a obra é muito complexa e as informações sobre suas etapas estão a cargo da Diretoria de Recuperação Ambiental. A reportagem tentou ouvir o engenheiro responsável, mas seu celular estava fora de área (A VOZ DA SERRA, 04/10/2013).*

Três problemas apresentados em uma lista de demandas do bairro, atualizada pela associação no início de 2015, estavam em uma tabela e eram direta ou indiretamente impedidas por causa do INEA: a “*Construção de área de lazer e esportiva no núcleo do bairro; Construção de praças, parquinho e espaços para andar de bicicleta e skate e fazer*

*piqueniques e caminhadas*”, na tabela de demandas estava “*atrelada ao projeto Parque Fluvial*”, e por isso também, ainda com status de “parado”.

A “*Participação na elaboração do projeto do Parque Fluvial*”, incluída na tabela desde 2011, também estava parada, devido ao INEA não se prontificar em atender a participação dos moradores e devido ao projeto estar parado<sup>63</sup>.

Uma terceira demanda, a “*Ausência de espaço para cultura*”, se encontrava também parada, mas por conta de problemas envolvendo uma situação específica, que também contribuiu para a descrença e até mesmo revolta dos moradores, principalmente os membros da associação em relação ao instituto: a construção do seu Centro Cultural/Sede da Associação.

A associação de moradores possui um terreno doado pela família Schottz, para que construísse sua sede e um centro cultural no bairro. Um grupo de suíços (ligados a uma aliança existente entre os friburguenses e os suíços da cidade de Fribourg) doou uma verba para que a sede fosse construída. No entanto, alguns entraves à construção e à liberação da verba foram ocorrendo.

Ao longo de 2014, houve uma falta de definição das condições para licenciamento do projeto da sede. A planta do projeto precisaria ser aprovada pelo INEA e pela prefeitura. Foram inúmeros telefonemas, conversas, idas e vindas à prefeitura, encontros com o arquiteto, tentativas de falar com a vice-prefeita e, segundo Sandro, “*a angústia diária de não ter informação sobre o processo e não ter o que dizer*” à comunidade e aos representantes dos doadores suíços.

Em maio de 2014, em uma reunião do grupo gestor, membros da associação foram até a prefeitura tentar resolver o impasse, quando a mesma disse que a liberação ainda não havia sido feita por conta da licença pendente do INEA - na época, no valor de R\$500,00. Os moradores tentaram recorrer à isenção da taxa.

Em junho de 2014, Sandro conseguiu um encontro com o Secretário Municipal de Ambiente, Sr. Ivison. De posse do processo de licenciamento do projeto, pôde constatar a exigência de uma licença expedida pelo INEA. Então agendou uma reunião com o Prefeito, Rogério Cabral, e representantes da Secretaria Municipal de Ambiente e do INEA.

---

<sup>63</sup> Em 2014, o secretário Minc e sua equipe foram substituídos e, no início de 2015, o “Viva Rio” assumiu o lugar do canteiro social do INEA, para gerir as desapropriações dos imóveis às margens do rio Córrego d’Antas para a construção do Parque Fluvial, conforme divulgado por Sandro depois de sua participação em uma reunião com os representantes do “Viva Rio”.

A reunião aconteceu e a licença foi concedida, desde que pagassem a taxa. Havia ainda um processo de análise da faixa de proteção para a construção da sede, pois o terreno fica próximo ao rio e à faixa de proteção permanente.

Sandro, em outubro de 2014, já havia enviado alguns emails ao representante brasileiro do grupo dos suíços, e a cada dia os moradores ficavam mais preocupados sobre o prazo para a liberação da verba. O representante havia sugerido que a associação pagasse a taxa (em outubro já estava no valor de R\$2.500,00).

Os moradores em reunião decidiram pagar o valor, mas com receio de ainda assim não conseguirem a liberação, pois, como Sandro afirmou, a dificuldade em conseguir a licença era por “*questão política*”. Em janeiro de 2015, os suíços aprovaram a obra, que já estava sendo planejada e iniciada.

As situações envolvendo o INEA e a prefeitura, por vezes, demonstraram um “*jogo de empurra*”, a que se referiu uma vez a moradora Roberta, pois os moradores, ao procurarem uma das instituições, sentiam-se direcionados para a outra de alguma maneira. A prefeitura, principalmente, em relação a muitas questões, respondia os moradores ligando a não resolução das mesmas devido às atribuições do instituto estadual.

Na reunião de julho com o prefeito, depois de alguns assuntos discutidos, os moradores relataram a necessidade de algumas obras ligadas às pontes, rede fluvial e esgoto. O prefeito respondeu à solicitação dizendo que não podia nessas questões intervir por causa do projeto do INEA.

D. Dilma também contou sobre a resposta de representantes da prefeitura, ao pedir que capinassem e limpassem as margens do rio próximas a sua casa, onde havia perdido um imóvel. A prefeitura, segundo a moradora, alegou que era área particular. Ela então respondeu da seguinte maneira: “*particular não, não tem casa. Como é que é particular? Já tirou as casas, então não tem nada particular aí. Tem que fazer a limpeza*”.

Foram determinadas respostas e até mesmo as ausências delas que em muitos momentos justificavam as falas de alguns moradores sobre sua “revolta”, “indignação”, “cansaço” e até mesmo “descrença”.

Apesar de apresentar projetos com grande aprovação dos moradores e da associação, inclusive com ações conjuntas à instituição do bairro, como o caso do projeto “Mãos à Obra”, e do “NUPDEC”<sup>64</sup>, ligados respectivamente ao INEA e a Defesa Civil<sup>65</sup>, os governos estadual e municipal não foram visualizados de maneira positiva em muitos momentos no bairro.

---

<sup>64</sup> Núcleo de Proteção e Defesa Civil

Portanto, os conflitos de ideias sobre a associação e o poder público, e sobre os interesses (presentes nos dramas apresentados), entre o poder público e os moradores, apresentaram construções de categorias de forma mais dinâmica, além de valores reafirmados ou reformulados a partir desses conflitos, impulsionados, em muitos momentos, pela tragédia, o que mostra que a mesma também afetou percepções ligadas aos conflitos e dramas.

### **3.4 - A Construção de uma Tragédia:**

O evento crítico em si e os fatores que contribuíram para sua manifestação, como a vulnerabilidade social e econômica, também apontam uma visão negativa sobre o poder público em geral.

Essa questão da vulnerabilidade social e econômica das regiões afetadas, somam-se às possibilidades de um irrompimento de desastres, como construídos historicamente, como atesta Virgínia Acosta:

*“El dominio que mantuvo la perspectiva que insistió por décadas en explicar a los desastres como resultado de factores externos, entre los cuales la amenaza natural resultaba ser determinante, sólo empezó a modificarse cuando confluyeron una serie de factores, entre los cuales uno de los más importantes fue el que se realizaron estudios empíricos en realidades distintas a aquéllas de las que se había desprendido el modelo hasta entonces dominante. Sólo así se evidenció que en su gran mayoría los desastres no eran resultado de procesos externos sino internos, y que en particular en ciertas regiones del planeta, particularmente aquéllas ubicadas al sur del mismo, las condiciones de existencia materializadas en una creciente vulnerabilidad social y económica, son las principales responsables de los desastres ocurridos” (ACOSTA, 2004:128).*

A autora também apresenta uma importante consideração ao explicar o que são desastres: o cuidado necessário para não os confundir com fenômenos naturais (Ibidem:129), já que estes últimos são os feitos da natureza, e os desastres são principalmente as

---

<sup>65</sup> O Núcleo de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC), instalado no bairro de Córrego D'Antas (Nova Friburgo, RJ), conta com o apoio e trabalho de muitos moradores. Conta ainda com uma UPC (Unidade de Proteção Comunitária) instalada no bairro, com monitoramento e plantão de moradores. O projeto Mãos à Obra, ligado ao INEA e UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), é um programa que tem como objetivo capacitar gestores, técnicos, jovens lideranças do bairro por meio de cursos ligados a desastres, meio ambiente e assuntos relacionados. Ele mobiliza muitos jovens do bairro. Ambos os projetos têm apoio de grande parte da comunidade e estiveram presentes e colaborando em muitos momentos do campo, como as reuniões dos moradores para o planejamento do bairro, a Ação Global, simulações de alerta às chuvas no bairro, etc.

consequências ocasionadas a partir dos primeiros, constituídos pelo momento em que se instaura todo o desenrolar dos acontecimentos. Assim como Valêncio afirma sobre a revelação do desastre através (e não por causa) das chuvas, como afirmado no primeiro capítulo (2004:73). A socióloga vai além e diz que *“O desastre, no Brasil, é a estrutura social e como a mesma define a ocupação do território”* (Ibidem:73-74).

Os desastres, portanto, são cada vez mais ligados a fatores sociais, históricos e econômicos, determinantes aos riscos e vulnerabilidades sociais. Se encontram cada vez menos ligados às ações da natureza e, no caso do Brasil e América Latina, cada vez mais crescentes, como demonstram muitas pesquisas:

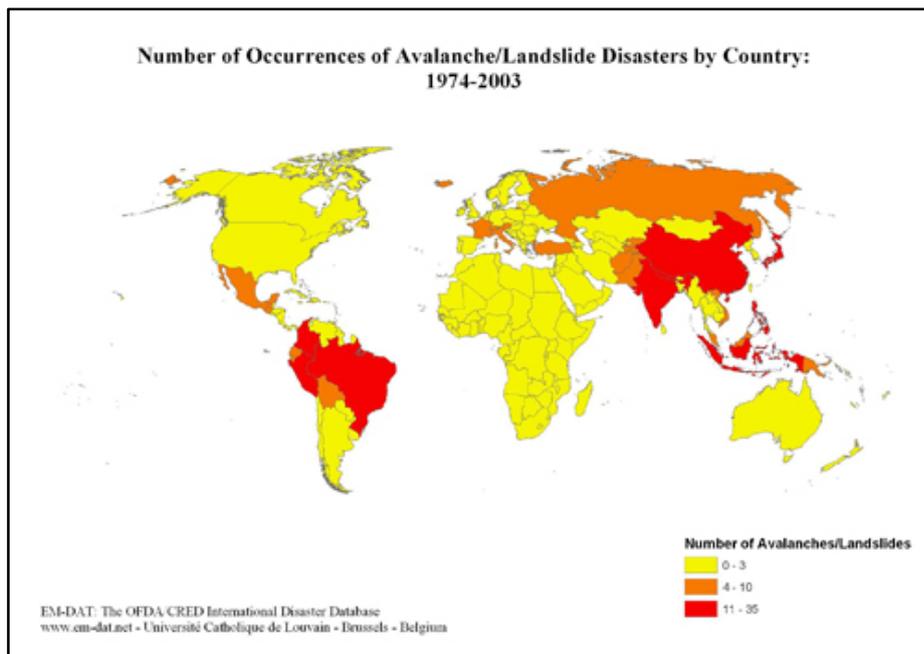
*“procesos crecientes de vulnerabilidad que se han desarrollado en América Latina a lo largo de su larga historia [los cuales] muestran que las amenazas de orden natural han provocado desastres siempre en asociación con ellos”* (Acosta, 2008:13).

Segundo dados EM-DAT, o Banco de Dados Internacional do CRED<sup>66</sup>, além de crescentes, é possível perceber que especificamente no Brasil, as ocorrências estão ligadas, na sua maioria, a deslizamentos de terras e cheias dos rios, como atestam as seguintes figuras:

---

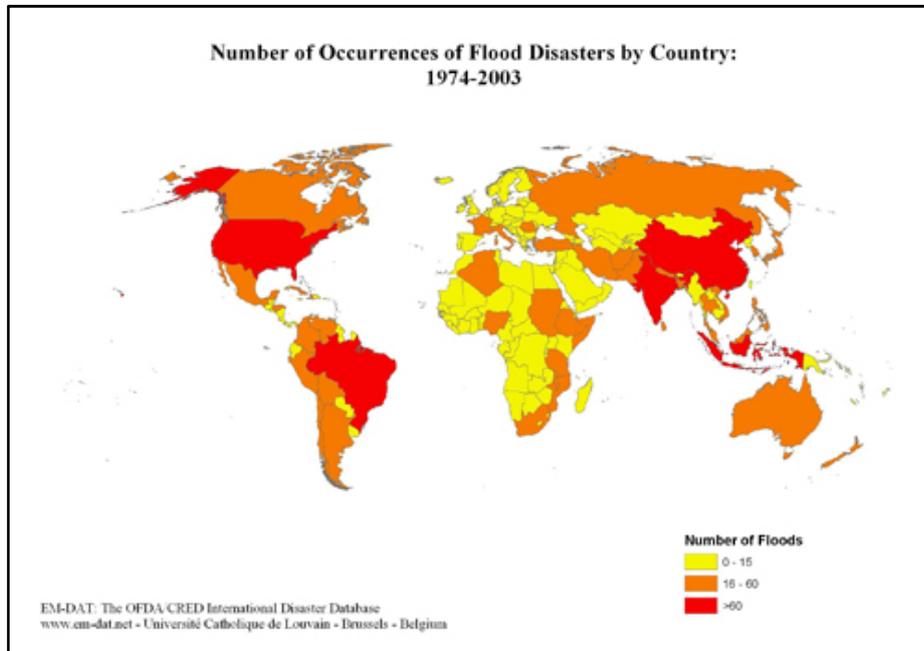
<sup>66</sup> Centro de Investigação sobre a Epidemiologia de Desastres - A EM-DAT consiste numa base de dados com mais de 18 000 grandes desastres ocorridos em todo o mundo desde 1900. Um dado fenómeno é considerado um desastre quando se verifica pelo menos uma das seguintes situações: 10 ou mais pessoas são dadas como vítimas mortais; 100 ou mais pessoas são registradas como afetadas; é emitida uma declaração de estado de emergência; é feito um pedido de ajuda internacional. A base é mantida pelo Centro de Pesquisa em Epidemiologia de Desastres, na Escola de Saúde Pública da Universidade Católica de Louvain, localizada em Bruxelas, na Bélgica. O referido Centro conta com a colaboração de agências não-governamentais, agências noticiosas e de seguros para manter a base atualizada.

**Mapa 3.1: Desastres por avalanches ou deslizamentos de terra (1974-2003)**



Fonte: EM-DAT

**Mapa 3.2: Desastres por inundações (1974-2003)**



Fonte: EM-DAT<sup>67</sup>

<sup>67</sup> As figuras estão disponíveis em <http://www.emdat.be/maps-disaster-types> (acessado em 20/03/2015).

Como é possível visualizar nos mapas, o Brasil está com os maiores índices de deslizamentos e inundações na América Latina, o que permite estabelecer reflexões sobre o porquê dessa condição e os necessários caminhos de prevenção e medidas de diminuição dos riscos e vulnerabilidades ligados a esses fenômenos. Já que as chuvas são muito mais difíceis de conter, que se evitem os riscos e as vulnerabilidades sociais crescentes.

*“En segundo lugar, y derivado de lo anterior, reconocer que los desastres son procesos resultantes de condiciones críticas preexistentes en las cuales la vulnerabilidad acumulada y la construcción social del riesgo ocupan lugares determinantes en su asociación con una determinada amenaza natural. Como procesos, los desastres son sujetos a un ineludible análisis histórico” (ACOSTA, 2004:129).*

No caso da região serrana do Rio de Janeiro, alguns pontos podem ser evidenciados como condições críticas preexistentes. No primeiro relatório do CREA-RJ<sup>68</sup> sobre a tragédia da região serrana, seis meses depois, o conselho taxou o desastre como uma *“tragédia anunciada”* (CREA-RJ, 2011), prevenindo ainda sobre possíveis novas chuvas intensas e considerando que a região serrana ainda se encontrava muito fragilizada.

O conselho, em relatório um ano após as chuvas de 2011, pontuou vários aspectos contribuindo para os riscos e vulnerabilidades:

*“Constatamos também que, em várias áreas da Região Serrana, está havendo o processo de ocupação desordenada do solo, em geral para atividades agrícolas e de pecuária nas áreas rurais e para a construção de habitações irregulares (em grande parte de baixa renda e sem infraestrutura de saneamento e proteção de talude) nas áreas urbanas, no centro e periferia das cidades. Assim há ainda ocorrência de desmatamentos em áreas de preservação permanente (topos de morro, taludes de encostas com inclinação acima de 45 o e faixas marginais de proteção de rios), revelando um total descumprimento do que prevê o Código Florestal Brasileiro. Isso se dá por possível negligência das Prefeituras locais, além de outras razões, o que gera o aumento da impermeabilização do solo e agrava os processos erosivos na bacia hidrográfica, maximizando ainda mais a ocorrência de eventos críticos de deslizamentos de encosta e enchentes na região” (CREA-RJ, 2012:2).*

O Ministério do Meio Ambiente também pontuou aspectos responsáveis pela construção dos riscos e vulnerabilidade em seu relatório:

---

<sup>68</sup> Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro.

*“Não só em Nova Friburgo, mas em toda a região observa-se que grande parte das áreas afetadas por deslizamentos, são áreas que sofreram algum tipo de intervenção humana como a construção de estradas, edificações diversas, desmatamento ou queimadas. O geólogo Álvaro Rodrigues dos Santos esclarece que ‘a ação do homem mexendo com essas áreas tão instáveis - desmatando, cortando, fazendo aterros, lixões, fossas de infiltração - potencializa toda essa instabilidade e pela presença humana torna essa instabilidade trágica, porque o escorregamento ou vários escorregamentos têm, infelizmente, a propriedade de soterrar pessoas” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2011).*

Outros fatores são também responsáveis para a construção de vulnerabilidades, como apresentado por Acosta:

*“Los desastres ocurren, de manera inevitable, en el contexto de un patrón histórico de vulnerabilidad, evidenciado por la ubicación, la infraestructura, la ideología dominante, la organización sociopolítica, y los sistemas de producción y de distribución existentes. La vulnerabilidad social constituye el elemento central en los procesos de desastre” (Virginia Acosta, 2004:130).*

Além das questões ditas ideológicas e sociopolíticas, o planejamento público ou sua escassez contam como aspectos inseridos nessa análise de desnaturalização dos desastres. Norma Valêncio acrescenta responsabilidades no corpo técnico e político, que historicamente foi relegando preocupações com os processos ambientais (2004:67-68), deixando de lado a necessidade de refletir sobre como esses fenômenos poderiam se tornar ameaças aos cidadãos, o que acabou ocorrendo.

Soma-se a esses aspectos a falta de suposição de que *“certos elementos tidos como infraestruturais do progresso tornar-se-iam componentes importantes de ampliação do risco da população quando exposta a dados fatores de ameaça, inclusive ameaça natural” (Ibidem:68).*

Para Valêncio, essa falha na organização e planejamento públicos se dá pela baixa reflexividade da modernidade, tomando a reflexividade de Giddens como referência de uma consequência da pós modernidade. Esse conceito vem da ideia de que vivemos em um mundo cada vez mais reflexivo, permeado de crítica ativa e auto verificação.

A modernidade reflexiva envolveria um processo de destradicionalização, no qual a tradição tem seu status reformulado e quando ela é constantemente contestada. E essa dinâmica *“reflexividade”* é recorrente devido às incertezas, imprevisibilidade e risco que corremos cada vez mais (ou em alguns casos pensamos correr).

Para Valêncio, a partir de Giddens, as sociedades de risco, portanto, apresentam baixa “*reflexividade*” da modernidade:

*“Segundo o autor (1991:111), ‘em condição de modernidade, os perigos que enfrentamos não derivam mais primariamente do mundo da natureza’, pois os mesmos teriam sido superados/controlados pelas formas materiais propiciadas pelo conhecimento perito. O que assistimos, entretanto, é a uma baixa reflexividade da modernidade intensificando os riscos revelados por fenômenos naturais no lugar. Isto é, assistimos, no Brasil, a um ambiente criado, tornando-se um ambiente mais susceptível aos perigos da chuva” (VALÊNCIO, 2004:72).*

O ambiente criado a que se refere a autora tem como elementos limitantes não o conhecimento tradicional, mas o conhecimento perito com “*condutas tradicionais, sacerdotais*”, com “*compartimentos estanques*” de conhecimento (VALÊNCIO, 2004:72). Soma-se a estes meios, problemas como constrangimentos burocráticos, desvios de finalidades, falta de condições técnicas e interesse político das autoridades municipais e de outras esferas, e falta de equidades nas oportunidades recuperativas das famílias de cidades afetadas (muitas vezes apenas trabalhadores formais tem direito às medidas de recuperação, e supõe-se que estes estão dispostos a abrir mão de sua poupança pessoal para isso, por exemplo, conforme ocorrido em 2011, a retirada do FGTS), alto custo na recuperação das cidades afetadas (Ibidem:78), entre outros.

No caso de Nova Friburgo e do Córrego D’Antas, algumas situações descritas puderam apresentar mais elementos que demonstram a construção social de vulnerabilidades e, ainda, a persistência dos problemas ligados à tragédia, como a não consideração por parte de órgãos públicos dos saberes locais, da participação dos moradores nas decisões (o caso do CAO e do aterro sanitário assim o demonstram), a não resolução de problemas sociais, a falta de investimento na reconstrução (no início devido às irregularidades e desvios de dinheiro), a falta de diálogo, os conflitos entre discursos, entre usos e entendimentos de categorias. A falta de prevenção e ainda a falta de organização logo após as chuvas demonstraram a escassa percepção e reconhecimento dos riscos por parte do Estado e suas instituições.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, tive a intenção de descrever e analisar a participação dos moradores do bairro Córrego D'Antas, localizado na cidade de Nova Friburgo, a partir da sua associação de moradores, em sua luta pela reconstrução do bairro e de suas vidas, nos anos subsequentes ao desastre natural de 2011. A análise buscou tomar a perspectiva da Antropologia da Política, encontrando-se esta entrelaçada a outros aspectos da vida, e não isolada em sistemas ou esferas.

Esta descrição da participação de alguns moradores na associação do bairro buscou abarcar as suas experiências e visões sobre o universo da política, além do que pensam sobre a própria associação de moradores, dentre outros elementos e aspectos associados por eles à ideia de política e participação. O trabalho, portanto, constituiu-se um tanto de mapeamento de elementos ainda não estudados e observados sobremaneira à época da pesquisa de campo.

Ao chegar ao campo e ao longo do mesmo, foram visíveis e recorrentes os acionamentos da categoria tragédia e da sua memória, impregnados na vivência cotidiana das pessoas, no 'morar' e 'viver' das mesmas no bairro, nas suas interações e sociabilidades, muitos dos quais reformulados e ressignificados. Muitas modificações ocasionadas com as chuvas encontravam-se relacionadas às mudanças e reformulações de valores, ideias e práticas, assim como às reafirmações de outros.

Primeiramente, a tragédia se mostrou muito presente a partir da percepção imagética do bairro enquanto lugar-trauma. A forma como as imagens do caos, dos resgates, do cenário destruído do bairro e dos mutirões, em 2011, foram acionadas por alguns moradores nas entrevistas, ou no próprio site da associação de moradores, traz reflexões sobre essa percepção e sobre como essas imagens puderam servir de um recurso para sensibilização e engajamento, seja para os próprios moradores, ou para quem é de fora do bairro, como pesquisadores, mídia, órgãos e gestores públicos.

As imagens do bairro ao longo do campo (já em 2014), muitas captadas a partir de recursos fotográficos e apresentadas neste trabalho, somadas a diversos fatores problematizados, apontam também para as representações sobre a política institucional oficial.

Imagens de escombros de casas demolidas, e ainda não retirados da vizinhança ou, ainda, da "pinguela" improvisada em 2011 pelos moradores e em 2014 ainda utilizada pelos mesmos devido à queda de uma ponte no ano do desastre (e somente reconstruída no final de

2014) permitem uma conexão da visão sobre o poder público municipal como distante do bairro, ausente e muitas vezes com interesses e temporalidades desconexas dos moradores.

Imagens de casas marcadas ao longo do bairro, consideradas em áreas de risco ou em áreas para desapropriação devido ao projeto de parque fluvial do INEA, por exemplo, não demonstram ausência, mas uma presença negativa do governo estadual no bairro (e mais especificamente do INEA), considerado por muitos moradores ao longo da observação como uma das instituições que não contemplam interesses e direitos dos moradores, ao pressionarem os mesmos em momentos de dor e trauma.

Além da questão imagética, outros apontamentos podem ser somados ao envolvimento e engajamento dos moradores na reconstrução do bairro, como o “resíduo histórico” das lutas anteriores ao desastre de 2011 existentes no bairro, relacionadas às gestões anteriores da associação de moradores. As lideranças antigas do bairro, as famílias e atores que de alguma maneira contribuíram com a construção do bairro e as memórias relacionadas aos mesmos foram valorizadas e acionadas nessa luta pela reconstrução.

Além das memórias apresentadas, as demandas e problemas ocasionados a partir das chuvas de 2011, e a forma como eram sinalizados nas reuniões, conversas e entrevistas, também apontam a presença expressiva e corriqueira do desastre na vida dos moradores apresentados neste trabalho, os quais lidaram de forma a reconhecê-los como problemas públicos e a partir destes foram para a esfera do associativismo para resolvê-los (e não para outros caminhos).

A partir destas primeiras colocações, algumas considerações podem ser feitas ao final deste trabalho. Uma primeira seria problematizar a questão dos desastres, apresentando o de 2011 como um evento dinâmico e social, que trouxe à tona uma multiplicidade de atores, especialistas, intermediários, decretos e leis, siglas, instituições, definições administrativas, entre outros.

No caso da presente pesquisa, o desastre está ligado à categoria tragédia - vivenciada e divulgada pelos moradores do Córrego D’Antas – mostrando que os desastres estão muito mais ligados às condições simbólicas e sócio-históricas, tornando-se, assim, eventos críticos no sentido de Veena Das (1995).

A partir das transformações repentinas trazidas para a vida dos moradores, seu cotidiano foi afetado, além do cenário em que viviam e transitavam. Valores como cooperação, humildade e amizade; conceitos como vizinhança, problemas públicos e coletividade; além dos desejos, necessidades, sociabilidades e ações, como a participação na

reconstrução, também foram ressaltados e repensados, o que constitui outras consequências do desastre de 2011.

Todo esse desenrolar descrito permitiu concluir que os desastres também podem ter sua existência relacionada a fatores como sociabilidades, interesses e vivências específicos. Além destes, existem também condições que contribuem para a ocorrência dos mesmos, como a construção social dos riscos e das vulnerabilidades, já que se sabe que os mesmos não podem ser explicados e analisados unicamente pela via dos fenômenos da natureza.

No caso da presente pesquisa, o próprio acionamento de sua categoria pelos moradores já assinala seu caráter histórico-social, assim como a construção social de certas concepções e outras categorias como risco, vítimas, indenização justa, direitos, entre outras – apropriadas e agenciadas de maneiras diversas pelos atores.

Os desastres, portanto, constituem os riscos que os antecedem, seus contextos e suas consequências. As várias mudanças ocorridas no bairro e na vida das pessoas mostram como a tragédia afetou variados aspectos da vida destas, como a participação na associação de moradores, como os próprios puderam afirmar.

Há que se levar cada vez mais em conta o caráter histórico e social dos riscos, das vulnerabilidades e, portanto, dos desastres, sob o risco de não cair numa aceitabilidade e naturalização dos mesmos, o que não contribui para pensá-los ou até mesmo para evitá-los.

Ainda é possível assinalar que os desastres - especificamente o desastre de 2011 no Córrego D'Antas – também são dinâmicos, ao pensar que a tragédia, para os moradores, trouxe, além de sofrimentos e efeitos negativos e traumáticos, experiências e consequências positivas, como novas sociabilidades, engajamentos, saberes e percepções que tomam como importantes e positivas. Um exemplo dessas novas percepções é a ideia de vizinhança.

As pessoas eram vizinhas antes de 2011, mas o que as fez perceber isso de outra maneira, ou, ainda, como afirmam alguns moradores, o que as fez pensarem que não estavam sozinhas e que umas precisavam das outras foi a experiência traumática coletiva. A partir de várias situações, a tragédia de 2011 trouxe novas ou reformuladas sociabilidades e visões sobre estas.

A entrada de alguns moradores na associação do bairro após o desastre de 2011 foi tratada como um caso privilegiado, que permitiu perceber a transformação de problemas individuais em problemas públicos, e a aproximação de alguns moradores mais diretamente na associação e nas arenas públicas.

As demandas e problemas colocados pelos moradores, evidenciados a partir da segunda parte da dissertação, como as obras, indenizações, escola e creche, mutirão da ponte,

revisão do Plano Diretor, dentre outros, contribuíram também para apresentar a dinâmica das estratégias utilizadas pelos residentes através da associação de moradores, como os processos de publicização e os vínculos de proximidade, além de apresentar a percepção destes a partir destas estratégias sobre o papel da associação e os vínculos e relações desta instituição no bairro com os próprios moradores e com o poder público, seja ele local ou na esfera estadual.

Sob a descrição e análise de mais situações, a última parte do trabalho pretendeu problematizar as ideias e conceitos dos moradores sobre o que os mesmos tomam por política.

Foram muitas as falas ligando a política a uma institucionalidade partidária, também como algo distante dos interesses da comunidade e, conseqüentemente, ligando a associação a uma presença necessária no bairro, importante para a luta pelos interesses e direitos dos moradores, ainda que em muitos momentos essa luta seja trabalhosa para esta instituição.

Foi possível também perceber acionamentos e reformulações de categorias como ‘luta’ e ‘direitos’, ligados por alguns moradores às necessidades da comunidade e que muitas vezes são interceptados por questões dessa política tida como negativa.

Uma conclusão evidente, a partir desta última parte é sobre como o Estado, além da sua falta de reflexividade no que concerne a um desenvolvimento e conhecimento acerca dos desastres naturais, sua prevenção e medidas necessárias, encontra-se, em muitos momentos, com uma temporalidade e estratégias adotadas de forma descolada da temporalidade das vivências, experiências e demandas urgentes dos moradores, o que demonstra o caráter reflexivo inicial deste trabalho sobre as ações das instituições públicas nesses tipos de eventos – apesar da ênfase na análise ter sido dada aos moradores e à associação.

Apesar da afirmação de que o evento crítico trouxe novas modalidades de ação, este também permitiu observar práticas estatais já conhecidas, o que faz concluir que o desastre, portanto, apesar de configurar um caso inesperado e extremo, pôde também apresentar normalidades acerca da vida das pessoas e recorrências das práticas estatais (como as temporalidades e interesses descolados), como as “janelas da normalidade” criadas a partir dos eventos críticos.

Sobre o Estado, ainda, foi possível perceber uma visão humanizada do mesmo em alguns momentos, seja quando membros da associação e até mesmo representantes políticos tomam as ações estatais como “ajuda”, ou ainda, quando um gestor afirma que o Estado tem que ser “duro”, e que “sofre”. Esses sentidos demonstram um distanciamento em alguns momentos da ordem burocrática e objetiva, apesar das estratégias afinadas com as leis e a burocracia que os moradores buscavam em muitos momentos.

Outra conclusão, apresentada nesta parte do trabalho, está ligada à associação de moradores. Ao longo desta dissertação, foi possível refletir sobre como esta instituição no bairro foi pensada e principalmente vivenciada de maneiras variadas, por atores com experiências e demandas diversas, o que permite concluir o caráter heterogêneo e combinado dela, ao pensá-la como organização compósita. Os processos de negociação da associação com diversas agências do estado também evidencia este caráter diverso.

Ancorando-se nesta consideração, é possível passar para a confirmação de que a associação de moradores no bairro Córrego D'Antas foi um meio de sociabilidade e de socialização no processo de reconstrução do bairro na tragédia de 2011 e nos anos subsequentes, oferecendo universos simbólicos, saberes, memórias, trocas de experiências, diálogos, conflitos, relações de cooperação, movimentos, ações de resistência e luta, e tantas outras pistas para uma análise processual e pragmatista das atividades micropolíticas (e microcívicas).

O próprio processo de participação e reconstrução a partir desta instituição - com o reconhecimento dos problemas, os engajamentos, as reuniões, os dramas e conflitos e todas as ações de “luta” por melhorias no bairro - foi um elemento fundante na construção desse universo social. As reuniões do grupo gestor, por exemplo, ilustram essa questão, na medida em que foram espaços de trocas de argumentos, de sofrimentos e problemas, de estratégias e vitórias.

*“Uma análise pragmatista das atividades microcívicas e micropolíticas em uma arena pública é, assim, proposta em substituição à análise estratégica num mercado político ou à análise argumentativa numa esfera deliberativa. A política local não se deixa compreender senão no seu local concreto, com seus parâmetros sociais, espaciais e temporais. Como uma história que se desdobra em seus episódios e peripécias, seus jogos de aliança e frentes de conflito, seus golpes de teatro e seus fracassos. Somente uma abordagem qualitativa que alie observação direta, entrevista não dirigida e análise documental permite compreender como micropúblicos emergem e encontram lugar em conflitos urbanos. Ou seja: como associações nascem para o público” (CEFAÏ, 2011:99-100).*

As atividades micropolíticas observadas a partir, por exemplo, das estratégias usadas pelos atores no processo de luta pela reconstrução, dos momentos de diálogos e conflitos nas reuniões e eventos, e das visões dos moradores - colhidas em conversas e entrevistas – e da mídia e do poder público – observadas em meio documental e a partir dos seus agentes -

foram entendidas através do exame das relações sociais e simbólicas presentes nas arenas públicas em que tomou parte a associação de moradores.

As representações, memórias e categorias construídas pelos moradores sobre o bairro (seu cenário, sua história e seu “histórico de luta”, como percebem os interesses conflitantes que o poder público tem), sobre a tragédia e a política, somadas às ações dos governos ao longo da tragédia, aos dramas vivenciados, aos eventos, diálogos e embates nos quais os moradores, através da associação, participaram, mais as variadas formas de sociabilidades deram o tom da presente pesquisa.

E a partir desta análise, foi possível também concluir que a participação dos moradores (na constituição dos problemas públicos, na entrada da arena pública e no engajamento) e suas visões sobre o mundo da política estão atreladas principalmente a processos simbólicos, sociais, e históricos, do que a padrões de mobilização política, ideologias ou ideais normativos democráticos.

É importante atestar o associativismo a partir de uma interpretação das atividades micropolíticas, que nem permeia a visão das práticas associativas a partir de localismos, corporativismo e pessoalismo, tampouco que as explica necessariamente e somente pela via dos valores normativos, da democracia ou cidadania.

Portanto, ratifica-se até aqui que os comportamentos políticos, como a participação de moradores na luta pela reconstrução de um bairro através da sua associação de moradores, são muito mais relacionais e complexos do que comportamentos tidos como isoláveis e estanques, e que para compreendê-los é necessário que se parta de uma análise micro, e não a partir ou tão somente de grandes esquemas e modelos.

**BIBLIOGRAFIA:**  
**(LIVROS, ARTIGOS, TESES E LEGISLAÇÕES)**

ACOSTA, Virginia García. “**Historia y desastres en América Latina, III**”. coord. Virginia G. Acosta. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social/Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina (La Red), 2008.

\_\_\_\_\_ “**La Perspectiva Histórica em La Antropologia Del Riesgo y del Desastre. Acercamientos metodológicos**”. Relaciones, XXV (97), 2004.

ARAÚJO, Fábio. “**Do Luto à Luta: a experiência das mães de Acari**”. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

BACHELARD, Gaston. “**A Poética do Espaço**” In Coleção “Os Pensadores”. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha ; traduções de Joaquim José Moura Ramos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BARREIRA, Irllys e PALMEIRA, Moacir (orgs.). “**Candidatos e Candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil**”. São Paulo: Annablume, 1998.

BATESON, Gregory. “**Naven : um esboço dos problemas sugeridos por um retrato composto, realizado a partir de três perspectivas, da cultura de uma tribo da Nova Guiné**”. tradução Magda Lopes. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BATESON, Gregory & MEAD, Margaret. “**Balinese Character: a photographic analysis**”. 2. ed. New York: New York Academy of Sciences, 1942.

BECKER, Howard. “**A história de vida e o mosaico científico: Métodos de pesquisa em ciências sociais**”. São Paulo: Hucitec, 1993.

BENITES, Luiz Felipe Rocha. “**Olhando da Ribanceira: Perspectivas de Influência e Vulnerabilidade no Vale do Alto Médio São Francisco**”. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS/Museu Nacional, 2010.

BERREMAN, Gerald. “**Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia**”. In Zaluar, Alba (org.). “Desvendando máscaras sociais”. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, Pierre. “**Compreender**” In Bourdieu , Pierre et alii, “A miséria do mundo.” Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) (acesso em 20/11/2014).

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm)> (Acessado em 04/02/2015).

\_\_\_\_\_ Lei nº 12.608, de 10 de Abril de 2012. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm)> (acesso em 12/02/2015).

\_\_\_\_\_ Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm) (acesso em 20/02/2015).

CAIUBY, Sylvia Novaes. “**A Construção de imagens na pesquisa de campo em Antropologia**”. In Iluminuras, Porto Alegre, v.13, n.31, p.11-29, jul./dez. 2012. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/viewFile/36791/23802>> (acesso em 12 set. 2014).

CEFAI, Daniel. “**Como uma Associação Nasce para o Público: vínculos locais e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse em Paris**” In CEFAl, Daniel et al. “Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa”. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.

CLIFFORD, James. “**Sobre a Autoridade Etnográfica**”. In: “A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX”. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

COLLIER JR, John. “**Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa**”. São Paulo: EPU, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

COMERFORD, John Cunha; BEZERRA, Marcos Otavio. “**Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política**”. Lisboa: Revista Análise Social, 2013.

COMERFORD, John Cunha. “**Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**”. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

CONAMA. Resolução. Resolução de nº 404, de 11 de novembro de 2008. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=592> (acesso em 20/11/2014).

CREA-RJ. Relatório. “**Tragédia na Região Serrana do Rio de Janeiro após decorridos 6 meses**”. CREA-RJ, 2011. Disponível em <http://www.crea-rj.org.br/>.

\_\_\_\_\_ Relatório. “**3º Relatório de Inspeção à Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro**”. CREA-RJ, 2012. Disponível em <http://www.crea-rj.org.br/>.

- DA MATTA, Roberto. “**O Ofício de Etnólogo, ou como Ter ‘Anthropological Blues’**”. In NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- DARNTON, Robert. “**O Grande Massacre de Gatos, e outros episódios da história**”. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DAS, Veena. “**Critical Events. An Anthropological Perspective on Contemporary Índia.**” Delhi: Oxford University Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. “**Sujetos del Dolor, Agentes de Dignidad**”. Bogota: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales (CES), 2008.
- \_\_\_\_\_. “**Violence and the work of time**”. In: Cohen, Anthony. “Signifying identities: anthropological perspectives on boundaries and contested values”. London: Routledge, 2000.
- DOUGLAS, Mary. “**Como as Instituições Pensam**”. (tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. “**Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- \_\_\_\_\_. “**Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota.**” São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. “**Ser afetado**”. *Cadernos de Campo*, Nº 13, ano 14, USP, São Paulo, 2005.
- FORTES, Meyer & EVANS-PRITCHARD, E. E. “**Sistemas Políticos Africanos.**” Lisboa: Calouste Gulbekian, 1981.
- FORTUNE, KIM. “**Advocacy after Bhopal: Enviromentalism, Disaster, New Global Orders**”. The University of Chicago Press: Chicago, 2001.
- GEERTZ, Clifford. “**A Interpretação das Culturas.**” Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- \_\_\_\_\_. “**O saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**”. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GOLDMAN, Márcio. “**Como funciona a Democracia: Uma Teoria Etnográfica da Política.**” Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. “**Micropolítica: cartografias do desejo**”. 8ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- GURAN, Milton. “**Considerações sobre a constituição e a utilização de um corpus fotográfico na pesquisa antropológica**”. In *Discursos fotográficos*. Londrina, v.7, n.10, p.77-106, jan./jun. 2011. Disponível em <

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/viewFile/9215/7841>>

(Acesso em: 18 set. 2014).

\_\_\_\_\_. “**Linguagem fotográfica e informação**”. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

HERZFELD, Michael. “**A Place in History: Social and Monumental Time in a Cretan Town**”. New Jersey: Princeton University Press, 1991.

\_\_\_\_\_. “**Anthropology: Theoretical Practice in Culture and Society.**” USA: Blackwell, 2001.

INGOLD, Tim. “**The Perception of the Environment. Essays in Livelihood, Dwelling and Skill**”. London/New York: Routledge, 2000.

JACKSON, Jean E. - “**I am a Fieldnote: fieldnotes as a symbol of professional identity**”, in Sanjek, Roger (org.) - *Fieldnotes: the makings of anthropology*. Ithaca e London: Cornell University Press, 1990, p. 3-3.

KUSCHNIR, Karina. “**Antropologia da Política**”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

LOGUERCIO, João Francisco Canto. “**Morro do Bumba, Etnografando a Transformação de uma Paisagem sob Múltiplos Olhares: da invisibilidade à tragédia, uma página que não deve ser virada**” 2013. 177f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

MALINOWSKI, Bronislaw. “**Argonautas do Pacífico Ocidental**”. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1976.

MARCELINO, Emerson Vieira. “**Desastres Naturais e Geotecnologias: Conceitos Básicos**”. Santa Maria: INPE, 2007.

MAUSS, Marcel. “**Manual de Etnografia**”. 1ª Edição. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

MICHELAT, Guy. “**Sobre a utilização da entrevista não diretiva em sociologia**” In Thiolent, Michel. “*Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*”. São Paulo: Polis, 1982.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Relatório. “**Área atingida pela tragédia das chuvas da Região Serrana do Rio de Janeiro**”. Ministério do Ambiente e Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília, DF, 2011. Disponível em [http://www.mma.gov.br/estruturas/182/\\_arquivos/relatoriotragediarj\\_182.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/relatoriotragediarj_182.pdf) (acesso em 27/11/2014).

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm) (acesso em 20/11/2014).

NOVA FRIBURGO. Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo. Lei Complementar nº 24 de 2007. Disponível em <http://www.planodiretornf2014.org/#!arquivos-2007/c1h9v> (Acessado em 12/02/2015).

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. “**A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos**”. Revista de Antropologia USP, São Paulo, Universidade de Brasília, v.53, nº 2, p.457, 2010.

PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio. “**Antropologia, Voto e Representação Política**”. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PEIRANO, Mariza. “**A Favor da Etnografia**”. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PETRYNA, Adriana. “**Life Exposed: Biological Citizens after Chernobyl**”. Princeton University Press: New Jersey, 2003.

POLLAK, Michael. “**La gestion de l'indicible**. Actes de la recherche en sciences sociales”. Paris, 1986.

\_\_\_\_\_. “**Memória, esquecimento, silêncio**”. Estudos Históricos, vol. 2, nº 3. 1989.

POUPART, Jean. “**A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas**”. In Poupart et al, “A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos”. Petrópolis: Vozes, 2010.

RIVERS, William H. R. “**O método genealógico da pesquisa antropológica**” In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (org.). “A Antropologia de Rivers”. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1991.

SILVA, Ana Claudia Cruz da. “**Agenciamentos coletivos, territórios existenciais e capturas: uma etnografia de movimentos negros em Ilhéus**”. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro - Museu Nacional, 2004.

TURNER, Victor. “**Dramas, Campos e Metáforas: Ação simbólica na sociedade humana**”. Niterói: EDUFF, 2008.

VALÊNCIO, Norma. et all. “**A produção social do desastre: dimensões territoriais e político institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas**”. *Teoria e Pesquisa*, 2004, pp 67-114.

\_\_\_\_\_. “**Práticas de reabilitação no pós-desastre relacionado às chuvas: lições de uma administração participativa de abrigo temporário**”. In *IV Encontro Nacional da Anppas*. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. “**Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectiva no Brasil**”. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

VELHO, Gilberto. “**Individualismo e Cultura**”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

WOLF, Francis. “**Por trás do espetáculo: o poder das imagens**” em “Muito além do espetáculo” São Paulo: Editora Senac, 2005.

ZENOBI, Diego. “**O Antropólogo como espião. Das acusações públicas à construção das perspectivas nativas.**” IN: Revista Mana, N16(2), 2010.

\_\_\_\_\_ “**Los familiares de víctimas de Cromañón, en la encrucijada del “dolor”:** Emociones, relaciones sociales y contextos locales.” Em *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 9(26), Agosto de 2010.

#### FONTES:

**Agentes da Serra** (<http://agentedaserracd.blogspot.com.br>) (último acesso em 12/11/2014).

**Associação de Moradores do Córrego D’Antas** (<http://corregodantas.org/>) **Censo Demográfico IBGE** (<http://www.ibge.gov.br/home/>) – (último acesso em 29/12/2014).

**EM-DAT** (<http://www.emdat.be/>) – (último acesso em 18/01/2015).

**Jornal A Voz da Serra** (<http://www.avozdaserra.com.br/>) – De 2010 a 2014 (último acesso em 29/12/2014).

**Jornal Fórum Século XXI** (<http://www.forumseculo21.com.br/principal.html>) – (último acesso em 20/02/2015).

**Jornal O Globo** (<http://oglobo.globo.com/>) (último acesso em 29/12/2014).

## ANEXOS:

Anexo 1 – Cartaz de divulgação das eleições e inscrição de chapas da AMCD.

# A Comissão Eleitoral da Associação de Moradores de Córrego d'Antas

Convida os moradores e moradoras do bairro à **inscreverem suas chapas** para concorrerem na

**Eleição para a Diretoria da Associação e  
Conselho Fiscal, que farão a gestão no triênio  
2014/15/16**

As chapas para diretoria deverão ser compostas com candidatos à Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros, Diretor de Patrimônio, Diretor de Obras e Mutirões, Diretor Social, Diretor de Relações Públicas e Diretor de Divulgação.

O Conselho Fiscal deverá ser formado por três titulares e três suplentes.

As inscrições deverão ser realizadas até às 17 h do dia 25 de Abril, entregando-se a lista com nome, endereço, RG e CPF dos componentes da chapa à Roberta Lima, na Distribuidora Lima, em horário comercial. As inscrições serão repassadas à presidente da Comissão Eleitoral, Raquel Matos, que fará a validação e entrará em contato com os candidatos.

Exerça a sua cidadania!

**PARTICIPE!!!**

**Anexo 2 - Decisão judicial suspendendo o decreto limitativo do Estado em Petrópolis  
(enviado por Sandro aos membros da associação no dia 15/04/14)**

Processo nº: 0004704-37.2014.8.19.0042

Tipo do Movimento: Decisão

Descrição:

Trata-se de Ação Civil Pública, proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em face do ESTADO DO RIO DE JANEIRO e do INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, onde pretende, no mérito, a declaração de nulidade do Decreto Estadual nº 44.520 de 12 de dezembro de 2013, haja vista a existência de vícios nos elementos - motivo e finalidade - e, liminarmente, a suspensão dos seus efeitos e, por conseguinte, a restauração integral dos efeitos do Decreto Estadual nº 43.415 de 10 de janeiro de 2012, dentre outras providências. Alega o autor, em breve síntese, que instaurou o Inquérito Civil 17/12-P-MA com o escopo de apurar as questões sociais do Vale do Cuiabá e adjacências provocadas pela tragédia que assolou a região serrana no dia 12 de janeiro de 2011, onde o elevado índice pluviométrico ocasionou o deslizamento de encostas e o transbordamento de vários rios na região, implicando em inúmeras perdas humanas e materiais, sobretudo na destruição total ou parcial de grande número de residências. Argumenta, ainda, que após o cadastramento de todas as vítimas da fatídica tragédia natural, os réus iniciaram, com base Decreto Estadual nº 44.520 de 12 de dezembro de 2013, a negociação para realocação das famílias atingidas pela catástrofe, valendo ressaltar, conforme revelam os documentos que instruem os autos, que das 829 famílias cadastradas, 401 optaram por uma das modalidades facultadas pelo referido decreto, já tendo sido indenizadas 127 famílias. Ocorre que, no decorrer das negociações, o Estado do Rio de Janeiro aprovou o Decreto nº 44.520 de 12 de dezembro de 2013, passando a estabelecer diretrizes específicas para as situações decorrentes da já citada tragédia natural ocorrida na Região Serrana, mas, segundo o autor, em flagrante prejuízo das vítimas que ainda não haviam aderido a uma das modalidades de realocação oferecidas pelo decreto

anterior, em especial por entenderem que os valores oferecidos a título de indenização e/ou compra assistida encontravam-se defasados, muito aquém do preço atual de mercado, sendo certo que o atual modelo apenas faculta a opção por unidades habitacionais, que, conforme alegado pelo autor, a despeito de ainda não terem sido efetivamente entregues às vítimas que fizeram opção por tais unidades, sequer conformam condições dignas de habitação. Breve Relatório. Concisa Decisão. É cediço que o deferimento do pedido liminar exige a presença do *fumus boni juris* e do *periculum in mora*. Em sede de cognição sumária, não tenho dúvidas que os pedidos liminares merecem ser acolhidos, posto que presentes os requisitos para sua concessão. Quanto a fumaça do bom direito, a despeito da existência ou não de vícios nos citados elementos formadores do ato administrativo impugnado, posto não ser possível aferi-los sem antes imergir em cognição exauriente, entendo que a manutenção dos efeitos do Decreto nº 44.520, além de outros princípios constitucionais, ofende, em especial, o princípio da isonomia. Com efeito, há nos autos comprovação de que as negociações, ultimadas pelo Estado do Rio de Janeiro e pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente - INEA, iniciaram-se com base no Decreto nº 43.415, onde, além da opção por moradias no local, mediante a disponibilização de unidades habitacionais construídos na forma do programa minha casa minha vida (=ou similar), poderiam as vítimas optar pela indenização das benfeitorias, compra assistida, auxílio financeiro para quitação antecipada de financiamentos ou o recebimento de aluguel social até reassentamento definitivo. Neste contexto, não há dúvidas de que a edição de novo decreto, no qual se restringe as faculdades ofertadas no decreto anterior, pondo a disposição daqueles que discordaram dos valores oferecidos a título de indenização apenas a opção pelo recebimento de unidade habitacional, viola flagrantemente o postulado constitucional da isonomia. In caso, revela-se incabível o tratamento desigual das vítimas de uma mesma catástrofe natural, posto que não há distinção na relação jurídica que ampara as suas pretensões, sendo irrelevante o fato de umas terem acordado de pronto e outras terem se insurgido contra as condições propostas. Por outro lado, o *periculum in mora*, reside na probabilidade de dano irreparável ou de difícil reparação que resultará da manutenção dos efeitos do Decreto nº

44.520, já que, como dito, este restringe as opções de escolhas das vítimas, afastando-as de uma solução que, ao menos, se aproxime do sentimento de justiça quanto à reposição das perdas materiais. Assim, acolhendo a postulação, DEFIRO o pedido liminar e DETERMINO que o Estado do Rio de Janeiro e o Instituto Estadual do Ambiente - INEA: i) se abstenham, tão logo intimados desta decisão, de aplicar o regramento inserto no Decreto Estadual nº 44.520 de 12 de dezembro de 2013, voltando a aplicar nas negociações o regramento do Decreto Estadual nº 43.415 de 10 de janeiro de 2012; ii) que tragam aos autos, no prazo de 30 dias, a planilha das negociações celebradas nos termos do Decreto Estadual nº 43.415, indicando, de forma pormenorizada, a opção feita por cada aderente; iii) que tragam aos autos, no prazo de 30 dias, na hipótese de terem sido realizadas negociações nos termos do Decreto nº 44.520, a respectiva planilha; e, iv) que prossigam nas negociações com base no Decreto Estadual nº 43.415, anotando-se que eventual conduta refratária em relação a algumas das condutas aqui fixadas será sancionada com multa automática que fixo em R\$ 50.000,00 para cada descumprimento. Outrossim, considerando o conteúdo do penúltimo parágrafo da motivação que deu ensejo a edição do Decreto nº 44.520, exatamente aquele que diz: 'que, até o término do exercício relativo ao ano de 2014, estarão prontas novas unidades habitacionais suficientes para a realocação da demanda atual de moradores cadastrados no programa de realocação;', DETERMINO, de ofício, que os réus traga aos autos, no prazo de 30 (trinta) dias, o cronograma de construção e entrega das unidades habitacionais necessárias à realocação de todas as famílias cadastradas no programa, sob pena de incidência da multa acima fixada. Por fim, ante a natureza sigilosa dos dados concernentes à negociação realizada entre as famílias vitimadas e os requeridos, acolho o pedido anotado no item 6 dos pedidos liminares e DECRETO o segredo de justiça. CITEM-SE e INTIMEM-SE, em diligência encetada por OJA. -----

Disponível em

<http://www4.tjrj.jus.br/consultaProcessoWebV2/popdespacho.jsp?tipoato=Descr%E7%E3o&numMov=1&descMov=Decis%E3o#> (acessado em 15/10/2014).

### **Anexo 3 – Estatuto da Associação de Moradores do Córrego D’Antas**

## **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES**

### **Título I**

#### **DA DENOMINAÇÃO, FINALIDADE E DURAÇÃO**

**Art. 1º** - A Associação de moradores do Bairro de Córrego d’Antas, inscrita no CNPJ sob o nº 30.177.190/0001-88, é uma associação civil declarada de Utilidade Pública, Lei municipal Nº 2.799, de 02/05/1996, de fins não econômicos, sectarismos de ordem política, social, étnica ou religiosa, com sede, sito a Rua Luiz Schottz, 295, bairro Córrego d’Antas, cidade de Nova Friburgo, estado do Rio de Janeiro, e foro nesta mesma cidade.

Parágrafo Único – A Associação terá tempo de duração indeterminado, podendo ser extinta por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária especificamente convocada para esse fim.

**Art. 2º** - São finalidades específicas da Associação:

- a) Lutar por melhores condições para o bairro, trazendo seus moradores a esta participação, incentivando e fortalecendo o espírito comunitário;
- b) Zelar pelos interesses de âmbito geral dos sócios e tomar medidas acauteladoras dos seus direitos;
- c) Pugnar por todos os meios legais, junto aos poderes públicos, pela melhoria das condições de vida e habitação da comunidade local, planejando e ajudando na execução de obras que estiverem no limite da Associação e sejam de interesse coletivo; no aspecto social, urbano, econômico, educacional, cultural e recreativo;
- d) Instituir e executar programas de ação visando a preservação do meio ambiente e recursos naturais, bem como do patrimônio histórico e cultural da região;
- e) Incentivar e criar, dentro de suas possibilidades, órgãos de atividades educativas, esportivas, sociais, recreativas e culturais;
- f) Cooperar, apoiar e filiar-se a entidades legais, congêneres e a fim de poder melhor defender as reivindicações da Comunidade;
- g) Organizar e manter os serviços de assistência geral e apoio do interesse da comunidade;
- h) Promover palestras, seminários, simpósios e toda sorte de evento que vise propiciar melhor nível de informação para seus associados.

- i) Lutar pela união dos bairros que enfrentam problemas iguais, aumentando a força de todos, contribuindo para a solução dos problemas do município, como um todo;
- j) Apoiar movimentos e associações de moradores que lutem por melhores condições de vida e trabalho;
- k) Representar a comunidade perante as autoridades Municipais, Estaduais e Federais;
- l) Estimular entre os associados o espírito comunitário, a prática da legalidade, o civismo, isto tudo através de incentivo da cultura, do esporte e demais atividades cívicas e culturais.

**Art. 3º** - A associação será representada ativa e passivamente, em juízo e fora dele, pelo seu presidente e, na ausência deste, pelo vice-presidente, desde que devidamente autorizado.

**§ 1º** A associação, na prerrogativa de substituta processual nas ações coletivas e nos interesses e direitos coletivos e/ou individuais homogêneos dos moradores da associação, protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor, pode agir em nome de seus associados em ações judiciais e extrajudiciais.

**§ 2º** A liquidação e execução de sentença poderá ser promovida pela Associação, conforme poderes conferidos no parágrafo anterior, somente com autorização de assembléia.

**Art. 4º** - A associação é constituída dos seguintes órgãos administrativos:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal;

## **Título II**

### **DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO**

#### **Capítulo I**

##### **Da Assembléia Geral**

**Art. 5º** - A Assembléia Geral é o órgão máximo da Associação, sendo constituída por todos os sócios admitidos e legalmente registrados na Associação, em gozo de seus direitos sociais.

**§ 1º** A Assembléia Geral poderá ser convocada, em caráter ordinário ou extraordinário, por publicação na imprensa e demais meios de divulgação disponíveis, sempre com antecedência mínima de 8 (oito) dias. Em primeira convocação, A Assembléia Geral só deliberará com a

presença mínima de um terço de seus associados, e em segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois, com qualquer número.

§ 2º Compete à Assembléia Geral:

- a) Trienalmente, na primeira quinzena do mês de abril, eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal da Associação;
- b) Conhecer, discutir e julgar relatórios da Diretoria sobre suas atividades e suas contas;
- c) Traçar planos comuns de ação objetivando a melhoria do bairro, bem como o levantamento de reivindicações a serem encaminhadas às Autoridades Públicas;
- d) Decidir sobre os casos omissos deste Estatuto;
- e) Destituir a Diretoria;
- f) Reformar o Estatuto.

§ 3º A Assembléia Geral Ordinária, será convocada de seis em seis meses, para conhecimento, discussão e deliberação sobre o relatório da Diretoria e a prestação de contas (estas anualmente), convocação esta de iniciativa da Diretoria. Aos associados, em percentual de 1/5, competirá também promover a convocação da assembléia Geral Ordinária, caso o Presidente e todos os seus substitutos, tenham abandonado seus cargos.

§ 4º A Assembléia Geral Extraordinária, será convocada para atendimento de situações de urgência, competindo tal convocação, à Diretoria, através do Presidente ou do Presidente do conselho Fiscal, ou por 1/5 dos associados, caso haja abandono de função pela Diretoria.

§ 5º Todos os moradores do bairro poderão participar das Assembléias, não necessitando, para tal, ser um associado, tendo assegurado o direito de expressar opiniões e ter direito ao voto.

§ 6º É vetado o voto por procuração.

§ 7º A Assembléia Geral será aberta pelo Presidente, que logo após de iniciados os trabalhos, providenciará que seus membros elejam um associado para presidi-la.

## **Capítulo II**

### **Da Diretoria**

**Art. 6º** - A Diretoria, com mandato de 3 (três) anos, será composta de: Presidente, Vice-presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros, Diretor de Patrimônio, Diretor de Obras e Mutirões, Diretor Social, Diretor de Relações Públicas e Diretor de Divulgação. As deliberações serão tomadas em comum, sendo o quorum mínimo exigido para isso de 7 (sete) Diretores.

§ 1º Qualquer associado que more no citado bairro, comprovadamente por mais de 1 (um) ano, poderá ser eleito para a Diretoria.

§ 2º Compete a Diretoria:

- a) Procurar, por todos os meios legais ao seu alcance, lutar pelos interesses de seus associados e da localidade;
- b) Convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- c) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as decisões das Assembléias;
- d) Providenciar para que a Tesouraria prepare os balancetes mensais e anuais, para a prestação de contas da Diretoria ao Conselho Fiscal e às Assembléias Gerais, apresentando sempre os comprovantes de despesas relativas às contas;
- e) Preparar o relatório anual sobre as atividades da Associação;
- f) Autorizar despesas dentro das normas legais do presente Estatuto;
- g) Reunir-se mensalmente, para resolver as questões que lhe competem;
- h) Convocar Assembléia Geral Ordinária, em um dos dois últimos meses do ano, sempre em data a ser fixada pelo Regimento Interno.

**Art. 7º** - São atribuições dos membros da Diretoria:

I. Compete ao Presidente:

- a) Presidir e coordenar as reuniões de Diretoria e as Assembléias Gerais, ou delegar poderes a outro membro da Diretoria para essa finalidade quando da ausência do vice-presidente;
- b) Rubricar e assinar, juntamente com o Secretário, os livros da Secretaria e as Atas das reuniões de Diretoria e Assembléias Gerais;
- c) Rubricar e assinar, juntamente com o Tesoureiro, os livros da Tesouraria, bem como os cheques e todos os documentos bancários;
- d) Superintender em caráter geral, todas as atividades da Diretoria e seus membros, respeitando sempre as funções de cada um.

II. Compete ao Vice-presidente:

- a) Substituir o Presidente em todos os seus impedimentos;
- b) Cooperar com o Presidente em todas as suas atribuições.

III. Compete ao Primeiro Secretário:

- a) Redigir as Atas da Assembléia Geral e das reuniões da Diretoria, assinando-as juntamente com o Presidente;
- b) Dirigir os trabalhos da Secretaria e redigir toda a correspondência da Associação;
- c) Fornecer ao Presidente os dados necessários à confecção de relatórios da Associação;
- d) Substituir o Presidente na falta ou ausência do Vice-presidente.

IV. Compete ao Segundo Secretário:

- a) Substituir o Primeiro Secretário em todos os seus impedimentos;
- b) Cooperar com o Primeiro Secretário em todas as suas atribuições.

V. Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- a) Promover a arrecadação de receitas, depositando-a em Instituição Bancária, a escolher, em conta corrente conjunta em nome da Associação, assinando, juntamente com o Presidente, os cheques sobre essa conta;
- b) Efetuar os pagamentos de todas as despesas, devidamente autorizadas, e organizar o balanço geral das atividades da tesouraria;
- c) Apresentar mensalmente à Diretoria e Conselho Fiscal da Associação, o balanço de movimento financeiro;
- d) Preparar o balanço anual das atividades financeiras, a ser apresentado ao Conselho fiscal e à Assembléia Geral;
- e) Dirigir todo o serviço de escrita da Tesouraria;
- f) Escriturar, em livros apropriados, o movimento financeiro da Associação.

VI. Compete ao Segundo Tesoureiro:

- a) Substituir o Primeiro Tesoureiro em todos os seus impedimentos;
- b) Cooperar com o Primeiro Tesoureiro em todas as suas atribuições;
- c) Em acordo com o Primeiro Tesoureiro, fazer a cobrança das mensalidades dos associados e todo o trabalho que se fizer necessário.

VII. Compete ao Diretor Social:

- a) Dirigir e promover todas as festividades e atividades sociais da Associação;
- b) Organizar as comissões entre associados para, sob sua responsabilidade, desenvolver o programa social;

- c) Prestar contas de atividades do Departamento Social aos órgãos de administração da Associação, assim como submeter à apreciação e discussão da Diretoria, seus planos e programas de atividades.

VIII. Compete ao Diretor de Patrimônio:

- a) Zelar pelos imóveis, móveis, pertences e pela conservação dos mesmos, pela promoção das obras, reparos e consertos, gerenciando a utilização de patrimônio em geral;
- b) Organizar comissões entre associados para, sob sua responsabilidade, desenvolver o programa de obras no bairro;
- c) Prestar contas das atividades do Departamento de Patrimônio aos órgãos de administração da Associação, assim como submeter à apreciação e discussão da Diretoria, seus planos e programas de atividades.

IX. Compete ao Diretor de Esporte:

- a) Desenvolver, estimular e orientar as práticas esportivas dentro da Comunidade;
- b) Criar e desenvolver projetos esportivos que visem prioritariamente a criança e a juventude, como forma de auxiliar sua melhor adaptação na sociedade.

X. Compete ao Diretor de Relações Públicas:

- a) A propaganda e a edição do órgão informativo da Associação;
- b) Os contatos sociais, a recepção a convidados e a promoção a boa imagem da Associação perante aos sócios, as autoridades e ao público em geral.

**Art. 8º** - A Diretoria da Associação poderá criar qualquer departamento que julgue ser necessário ao seu desenvolvimento e finalidades, contando que esteja de acordo com os princípios do presente estatuto.

Parágrafo Único – Nenhum dos cargos da Diretoria ou demais órgãos da Associação, quer sejam os criados no presente estatuto, ou que porventura venham ser criados poderá ser remunerado.

### **Capítulo III**

#### **Do Conselho Fiscal**

**Art. 9º** - O Conselho Fiscal é constituído de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) efetivos e 3 (três) suplentes, devendo ter um Presidente e um Secretário, escolhidos na primeira reunião após a sua posse.

§ 1º O Conselho Fiscal terá mandato igual ao da Diretoria.

§ 2º Em caso de três faltas seguidas de um mesmo membro, sem comunicado antecedente ou motivo justo, será este automaticamente desligado de seu cargo, convocando-se um suplente para ocupar para ocupar o lugar deixado em vacância.

**Art. 10** – Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Estudar e emitir parecer sobre a escrituração, os balancetes trimestrais e os balancetes anuais, que o Presidente submeterá à apreciação da Assembléia Geral;
- b) Dar parecer sobre o orçamento e despesas;
- c) Reunir-se, ordinariamente com a totalidade de seus membros, trimestralmente e, sempre que se fizer necessário, extraordinariamente;
- d) Tomar parte nas reuniões da Diretoria, através de representantes;
- e) Manter um livro de Atas próprio, lavrado pelo secretário do mesmo, onde serão registradas todas as reuniões do Conselho Fiscal;
- f) Elaborar e aprovar seu regimento interno.

### **Título III**

#### **DOS ASSOCIADOS**

#### **Capítulo I**

##### **Das Categorias de sócios**

**Art. 11** – São considerados sócios, todos aqueles maiores de 18 (dezoito) anos, que estejam de acordo com o presente Estatuto. A Associação será composta das seguintes categorias de sócios:

- a) Fundadores;
- b) Contribuintes;
- c) Beneméritos;

d) Honorários.

I. Serão Sócios fundadores:

Aqueles que participaram da fundação da Associação e os que se inscreveram como sócios até 120 (cento e vinte) dias após a constituição da Associação.

II. Serão Sócios Contribuintes:

- a) Serão sócios contribuintes, todos aqueles que, após terem aprovada sua proposta de filiação, contribuirão regularmente com a mensalidade, cujo valor não poderá exceder a 2% (dois por cento) do salário mínimo vigente na localidade;
- b) Os filhos menores de 18 (dezoito) anos, e o cônjuge dessa categoria de sócios, serão considerados dependentes cabendo, porém ao cônjuge, a obrigatoriedade de participação nas Assembléias e o direito de voto nas mesmas. O filho de 16 (dezesesseis) anos, sendo comprovadamente eleitor, poderá votar.
- c) Depois de 3 (três) meses consecutivos de atraso das mensalidades, sem justificativas, o associado perderá temporariamente todos os direitos adquiridos, até que regularize a situação financeira com a Tesouraria da Associação.

III. Serão Sócios Beneméritos:

Aqueles que, por haverem feitos vultosas contribuições ou doações à Associação, forem agraciados por esse título pela Assembléia Geral.

IV. Serão Sócios Honorários:

Aqueles que, por suas elevadas virtudes e notório saber, ou por serviço de relevante valor prestados à coletividade, foram agraciados por este título, por indicação da Diretoria e aprovação de, no mínimo 2/3 (dois terços) dos sócios presentes à Assembléia Geral.

## **Capítulo II**

### **Dos Direitos e Deveres dos Associados**

**Art. 12** – São direitos do Associado:

- a) Propor, discutir e votar em Assembléias Gerais;

- b) Votar e ser votado para os cargos existentes, de forma estabelecida pelo presente Estatuto;
- c) Defender-se em Assembléia Geral, de qualquer falta ou punição que lhe seja atribuída;
- d) Frequentar a sede social e, gozar de serviços prestados pela Associação.

**Art. 13** – São deveres do associado:

- a) Respeitar e fazer respeitar o presente Estatuto;
- b) Propagar entre seus vizinhos, as vantagens decorrentes da união de todos em torno desta entidade;
- c) Promover por todos os meios do seu alcance, o progresso da Associação;
- d) Apresentar a carteira social sempre que solicitada, com o recibo em dia das contribuições, mormente por ocasião de ingresso nas dependências sociais;
- e) Não envolver o nome da Associação em assuntos que não sejam de seu real interesse;
- f) Portar-se sempre de maneira conveniente ao convívio social.

**Art. 14** – Os associados não respondem, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Associação.

#### **Título IV** **DO PATRIMÔNIO DA ASSOCIAÇÃO**

**Art. 15** – O fundo social da Associação será constituído de:

- a) Mensalidades;
- b) Donativos;
- c) Rateios;
- d) Outras rendas ocasionais que venham a ser obtidas, obedecendo sempre os princípios do presente Estatuto.

**Art. 16** – As rendas que porventura vierem a ser constituídas, ainda que a Associação não tenha fins lucrativos, serão aplicadas na própria Associação, objetivando dar consecução aos objetivos sociais, ou a instituição filantrópica que tenha registro no C.N.P.J., nunca fora do Município de Nova Friburgo.

**Art. 17** – Os imóveis de propriedade da Associação, em hipótese alguma poderão ser vendidos ou dados como garantia de qualquer tipo de transação financeira.

**Art. 18** – Em caso de dissolução da Associação, o acervo patrimonial será destinado a uma entidade congênere, com sede e foro na comarca da Cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, devidamente registrada no CNAS (conselho Nacional de Assistência Social), com sede no Município do Rio de Janeiro a ser escolhida pela Assembléia que deliberou pela dissolução.

## **Título V**

### **DAS ELEIÇÕES E VACÂNCIAS**

#### **Capítulo I**

##### **Das eleições**

**Art. 19** – A Diretoria da Associação será eleita a cada 3 (três) anos, cabendo a esta convocar, 60 (sessenta) dias antes do término de seu mandato, uma Assembléia Geral para a indicação da Comissão Eleitoral.

**Art. 20** – Será admitida a reeleição para os cargos de Diretoria sem restrições, sendo que o Presidente e o Primeiro Tesoureiro somente poderão ser reeleitos por mais um mandato consecutivo.

**Art. 21** – Apenas os moradores cadastrados como associados por um período mínimo de um ano, poderão candidatar-se aos cargos de Diretoria e do Conselho Fiscal.

**Art. 22** – Caso o Presidente ou em sua falta, seu substituto legal não convoquem a Assembléia Geral para deliberar sobre as eleições, até sessenta dias antes do término de seu mandato, como determina o artigo 19 do presente Estatuto, caberá ao Presidente do Conselho Fiscal fazê-lo, e em sua ausência ou omissão, a qualquer associado, desde que com o apoio formal de um terço dos associados em dia com suas obrigações sociais.

**§ 1º** - Vindo o mandato da diretoria a expirar-se sem que haja sido convocada a Assembléia Geral, caberá a uma federação municipal ou estadual, devidamente habilitada, promover sua realização e garantir a realização das eleições, sempre de acordo com o presente Estatuto.

§ 2º - Considera-se apoio formal, para fins do parágrafo 1º do presente artigo, o termo de adesão feito por escrito e devidamente assinado pelos associados.

**Art. 23** – Esgotando-se o prazo para apresentação de chapas sem que nenhuma tenha sido escrita, e sendo assegurado que tenha havido ampla divulgação do processo eleitoral, a Comissão Eleitoral proclamará reeleita a antiga Diretoria, desde que pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros, inclusive o Presidente, concorde em assumir o novo mandato.

## **Capítulo II**

### **Das vacâncias**

**Art. 24** – As vacâncias nos cargos de Diretoria serão preenchidas por indicação do Presidente e submetidas à primeira Assembléia Geral, para que homologue ou indique o novo nome.

## **Capítulo III**

### **Da comissão Eleitoral**

**Art. 25** – A comissão Eleitoral será indicada pela Assembléia Geral, entre os associados em pleno goza de seus direitos sociais, para dirigir, coordenar e realizar a eleição da nova Diretoria e Conselho Fiscal.

§ 1º - A Comissão Eleitoral será composta de 5 (cinco) membros e deverá, em sua primeira reunião, eleger seu Presidente e Secretário.

§ 2º - A Comissão Eleitoral elaborará o Regimento Interno que normalizará o processo eleitoral, sempre em conformidade com o presente Estatuto e sob a orientação do Presidente.

§ 3º - Cabe à Comissão Eleitoral:

- a) Marcar e divulgar a resposta do pleito;
- b) Receber os pedidos de inscrição, sendo apenas admitidos aqueles feitos por escrito, apresentando nomes para o preenchimento do total de vagas para a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- c) Fixar e divulgar o período de recebimento do período de inscrição;
- d) Conferir nos fichários de associados da Secretaria e Tesouraria, se cada candidato inscrito preenche os requisitos para candidatar-se, ou seja, se é associado à um ano ou mais e encontra-se em pleno gozo de seus direitos sociais;

- e) Registrar as chapas que estejam em conformidade com as disposições deste Estatuto, ou negar o registro daquelas que apresentarem irregularidade;
- f) Garantir a lisura e transparência do pleito.

## **Título VI**

### **DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO**

#### **Capítulo I**

##### **Da reforma e alteração estatutária**

**Art. 26** – A reforma do presente Estatuto dependerá de Assembléia Geral Extraordinária, que deverá ser convocada especialmente para esse fim, sendo vetada qualquer alteração que venha a contrariar os princípios de suas finalidades e objetivos.

**Art. 27** – O presente Estatuto só poderá ser alterado por deliberação da maioria dos membros da Assembléia Geral Extraordinária.

## **Título VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS**

#### **Capítulo I**

##### **Das disposições gerais e Transitórias**

**Art. 28** – A Associação, tendo como princípio a luta pelo exercício pleno da cidadania, voltará especial atenção aos grupos minoritários e segregados, jamais fazendo distinção em questão de sexo, idade, etnia, deficiências de qualquer gênero, enfermidades ou orientação sexual.

**Art. 29** – O funcionamento dos órgãos da Associação será disciplinado pelo seu respectivo Regimento Interno.

Parágrafo único: A Diretoria e os demais órgãos da Associação terão 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de aprovação do presente Estatuto, para elaborar e aprovar, cada qual o seu Regimento Interno.

**Art. 30** – Os programas e projetos desenvolvidos pela Associação deverão atender a comunidade em geral, independente da condição do associado.

## **Capítulo II**

### **Das Disposições Finais**

**Art. 31** – Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela assembléia Geral.

**Art. 32** – O presente Estatuto entrará em vigor logo após a sua aprovação, em substituição ao Estatuto anterior e devidamente ajustado aos dispositivos do novo Código Civil Brasileiro, Lei 10406 de 10 de janeiro de 2002. E constando as assinaturas: do Presidente, do Vice-presidente, do 1º Secretário, do Tesoureiro e um advogado.